

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA - PPGSS

BRUNA MARIA CARRIJO MAIA

**PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL:  
CENTELHAS DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO?**

Manaus  
2021

BRUNA MARIA CARRIJO MAIA

**PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL:  
CENTELHAS DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para obtenção do título de mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Linha de Pesquisa: Questão Social, Políticas Sociais, Lutas Sociais e Formação Profissional.

Financiadora: CNPq

Orientadora: Márcia Perales Mendes Silva

Manaus  
2021

### Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M217p	Maia, Bruna Maria Carrijo Produção do conhecimento em Serviço Social : centelhas do projeto ético-político / Bruna Maria Carrijo Maia . 2021 181 f.: 31 cm.
	Orientadora: Márcia Perales Mendes Silva Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.
	1. Formação Profissional. 2. Serviço Social. 3. Perspectiva Teórico- Metodológica. 4. Projeto Ético-Político. I. Silva, Márcia Perales Mendes. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

In memoriam a minha mãe, Giselli Maria Carrijo de Souza Maia, a luz dos meus caminhos e maior incentivo para os estudos. Eternas Saudades.

## AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente por me transmitir sua força e sabedoria, no momento mais difícil de minha vida foi quem me deu suporte, esperança e acalento.

À minha mãe, Giselli Maria Carrijo de Souza Maia, que me educou desde criança, fez todo o possível para a minha vida e a dos meus irmãos. Esse momento de Mestrado foi muito difícil para mim, pois, perdi a pessoa que eu mais amava nessa vida. Continuei com esperança de que ela esteja olhando por mim lá de cima.

À minha família, em especial minha avó Ordália de Souza Carrijo, Ulisses de Azevedo Maia, Bianca Carrijo Maia, Ulisses de Azevedo Maia Júnior por me disponibilizarem carinho, apoio, educação. Vocês foram meu ponto de partida.

Ao meu sobrinho/filho João Vitor Carrijo Maia Batista, que atualmente, é o meu maior apoio e força. Amo demais e quero demonstrar todo meu sacrifício, a vida é difícil, mas com ajuda de muitas pessoas boas conseguimos conquistar nossos objetivos.

À minha orientadora, Dra. Márcia Perales, ótima profissional e um ser humano incrível. Agradeço demais! Estudiosa, competente, inteligente, educada, comprometida com seu trabalho e como orientadora. Obrigada por todas as dicas. Quero um dia ser 10% que a senhora é.

Ao PPGSS, aos professores e discentes que possibilitaram compartilhar, através das disciplinas e discussões, a maturação deste estudo. Yoshiko Sasaki, Hamida Assunção, Roberta Andrade, Simone Eneida, Lidiany Cavalcante, Débora Bandeira, Lucilene Melo, Socorro Chaves, Cristiane Bonfim, Marinez Nogueira, vocês são parte da minha história acadêmica na UFAM e contribuíram substancialmente com minha caminhada até aqui.

Ao CNPQ pelo fomento financeiro a este estudo, como também a busca de qualificar o programa do qual faço parte.

Aos demais que contribuíram com este momento, agradeço imensamente.

## LISTA DE SIGLAS

ABAS	Associação Brasileira de Assistentes Sociais
ABESS	Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AI	Ato Institucional
ANAS	Associação Nacional dos Assistentes Sociais
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CBCISS	Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Sociais
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRAS	Conselho Regional de Assistentes Sociais
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
CONSUNI	Conselho Universitário da Universidade Federal do Amazonas
ENESSO	Encontro Nacional de Estudantes em Serviço Social
EUA	Estados Unidos
HUGV	Hospital Universitário Getúlio Vargas
IFCHS	Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais
LBA	Legião Brasileira de Assistência Social
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
Método	Método de Belo Horizonte
BH	
MG	Minas Gerais
OAB	Organização dos Advogados Brasileiro
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PUC	Universidade Pontifícia Católica
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RJ	Rio de Janeiro
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria (SESI)
SESSUNE	Secretaria de Serviço Social da União Nacional dos Estudantes
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDESUL	Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul
UCISS	União Católica Internacional de Serviço Social
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Categorias centrais e unidades de análise .....	130
<b>Quadro 2:</b> Trajetória metodológica da pesquisa .....	131
<b>Quadro 3:</b> Monografias produzidas no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas entre 2015 e 2019, agrupadas por temas.....	132
<b>Quadro 4:</b> Categorização das monografias a partir dos temas, resumos, objetivos e estrutura dos trabalhos .....	133
<b>Quadro 5:</b> Roteiro padrão.....	167
<b>Quadro 6:</b> Informações gerais e padronizadas sobre os TCC's analisados .....	168
<b>Quadro 7:</b> Metodologia e autores utilizados nos tcc's 1 a 10 .....	177

## RESUMO

A formação profissional em Serviço Social é um dos grandes eixos para uma profissão crítica, complexa e contraditória. Porém, temos poucos estudos em relação a outros Estados do Sudeste e Sul sobre as particularidades e especificidades das perspectivas teórico-metodológicas presentes no Processo de Renovação Brasileiro. Por isso, esse estudo analisou as principais perspectivas teórico-metodológicas presentes nos Trabalhos de Conclusão de Curso dos discentes do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas e sua proximidade, ou distanciamento, às vertentes de renovação do Serviço Social no Brasil. Para tanto identificou as concepções de Serviço Social e Questão Social presente nos Trabalhos de Conclusão de Curso. Refletiu sobre os principais autores utilizados e suas respectivas vinculações teóricas na construção dos TCCs. Investigou as principais perspectivas metodológicas utilizadas para realização da pesquisa. O percurso metodológico compreendeu estudo bibliográfico e documental de 10 TCC's produzidos na UFAM entre os anos 2015 a 2019. Esse estudo revelou que esses TCC's estão atrelados a uma Perspectiva da Intenção de Ruptura, pois, ainda existem elementos do Serviço Social Tradicional, porém, há predominância de elementos críticos, dinâmicos e contraditórios sobre as concepções de Serviço Social e Questão Social presentes nesses TCC's. Além de uma defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores de acordo com aporte teórico-metodológico (Projeto de Formação da ABEPSS e Projeto Pedagógico da UFAM de 2009), ético-político (Lei de Regulamentação da Profissão de 1993 e Código de Ética de 1993) e técnico-operativo. Cabe ressaltar ainda que esses TCC's defendem o tripé Ensino-Pesquisa-Extensão.

**Palavras – chave:** Formação Profissional. Serviço Social. Perspectiva Teórico-Metodológica. Projeto Ético-Político.



## ABSTRACT

Professional training in Social Work is one of the main pillars for a critical, complex and contradictory profession. However, we have few studies in relation to other Southeast and South States on the particularities and specificities of the theoretical-methodological perspectives present in the Brazilian Renewal Process. Therefore, this study analyzed the main theoretical-methodological perspectives present in the Course Conclusion Papers of students from the Social Work Course at the Federal University of Amazonas and their proximity, or distance, to the aspects of Social Work renewal in Brazil. To do so, it identified the concepts of Social Work and Social Issue present in the Course Conclusion Works. It reflected on the main authors used and their respective theoretical connections in the construction of the TCCs. It investigated the main methodological perspectives used to carry out the research. The methodological path included a bibliographic and documentary study of 10 TCC's produced at UFAM between 2015 and 2019. This study revealed that these TCC's are linked to a Perspective of Intention to Rupture, as there are still elements of Traditional Social Service, however, there are predominance of critical, dynamic and contradictory elements on the conceptions of Social Work and Social Issue present in these TCC's. In addition to an uncompromising defense of workers' rights according to theoretical and methodological support (ABEPSS Training Project and UFAM Pedagogical Project of 2009), ethical-political (Profession Regulation Law of 1993 and Code of Ethics of 1993) and technical-operative. It is also worth mentioning that these TCC's defend the Teaching-Research-Extension tripod.

**Keywords:** Professional qualification. Social service. Theoretical-Methodological Perspective.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>CAPÍTULO I – FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO SERVIÇO SOCIAL: HISTÓRICAS MARCAS DO TRADICIONALISMO</b> .....	17
1.1. A ORIGEM DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E O CONTEXTO ECONÔMICO, POLÍTICO E SOCIAL: REVISITANDO O PASSADO.....	17
1.2. ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL: OBJETIVOS CONVERGENTES EM PROL DO CAPITAL?.....	27
1.3. ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL NO AMAZONAS: ORIGEM E FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE 1940 E 1960.....	37
<b>CAPÍTULO II – SERVIÇO SOCIAL E RENOVAÇÃO: O DESAFIO COLETIVO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA IDENTIDADE PROFISSIONAL</b> .....	45
2.1. AMÉRICA LATINA, BRASIL E A DITADURA MILITAR .....	45
2.2. AS BASES DO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E DO MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO BRASILEIRO .....	49
2.3. PERSPECTIVA MODERNIZADORA .....	55
2.4. REATUALIZAÇÃO DO CONSERVADORISMO .....	62
2.5. INTENÇÃO DE RUPTURA .....	65
2.6. UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA: NOVAS BASES DO CURRÍCULO MÍNIMO DE 1996, NOVOS MARCOS REGULATÓRIOS E SUA RELAÇÃO COM A MATRIZ TEÓRICO-METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL.....	68
2.7. NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS) DE 1996 .....	73
2.8. LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO AMAZONAS .....	75
<b>CAPÍTULO III – PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM SERVIÇO SOCIAL: DE QUE RENOVAÇÃO ESTAMOS FALANDO?</b> .....	86
3.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE METODOLOGIA E PRINCIPAIS AUTORES UTILIZADOS NOS TCC'S DE 1 A 10 .....	113
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	116
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	120
<b>APÊNDICES</b> .....	130

## INTRODUÇÃO

Inicia-se essa presente dissertação abordando sobre o Serviço Social Tradicional, no qual, as práticas assistencialista, caritativa e filantrópica estão frequentemente associadas à profissão Serviço Social em diferentes espaços. Nesse raciocínio, é importante elencar os desdobramentos que ocorreram para o surgimento do Serviço Social brasileiro no século XX, advindos dos ideários da Igreja Católica sob a influência europeia, inseridos no contexto de expansão capitalista. A igreja, associada à burguesia e ao Estado, desempenhou o papel de legitimação e estabilização da ordem burguesa, através do trato à questão social enquanto um conjunto de problemas morais e religiosos, solucionáveis pelo atendimento das demandas materiais, morais e sociais dos indivíduos. Para isso, a Igreja pautava-se em sua Doutrina Social, no ideário franco-belga, na ação social, no pensamento de São Tomás de Aquino, o tomismo, e, posteriormente, no neotomismo. Diante dos acontecimentos no cenário econômico e político a partir dos anos de 1940, a profissão sofre uma reorientação a fim de atender aos interesses da classe dominante. O conservadorismo católico passa a ser tecnificado, pautando-se no modelo norte-americano baseado na teoria social positivista. Segundo esta perspectiva teórica, o Serviço Social terá como reflexos a moralização da vida social, julgando a luta de classes como desordem e a questão social enquanto desvios, anomalias que exigiam um tratamento social de educação moral junto as famílias das classes menos favorecidas, tendo como objetivo a mudança de comportamento do beneficiado pela via de um processo de ajustamento à ordem e o despertar das potencialidades individuais.

Na segunda metade dos anos sessenta se iniciará um movimento de questionamento a estas concepções de Serviço Social que ficará conhecido, na América Latina, como Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino-americano. O processo, que se insere no contexto de mudanças contestatórias globais, adquire particularidades específicas no continente sul americano, de acordo com cada contexto nacional (NETTO, 2011).

De acordo com Netto (2011), o processo de renovação do Serviço Social no Brasil, que se desenvolverá no contexto da ditadura militar, delineará três vertentes teórico-metodológicas diferenciadas, a saber: a vertente modernizadora, que teve seu auge no período de ascensão da ditadura 1964-1975; a vertente de renovação do conservadorismo, de forte influência fenomenológica entre 1975 e 1980, quando a ditadura entra em crise; e, finalmente, a denominada intenção de ruptura, que se tornará hegemônica nos anos noventa do século passado.

Deve-se registrar que a partir dos anos de 1990 emerge o neoliberalismo com mais intensidade na economia brasileira, com o Estado reiterando claramente aos interesses do capital, com o mínimo de atendimento para a questão social e priorização do econômico ao invés do social. Esse modelo econômico acaba sendo um grande dificultador, dentre outros, à implementação do Projeto Ético-político dos assistentes sociais, cujo objetivo geral é:

[...] capacitar profissionais que possam atuar na sociedade, compreendendo as necessidades e interesses dos diferentes grupos, indivíduos e setores, bem como os mecanismos de organização e participação social. Seus conhecimentos devem abranger e considerar os fatos históricos, econômicos, sociais, culturais e políticos. O Assistente Social deverá estar apto a trabalhar com instrumentos e técnicas própria da profissão, bem como elaborar projetos e estudos científicos, dentre estes o Trabalho de Conclusão do Curso, que expressará seu desenvolvimento em termos de postura intelectual, privilegiadas de seu campo de ação. (BRASIL, 2001)

Destaca-se também que, apesar desse processo ser vivenciado em território nacional, a discussão sobre a história do Serviço Social no Brasil em geral é apresentada em torno de acontecimentos que se concentraram no eixo Rio de Janeiro e São Paulo e que estão relacionados aos processos de industrialização deslanchados a partir da década de mil novecentos e trinta. Esta forma de interpretar a profissão, que surge no bojo do que Netto (2011) chamou de vertente de intenção de ruptura, permitiu importantes avanços quer na formação profissional quer na produção de conhecimento. Destarte, não estimulou o aprofundamento do debate sobre desenvolvimento profissional em outras regiões do país.

Dessa forma, este estudo se inseriu no esforço de dar visibilidade ao desenvolvimento da profissão na região norte do Brasil, especialmente na cidade de Manaus, onde a criação da Escola de Serviço Social, em 1941, foi contemporânea as do Rio de Janeiro e de São Paulo. O que nos leva a Netto (2011) e Iamamoto (2005), ao afirmarem que há quantidade reduzida de produções sobre a história do serviço social e da formação profissional focadas nas particularidades de cada região brasileira.

Tem-se convicção de que este trabalho é importante uma vez que pretende contribuir com o conhecimento sobre o processo de renovação brasileira, especialmente em Manaus, trazendo novas reflexões para a compreensão dos discentes, docentes e profissionais sobre como se deu o processo de renovação do Serviço Social brasileiro no Amazonas, por meio da produção científica de finalistas do curso de serviço social da UFAM.

No aspecto profissional, considera-se relevante para os atuais e futuros assistentes sociais, pois, esse movimento é fundamental tanto para compreender o passado recente como a sua relação com as atuais condições históricas. Olhar esse processo de renovação brasileiro e

compreendê-lo também no movimento histórico e social amazonense é primordial àqueles que estão envolvidos com a profissão Serviço Social.

A importância para a centenária UFAM, por muitos anos o único curso de graduação em serviço social do Amazonas e, ainda hoje, o único público, está relacionada tanto a sua história como referência institucional, como à possibilidade de análises sobre o significado dos conhecimentos produzidos por estudantes de Serviço Social em um importante momento histórico para a profissão. Contribuirá também para a atuação de professores e discentes de várias outras instituições de ensino que oferecem o curso de serviço social, com a possibilidade de futuras produções sobre o tema.

Outra contribuição seria a possibilidade de recriar, no tempo presente, a práxis de enfrentamento ao conservadorismo, bem como uma forma de incentivar os profissionais e estudantes a lutarem pelos direitos dos trabalhadores, de acordo com o Projeto Ético Político da profissão. Compreendendo a unidade entre as dimensões técnico-operativa, ético-política e teórico-metodológica, que dão base à formação em Serviço Social, podemos afirmar que o conteúdo presente na graduação dá direcionamento à intervenção do futuro profissional, sendo, portanto, espaço de disputa de projetos profissionais, na definição dos currículos mínimos (e hoje das diretrizes curriculares), da matriz curricular de cada unidade de ensino e da execução de cada disciplina em sala de aula. Exige, portanto, compreensão das tendências presentes na produção científica e sua relação com formação profissional.

Esse, claro, é apenas o início de um processo que, no nosso entender, deve ser continuado, visto que tanto nós, como a própria realidade, estamos em constante processo de transformação.

A complexidade do objeto de estudo em saber como ocorreu na nossa região, por meio da produção dos conhecimentos expressos nos TCCs, especialmente em Manaus, foi imensa e desafiadora, pois foi um trabalho árduo pelo fato de não ter tido tanto acesso às monografias dos anos de 2015 a 2019, pois as mesmas estão guardadas na Universidade Federal do Amazonas, a qual ficou fechada durante período de tempo do COVID-19, mas felizmente, antes desse período conseguimos acesso a esse material tão importante e significativo para a Dissertação e conseguimos contato com os autores desses trabalhos, que nos auxiliaram muito através do envio por e-mail.

Em meio a um conjunto de debates sobre processo de formação da profissão, diante de um período de investimentos em avanços na profissão, dentre eles a luta pelos direitos dos trabalhadores, novos princípios éticos, novas regulamentações, novos ideais em busca de uma nova ordem societária, a criticidade dentro da própria profissão, a busca pela tradição marxista

para a formação e o exercício profissionais, o que causou inquietações, reflexões e dúvidas, nessa dissertação indagou-se, por exemplo, o que dizem os trabalhos produzidos no âmbito da graduação (TCCs) acerca do tema *produção científica, sua relação com a formação profissional e com o histórico movimento de renovação do Serviço Social*? Com as perguntas específicas, sendo elas:

1. Quais as principais características presentes nos Trabalhos de Conclusão de Curso que denotam uma maior presença, ou ausência, de perspectivas de renovação?
2. Que concepções de Serviço Social e Questão Social são apresentadas?
3. Que metodologias foram adotadas para o desenvolvimento da pesquisa?
4. Que autores dão, de fato, suporte para a construção das análises e a que correntes teóricas se vinculam?

Para responde-las, estabeleceu-se nessa Dissertação o Objetivo Geral: Analisar as principais perspectivas teórico-metodológicas presentes nos Trabalhos de Conclusão de Curso dos discentes do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas e sua proximidade, ou distanciamento, às vertentes de renovação do Serviço Social no Brasil. E como objetivos específicos:

1. Identificar as concepções de Serviço Social e Questão Social presente nos Trabalhos de Conclusão de Curso.
2. Refletir sobre os principais autores utilizados e suas respectivas vinculações teóricas na construção dos TCCs.
3. Investigar as principais perspectivas metodológicas utilizadas para realização da pesquisa.

A pesquisa científica é um processo que supõe método, reflexão, análise e crítica. Ela “nos impulsiona do mundo conhecido para o desconhecido, daquilo que já sabemos [...] para aquilo que vamos e conseguiremos conhecer” (SALOMON, 2000, p.148). Como processo, a pesquisa exige, antes de tudo, que o objeto de pesquisa seja delimitado, pois “um objeto bem construído é um grande e acertado passo em direção ao objetivo proposto” (ANTUNIASSE, 2001, p.33).

A presente pesquisa é definida como bibliográfica, com foco não apenas na literatura sobre história do serviço social, formação profissional e renovação no serviço social teses, dissertações e autores que tratam sobre o objeto de estudo e que dialogam com o problema levantado, visando a construção da problemática (SORIANO, 2004) e (SOLOMON, 2000), mas, principalmente, por analisar os conteúdos das monografias produzidas na UFAM, de acordo com os objetivos já delimitados.

Essa pesquisa pode ser dividida em três momentos diferenciados, mas articulados entre si. O primeiro momento foi a pesquisa bibliográfica, onde foi feito um levantamento e discussão das principais obras que explicam a emergência, desenvolvimento e processos de renovação do Serviço Social no Brasil, o papel do neoliberalismo, os novos marcos regulatórios do exercício e da formação profissional. O segundo momento consistiu na pesquisa bibliográfica sobre as monografias em Serviço Social da UFAM, feito tanto na biblioteca da Universidade Federal do Amazonas como no departamento de Serviço Social, com o objetivo de se identificar os trabalhos realizados durante o período selecionado de 2015 a 2019. Finalmente, no terceiro momento, se procedeu à análise do material coletado do período entre 2015 a 2019.

Destaca-se que a pesquisa qualitativa incita a criatividade do pesquisador, a qual por não ser quantificável como o são os dados do delineamento quantitativo “[...] obriga o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade do pesquisado no momento de coletá-los e analisá-los [...]” (GOLDENBERG, 2004, p. 53).

Os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender as informações em seus próprios termos. Um dos principais problemas da pesquisa qualitativa está relacionado à certeza do pesquisador com relação aos seus dados, o que gera generalização dos dados que sem baseiam em análises de determinados casos particulares.

Insta esclarecer que o delineamento da pesquisa em quali-quantitativa não invalida sua objetividade, pois, segundo Prates (2012), a realidade expressa-se a partir de elementos quantitativos e qualitativos que precisam ser interconectados criativamente como ferramenta de interpretação da realidade, em razão dessa ser composta por elementos objetivos e subjetivos, ambos sujeitos ao desvelamento a partir de uma análise que contemple a argumentação coerente e criativa que dê conta do movimento do real nas suas contradições, na sua unidade e que guarde coerência com o método dialético.

Em termos metodológicos a pesquisa abarcou as modalidades quanti-qualitativa: o momento quantitativo relaciona-se ao número total de monografias, produzidas 2015 e 2019 e sua distribuição por categorização de temas, através das leituras tanto do resumo quanto da estrutura de cada trabalho para podermos fundamentar melhor a distribuição dos temas. Esse período foi selecionado devido à criação da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) no ano de 2007 criado com o objetivo de aumentar a presença de jovens e diminuir a evasão na educação superior pública, também por ser anos mais recentes e de maior acesso às monografias selecionadas, as mesmas localizam-se no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). A modalidade qualitativa relaciona-se

à análise da produção das monografias, de acordo com os objetivos e categorias de análise, de acordo com o quadro 1 (anexo).

A abordagem deste estudo articulou as modalidades qualitativa e quantitativa de pesquisa, uma vez que tal integração “[...] permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular” (GOLDENBERG, 2004, p. 62).

#### QUADRO 1 (APÊNDICE A).

Acerca da seleção dos Trabalhos de Conclusão de Cursos de egressos do Departamento de Serviço Social da Universidade do Amazonas para esse estudo, foi percorrida a seguinte trajetória: 1. procedeu-se ao levantamento geral dos TCCs, tomando-se como referência o título de cada Trabalho de Conclusão de Curso da UFAM, no período de 2003 a 2019, chegando ao número total de 552; 2. observou-se que os temas “formação profissional” e “história do Serviço Social” são pouco estudados na realidade amazonense, conforme os números a seguir: do total de 552 (quinhentos e cinquenta e dois) TCC’s, apenas 16 (dezesesseis) trabalham a temática formação profissional e, desses, 5 (cinco) estão relacionados à história do Serviço Social e formação profissional; 3. com base nesse levantamento de dados, identificou-se que aproximadamente 1% do total de 552 TCC’s trabalham especificamente com as temáticas, o que significa que essa dissertação é desafiante e inovadora.

Tomando-se por base o recorte temporal de 2015 a 2019, foi realizado o levantamento de um total de 193 monografias produzidas pelos estudantes do Curso de Serviço Social da UFAM, de acordo com a catálogo de monografias da Biblioteca do IFCHS e do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas. A partir daí as monografias passaram por um processo de separação e, em seguida, de agregação. Todas foram separadas por título/tema/resumo/introdução, sendo, posteriormente, agregadas pelo mesmo critério, à luz do que conceitua Salomon (2000): tema é o assunto escolhido pelo pesquisador numa área determinada da ciência ou do conhecimento científico, de maior extensão, contendo em seus seios os demais (tópicos, objeto, problema).

Em relação às monografias analisadas na presente pesquisa, destaca-se que foram elencados os seguintes critérios: de inclusão: a) monografias de 2015 a 2019 produzidas por graduados em serviço social na UFAM; b) De exclusão: Outros tipos de trabalho de conclusão de Curso como papers, artigos, livros etc.

Por meio do levantamento dos TCCs produzidos entre 2015 e 2019, foram identificados os trabalhos por tema área (APÊNDICE C), através de uma análise do resumo e da estrutura de cada trabalho para organizá-los adequadamente.



De acordo com o (APÊNDICE C) e número de trabalhos por área, utilizamos os seguintes critérios para análise das monografias:

1. Destacar os cinco temas que obtiveram maior frequência, a saber: Justiça, Criança e Adolescente, Saúde, Gênero e Sustentabilidade;

2. Sorteio de duas monografias em cada um dos cinco temas com maior frequência.

Dessa forma, as dez monografias sorteadas foram objeto de análise desta pesquisa, a partir de um roteiro orientador padrão (APÊNDICE E) que auxiliou na análise das informações.

Fez-se um catálogo das monografias dos anos de 2015 a 2019 por meio do levantamento e da categorização dessas monografias a partir dos temas, resumos, objetivos e estrutura dos trabalhos (APÊNDICE D).

Com isso, selecionamos as monografias com maior frequência, conforme explicado anteriormente.

Com base nos objetivos delineados, no referencial teórico aprofundado e nos procedimentos metodológicos adotados, a arquitetura deste estudo está estruturada em três capítulos, a saber:

No Capítulo I abordamos sobre o Serviço Social, seu surgimento, contexto econômico, político e social da época, seus objetivos iniciais e sua metodologia, sua relação com a questão social, assim como os principais autores que deram suporte à formação dos primeiros Assistentes Sociais. Foi tratado também sobre o surgimento da Primeira Escola de Serviço Social no Amazonas.

No Capítulo II foi abordado sobre o contexto da Ditadura Militar, o Processo de Renovação do Serviço Social, os Seminários de Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista, Perspectiva Modernizadora, Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura. Marcos Regulatórios, Projeto de Formação da ABEPSS; e, limites e possibilidades para a Formação e Atuação Profissional dos Assistentes Sociais.

Já no Capítulo III analisamos os TCC's de 1 a 10 sobre a concepção de Serviço Social, Questão Social, Metodologia e Principais Autores Utilizados para relacionarmos ao tipo de Serviço Social defendido nos TCC's assim como a perspectiva teórico-metodológica.

E nas considerações finais são realizadas sínteses de cada Capítulo assim como as conclusões sobre os TCC's de 1 a 10 para auxiliar possíveis estudos e pesquisas sobre o tema da Formação Profissional.

## **CAPÍTULO I – FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO SERVIÇO SOCIAL: HISTÓRICAS MARCAS DO TRADICIONALISMO**

A história do Serviço Social é pano de fundo para a compreensão dos processos de formação e atuação profissionais dos Assistentes Sociais na contemporaneidade, pois os autores, as teorias, as metodologias e suas respectivas técnicas, que embasaram a emergência e o desenvolvimento da profissão, são condição para o entendimento da trajetória do Serviço Social, onde estão processos de continuidade e ruptura em relação aos aportes teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos que perfilam a profissão.

Neste sentido, conhecer o surgimento do Serviço Social no Amazonas, sem descola-lo do contexto nacional, requer um estudo contextualizado do ponto de vista econômico, social e político no geral e, em particular, no Amazonas. Como se deu o surgimento da profissão? Qual motivo a mesma se institucionalizou? Quais foram as demandas e os serviços prestados? Tem-se clareza de que essas questões não podem ser abordadas de forma linear, em função da complexidade e da contraditoriedade que as envolvem historicamente.

### **1.1. A ORIGEM DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E O CONTEXTO ECONÔMICO, POLÍTICO E SOCIAL: REVISITANDO O PASSADO**

Segundo Iamamoto (2019) e Yazbek (2019) situar o Serviço Social na história dos países requer romper as fronteiras do próprio Serviço Social em seus supostos “componentes internos”. Exige que se considerem os determinantes societários que inscrevem o Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho da sociedade, estabelecendo limites e possibilidades quanto à formação, ao trabalho, à organização dessa categoria profissional, à produção acadêmico-profissional produzida etc. Exige também que se faça uma leitura crítica fundamentada em relação às iniciativas de sujeitos individuais e coletivos, desencadeadas nacionalmente e regionalmente, que constroem o Serviço Social, suas conquistas, obstáculos, desafios e nortes a ele atribuídos.

Nas sociedades capitalistas, a classe burguesa é a detentora dos meios de produção, da riqueza acumulada e socialmente produzida, cuja finalidade é aumento de lucro; a classe trabalhadora, detém seu único meio de sobrevivência, a venda de sua mão de obra, de sua força de trabalho. No capitalismo, a classe burguesa busca por vários meios o aumento do seu lucro, dentre os quais, uso de tecnologia, de máquinas e do intensivo aumento da exploração da classe

trabalhadora, através da extração da mais valia absoluta. Para Netto (2012) em seu livro *Economia Política, a mais valia absoluta*

é o acréscimo de valor que surgiu no processo de produção, valor criado pela força de trabalho que produz um valor maior ao que custa. A apropriação pelo capitalista desse excedente configura a exploração do trabalho pelo capital. Mas a apropriação da mais valia só se efetiva quando a nova mercadoria de que o capitalista é possuidor se realiza, isto é, quando ela é vendida. (p. 155).

Além desses meios utilizados pela classe burguesa para o aumento da sua riqueza apropriada, existe outro fator muito importante que é o exército industrial de reserva, ou seja, um grande contingente de trabalhadores desempregados, que não encontra compradores para a sua força de trabalho, oriundo da concentração e centralização de indústrias do capitalismo monopolista. Dessa forma,

O pauperismo que está imersa essa massa, no dizer de Marx, “constitui o asilo para os inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva” (Marx, 1984, I, 2 apud Netto, 2012, p. 209).

A existência de um enorme contingente de desempregados permite ao capitalista pressionar os salários para um nível inferior, sendo essa é a função primária que o exército industrial de reserva desempenha. Trata-se de um poderoso instrumento para que o capitalista incremente a exploração da força de trabalho. Netto (2012) aborda que “se esse exército industrial de reserva inicialmente resulta da acumulação capitalista, torna-se em seguida indispensável ao prosseguimento dela; por isso mesmo, constitui um componente ineliminável da dinâmica capitalista” (p. 148). O exército industrial de reserva é parte estrutural do capitalismo, visto que até os dias atuais, existe um elevado número de desempregados, até mesmo entre os que são formados e até tem pós-graduação, chegando ao número de cerca de quatorze milhões no Brasil no ano de 2020 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020).

Esses trabalhadores, majoritariamente, se submetiam e se submetem às condições precárias de trabalho e salários baixos, o que leva a condições de vida marcadas pela pobreza, por causa do temor de perderem seus empregos. Porém, ao mesmo tempo que se submetiam, eles reivindicavam melhores condições de vida através de revoltas, movimentos grevistas e movimentos sociais.

De acordo com os autores clássicos do Serviço Social, tais como Netto (2012), Yazbek (2009), Martinelli (2010) e Yamamoto (2005), desde a constituição da base urbano-industrial do capitalismo, intensifica-se o abismo entre ricos e pobres, com uma reprodução ampliada da acumulação e com o aumento da pobreza entre maior parcela da população mundial. Daí, o

surgimento da chamada “questão social”, da “rebeldia” da classe trabalhadora e da desigualdade presente nas questões objetivas (reprodução material) e subjetivas da classe operária (cultural, educacional e ideológica).

A questão social expressa-se de diversas formas, tais como: falta de moradia, presença da fome, desemprego estrutural, ausência de serviços básicos (educação, saúde, cultura, etc), etc. Não existe solução definitiva para os problemas advindos da questão social, é necessário lutar por uma nova ordem societária. Assim, a compreensão de Questão Social é condição para o entendimento do cerne do exercício profissional do Assistente Social, pois constitui o objeto de sua própria atuação, conforme esclarece Yazbek (2009, p. 06) ao abordar a temática:

A Questão Social em suas variadas expressões [...] quando se manifesta nas condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos da população, é, [...] a ‘matéria-prima’ e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade da profissão.

Autores como Castel (2010) e Stein (2000) abordam a “nova questão social” como oriunda do novo modo de produção capitalista dos anos 1970. Esses autores não consideram a questão social como sendo da estrutura do capitalismo e analisam os fenômenos sociais como sendo superficiais e a solução para esses problemas seria a política social. Criticando tais posições, Netto (2012) sustenta que:

Ora, a “questão social” é determinada por essa lei; tal “questão”, obviamente, ganha novas dimensões e expressões à medida que avança a acumulação e o próprio capitalismo experimenta mudanças. Mas ela é insuprimível nos marcos da sociedade onde domina o Modo de Produção Capitalista. Imaginar a “solução” da “questão social” mantendo-se e reproduzindo-se o Modo de Produção Capitalista é o mesmo que imaginar que o Modo de Produção Capitalista pode se manter e se reproduzir sem a acumulação do capital. (p. 152)

Uma das formas utilizadas para conter as reivindicações da classe trabalhadora e manter a ordem social pela classe burguesa é a utilização de meios para atingir seu objetivo, a saber: manter a lucratividade e “atender” minimamente os interesses e direitos da classe trabalhadora. Para isso, os assistentes sociais são contratados para atender a dois interesses contraditórios: os da classe burguesa e os da classe trabalhadora. Emergindo como um intermediador de conflitos, segundo Iamamoto e Carvalho (2005), o assistente social foi solicitado a responder às exigências do capital e contribuir com uma maior produção nas empresas, participando, ainda que subordinadamente, de respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora. Dessa maneira,

[...] embora constituída para servir aos interesses do capital, a profissão não reproduz, monoliticamente, necessidades que lhe são exclusivas; participa,

também, ao lado de outras instituições sociais, das respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora, face às suas condições de vida, dadas historicamente (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p. 94)

Corroborando com essa afirmação de Iamamoto (2005), Martinelli (2010, p. 122) destaca que o Serviço Social surgiu no Brasil foi

[...] atravessado continuamente pelo signo da alienação, que, como que encobrendo a consciência social dos agentes profissionais como um véu nebuloso e místico, os levava a se envolver com práticas conservadoras, burguesas, que visavam apenas a reprodução das relações sociais de exploração, fundamentais para o processo de acumulação capitalista.

Nesse sentido, a autora comenta que o Assistente Social tinha uma identidade atribuída pelos burgueses, em parceria com o Estado e a Igreja. Segundo Montaño (2009), há duas teses sobre a origem do Serviço Social: a perspectiva endogenista, defendida por autores como Ana Augusta de Almeida (1993) e José Lucena Dantas (1993), os quais abordam como evolução, organização e profissionalização das formas anteriores de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora à intervenção da “questão social”. Nessa tese não se faz uma análise do contexto social, econômico e político como determinante do surgimento da profissão do Serviço Social. Naturalizam o Serviço Social e a própria história, separando a profissão da sociedade, como se a profissão tivesse surgido apenas pelos interesses dos profissionais em atender como pessoas caridosas as demandas da população. A história se conta em um verdadeiro etapismo, sem recuperar a processualidade da mesma.

Além de que não se considera que o profissional tenha um papel a cumprir na ordem social, nem cumpre uma função socioeconômica e política dentro desta ordem. Sua tarefa só é considerada como prestação de serviços a pessoas, comunidades e grupos, como uma forma de ajuda a esses indivíduos.

A segunda tese do surgimento da profissão vincula-se à perspectiva histórico-crítica, defendida por autores como Marilda Iamamoto (2000), Raul de Carvalho (2000), Manuel Manrique Castro (2003), Vicente de Paula Faleiros (1991), Maria Lúcia Martinelli (2010), José Paulo Netto (2011), Maria Luiza de Sousa (1982), entre outros. Defendem que o Assistente Social é um profissional que desempenha papel político e a profissão deve ser compreendida como um produto histórico, inserida numa realidade social. É produto e é reprodutora das relações sociais, depende da dinâmica das relações entre as classes e o Estado, no enfrentamento da questão social.

Dessa forma, Montaño (2009) defende que

o Serviço Social tem um papel a cumprir dentro de uma ordem social e econômica – como uma engrenagem da divisão sociotécnica do trabalho-, na

prestação de serviços: ao assistente social lhe é demandado (e para isso foi criada a profissão) participar na reprodução tanto da força de trabalho, das relações sociais, quanto da ideologia dominante. (P. 31)

Esse papel é realizado por meio da implementação de políticas públicas, considerada como arena de lutas, como forma de conter as reivindicações da classe trabalhadora, ao mesmo tempo, que é um meio para satisfação das necessidades básicas dos operários. Dessa forma, a profissão não se relaciona à evolução da ajuda, nem à organização da caridade, vincula-se à ordem monopolista, conforme afirma Netto (2012):

É na intercorrência do conjunto de processos econômicos, sociopolíticos e teórico-culturais que ocorrem na ordem burguesa, no capitalismo da idade dos monopólios, que se gestam as condições histórico-sociais que permitem a emergência do Serviço Social como profissão na Europa. Do contrário, sem a consideração deste marco específico, a análise da história do Serviço Social perde concreção e acaba por transformar-se numa crônica essencialmente historiográfica e linear (p. 65)

Concordando com essa ideia, Sousa (1982) defende que o profissional deve considerar o problema social em sua realidade concreta, isto é, a questão da perspectiva dessa realidade que se faz objeto da profissão, os objetivos que se tem a atingir e a instrumentalidade técnica, as quais levarão ao atingimento dos objetivos, logo, “é com base em toda esta dinâmica que as ações profissionais tendem a distinguir-se das ações do voluntário da assistência e a caracterizar-se como ação de caráter técnico-científico” (SOUSA, 1982, p. 49)

Juntamente com o surgimento do Serviço Social no Brasil, observa-se nos anos 1930, a criação da primeira escola de Serviço Social em São Paulo, em 1936, a qual teve sua influência centrada primeiramente no serviço social europeu e na Igreja Católica, especialmente dos países como França e Bélgica. Surgiu no contexto da crise mundial de 1929, momento em que a acumulação capitalista deixava de se fazer através das atividades agrárias e de exportação, centrando-se no amadurecimento do mercado de trabalho, na consolidação do polo industrial e na vinculação da economia ao mercado mundial.

A Doutrina Social da Igreja, influencia determinante na origem da profissão de serviço social, pode ser compreendida a partir de dois momentos:

Segundo Iamamoto e Carvalho (2005), o primeiro momento refere-se às Encíclicas papais *Rerum Novarum* “Das Coisas Novas” (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), cujo ideário profissional era baseado no pensamento franco-belga e na ação social, sob influência do tomismo (pensamento baseado em São Tomás de Aquino \_ Séc. XII) e do neotomismo (pensamento tomista, baseado no pensamento de Jacques Maritain, na França, e Cardeal Mercier, na Bélgica (Séc. XIX).

Para Martinelli (2010), Castro (2006) e Yamamoto (2005), a presença influente da Igreja Católica trazia uma espécie de intelectualidade baseada na fé cristã, relacionada à hierarquia católica, com uma proposta nítida de recristianização da sociedade, luta contra as ideias de cunho comunista, através de um projeto de reforma social, com cunho antiliberal, de caridade e filantropia por parte dos capitalistas. A Encíclica *Rerum Novarum* assume para a igreja o papel do trato com a questão social, defendendo o “bem comum” e realizando críticas ao capitalismo através do enriquecimento apenas de uma classe social. Assim, é ambígua: denuncia os “homens riquíssimos e opulentos”, ao mesmo tempo em que defende a propriedade privada, valores contrários aos ideais socialistas, promovendo uma espécie de estímulo ao ódio aos ricos.

A Propriedade privada é considerada um direito natural, pois Deus promoveu a todas as possibilidades de crescer com base nos esforços dos homens. Necessário de faz para sanar os conflitos, restaurar as instituições cristãs, moralizar os indivíduos e criar obras de caridade para o bem-estar do proletariado.

Segundo Castro (2006), a Encíclica *Quadragesimo Anno* defende a importância da ação orientada para responder ao desafio do paganismo e secularização. Teve Influência da União Católica Internacional de Serviço Social – UCISS que em 1925 criava duas seções: Grupo de Escolas de Serviço Social e Associações de Auxiliares Sociais.

Tanto Encíclica *Quadragesimo Anno* como os Grupos e Associações possuíam o objetivos de: ampliar a necessidade e a eficiência do Serviço Social no mundo, divulgando a concepção católica e assegurando o seu avanço; formar/educar, através dos seus princípios, os leigos e cooperantes no “cuidado com a questão social” (CASTRO, 2006), por meio de uma formação baseada em ideologia impregnada no espírito caridoso e na perícia técnica, procurando a eficiência do trabalho assistencial desempenhado.

O segundo momento foi criação no Brasil do Centro de Estudos e Ação Social – CEAS (1932), em São Paulo, entidade que seria fundadora e mantenedora da primeira Escola de Serviço Social do país (YAZBEK, 2006:7). O CEAS aceitava a idealização da mulher como vocação natural para as atividades educativas e caridosas na preservação da ordem moral e social. Atuava tanto para a formação técnica especializada e difusão da doutrina social da Igreja. O Centro de Estudos e Ação Social aparece como necessidade de tornar mais efetiva e dar maior rendimento às obras promovidas pela filantropia das classes dominantes paulistas. Dessa forma, seu objetivo central

será o de ‘promover a formação de seus membros pelo estudo da doutrina social da Igreja e fundamentar sua ação nessa formação doutrinária e no

conhecimento aprofundado dos problemas sociais'. (Iamamoto e Carvalho, 2005, p. 169)

Dessa forma, o CEAS estava atrelado aos interesses da classe dominante, sob o patrocínio da Igreja Católica, através da formação de profissionais que pudessem atuar nos 'problemas sociais' considerados na época como individuais, psicologizantes e de caráter moral.

Essas encíclicas se apresentam em um momento em que a Igreja mobiliza o laicato demonstrando a sua força social a partir dessas diretrizes papais que assumiam um posicionamento, principalmente antiliberal (propriedade privada) e antissocialista. A profissão também foi influenciada pelas instituições: Associação das Senhoras Brasileiras (Rio de Janeiro, criada em 1920) e pelas Ligas das Senhoras Católicas (São Paulo, 1923).

As primeiras assistentes sociais formadas por essas instituições eram consideradas "damas da caridade", visto que eram de famílias burguesas e tinham que atender a vários critérios exigidos pela Igreja Católica para poder atuar na área, dentre os quais, ter boa reputação moral, o que torna compreensível que a ideologia predominante difundida por essas profissionais fosse a ideologia burguesa.

Os assistentes sociais tinham como objetivo prover a liberdade dos grupos, atingir o desenvolvimento de uma moral autônoma, obtendo a formação do caráter e o interesse em servir ao próximo e da comunidade. Para tanto, objetivavam reformar o caráter do trabalhador, através de uma moral baseada nos princípios católicos e no higienismo. Dessa forma, Vasconcelos (2000) complementa com a teoria de o Serviço Social Tradicional se relacionar com a vertente higienista, através da educação da higiene física e mental, desajustamento do indivíduo ao meio, dentre outros aspectos. Assim, tanto para os autores clássicos citados e quanto para Vasconcelos (2000), o papel do serviço social, na época, era contribuir com a integração e harmonia entre patrão e empregado, e favorecer o "bem-estar" da classe trabalhadora, por meio de uma pseudo harmonização entre capital e trabalho.

Concordando com as ideias dos autores clássicos de Serviço Social, Yazbek (2006; p. 08) afirma que é na relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro vai fundamentar a formulação de seus primeiros objetivos político-sociais, os quais possuem uma postura de cunho humanista conservador, contrários aos ideários liberal e marxista, na busca de recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja diante da questão social.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2005), a presença influente da Igreja Católica almejava trazer uma intelectualidade baseada na fé cristã, relacionando a hierarquia católica a uma proposta nítida de recristianização da sociedade, luta contra as ideias de cunho comunista,



através de um projeto de reforma social, com cunho antiliberal e essencialmente humanista de caridade e filantropia por parte dos capitalistas.

Dentre os instrumentais utilizados para a execução das tarefas dos assistentes sociais, destacam-se: visitas domiciliares, entrevistas, reuniões, relatórios, fichas etc.

Pode-se observar que as tarefas executadas pelos assistentes sociais eram específicas da execução terminal de políticas sociais (NETTO, 2011).

Segundo Netto (2011), Iamamoto (2000), Martinelli (2010), Yazbek (2019) e Borba (1983), a concepção de Serviço Social Tradicional tem uma orientação burguesa que consiste na correção de problemas individuais/sociais, pressupondo que a ordenação capitalista é a única possível. Sendo assim, a prática profissional estaria fundamentada na correção de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis na sociedade capitalista. Essa correção de problemas baseava-se no controle moral e educativo, reformando o caráter dos indivíduos.

Nesse sentido, o assistente social foi solicitado a responder às exigências do capital e contribuir com uma maior produção nas empresas, participando, ainda que subordinadamente, de respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora. Dessa maneira, “O Serviço Social possui o seu próprio campo de ação que é o desenvolvimento da personalidade pela adaptação consciente e compreensiva das relações sociais”. (BORBA, 1983, p. 23)

Indo ao encontro desses autores clássicos, Silva (2015) observa que o assistente social é considerado como um profissional

[...] assalariado, dotado de saber específico e vinculado, em grande quantidade, às instituições estatais, para ‘responder’ à demanda expressiva das classes subalternizadas, que direcionava sua prática colocando-a à serviço do exercício dominante, correspondendo à expectativa de seu empregador, reforçando a estrutura capitalista de produção (p. 20)

Era imprescindível, portanto, que esse profissional contribuísse com as configurações do desenvolvimento capitalista, exigindo a qualificação sistematizada de seu espaço ocupacional. O objetivo era atender as requisições de um Estado que começa a programar políticas no campo social – processo de industrialização e urbanização – Getúlio Vargas (1930-1945/1951-1954). Nesse cenário, a legitimidade do profissional será expressa a partir do seu assalariamento e ocupação em um espaço na divisão sócio técnica do trabalho. A emergência do Serviço Social brasileiro ocorre dentro das instituições (públicas) pela égide da matriz positivista e serve para ampliar os referências técnicas da profissão.

São fundadas, assim, a 1ª Escola de Serviço Social em São Paulo (PUC–SP), em 1936, e a 2ª Escola de Serviço Social no Rio de Janeiro (PUC–RJ), em 1937. No decorrer da década

de 40 há uma ampliação dessas escolas, sendo outras fundadas posteriormente em Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Amazonas (esta última será abordada em outro momento). Registre-se, ainda, que foi também em 1947 que se tem o primeiro Código de Ética da Profissão, marco também muito importante para o serviço social.

Com o desenvolvimento da profissão no país, na década de 1940 há uma maior tecnificação da profissão quando o Serviço Social brasileiro entra em contato com o Serviço Social norte-americano. Deste modo, as suas propostas de trabalho passam a ser permeadas pelo caráter conservador da teoria social positivista. Para Silva (2015, p. 28)

As décadas de 40 e 50 são significativas para a institucionalização do Serviço Social pelo surgimento das grandes Instituições de Assistência Social que evoluíram no Brasil. Destacam-se neste contexto a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), organizada em sequência ao engajamento do país na Segunda Guerra Mundial; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com a incumbência de organizar e administrar nacionalmente escolas de aprendizagem para industriários; o Serviço Social da Indústria (SESI), com a atribuição de estudar, planejar e executar medidas que contribuíssem para o ‘bem estar’ do trabalhador da indústria; a Fundação Leão XIII, com o objetivo explícito de atuar amplamente sobre os habitantes das grandes favelas.

Nesse período, a Legião Brasileira de Assistência Social foi a primeira instituição pública, nascida em 1942, com o objetivo de

trabalhar em favor do progresso do Serviço Social, ao mesmo tempo que procurava canalizar e conseguir apoio político para o governo, por meio de sua ação assistencialista. A LBA, organização de nível nacional, dará um apoio efetivo às escolas de Serviço Social já existentes e vai incrementar o surgimento de novas escolas, nas capitais onde não havia. (ESTEVÃO, 2006, P. 46)

Destaca-se também que a partir de 1946 houve a criação de duas importantes entidades da categoria profissional: a Associação Brasileira das Escolas de Serviço Social (ABESS), atual Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), com o objetivo de fortalecer a ciência, pesquisa e formação profissional dos assistentes sociais; e a Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS), com o objetivo de fortalecer a prática profissional dos assistentes sociais.

A profissão se legitimou através da atuação nas políticas sociais, através da sua função política, de cunho educativo, moralizador e disciplinador, “o Estado e os organismos ‘oficiais’ do capital demandam a intervenção (dentre outros) dos assistentes sociais para implementar as políticas sociais” (Montaño, 2009, p. 63). Essas políticas sociais são implementadas devido às demandas feitas pela população trabalhadora. Complementando essa ideia, o autor trabalha com

duas teses referentes à funcionalidade das políticas sociais ao sistema socioeconômico e político capitalista.

A primeira tese, defendida pelos autores liberais reformistas, refere-se à funcionalidade das políticas sociais como diminuir as desigualdades sociais consideradas como naturais e geradas a partir das diferenças entre os sujeitos “mais capazes” e os “menos capazes” ao trabalho e à geração de lucro. Elas têm, como perspectiva, um caráter compensatório, paliativo e corretivo suficiente para reverter as desigualdades sociais. Elas são como meio de administrar, racionalizar e redistribuir os escassos recursos provindos dos impostos pagos por toda população, como forma de melhorar o bem-estar da população. Portanto,

As políticas sociais são aqui entendidas como um conjunto sistemático de ações que têm como principal função a redistribuição social da renda. Assim, nesta concepção de política social, que também é endogenista, ela é pensada e definida como meramente ‘redistributiva’ (Montaño, 2009, p. 71)

Em referência à segunda tese sobre a funcionalidade da política social, trabalhada por autores sob uma perspectiva da totalidade, temos que ela é fruto das intensas lutas sociais, não apenas uma mera concessão da classe dominante aos dominados, não são medidas boas, de caridade, são provindas de processos políticos e político-econômicos.

As políticas sociais são vistas como mecanismos de redução dos custos de manutenção e reprodução da força de trabalho, favorecendo a acumulação e a valorização do capital, além de ser instrumentos de legitimação da ordem e redução de conflitos (Montaño, 2009, p. 81).

Faleiros (1991) argumenta que as políticas sociais cumprem diversas funções, dentre as quais, ideológica, a qual esconde as razões de existirem as desigualdades sociais no capitalismo; de contratendência à queda tendencial da taxa de lucro dos capitalistas através do investimento do Estado em setores não-rentáveis da população ou que exigem elevado volume de capital, como as infraestruturas das cidades, que acabam favorecendo a circulação de mercadorias; valorização e validação da força de trabalho, mantendo ao mesmo tempo, exército industrial de reserva, através de benefícios sociais; de reprodução de desigualdades e manutenção da ordem social (difusão da ideologia burguesa e do trabalho), através de um sistema de perversidade e manutenção das mínimas condições de vida da população.

Dessa forma, conclui-se de acordo com Souza (1982), **que as políticas sociais são insuficientes como repostas de controle social**, visto que os recursos, até os dias atuais, são tratados como escassos e devem ser prioritários para certos setores. No caso dos dias atuais, os setores prioritários são para pagamento de dívidas públicas e setor da economia. Neste item abordamos o significado do surgimento da profissão, o nascimento das escolas de serviço

social, seus objetivos, suporte teórico, seus instrumentos técnicos mais utilizados, a relação usuário-capital etc. No próximo item, discutiremos as tendências teórico-metodológicas que influenciaram a profissão no seu surgimento, desenvolvimento e institucionalização.

## 1.2. ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DO SERVIÇO SOCIAL TRADICIONAL: OBJETIVOS CONVERGENTES EM PROL DO CAPITAL?

Neste item desenvolveremos como o Serviço Social Tradicional organizou-se teórico-metodologicamente, por meio de três técnicas que se articulavam: o Serviço Social de Caso, de Grupo e de Comunidade, a fim de compreender a fundamentação e o *modus operandis* dos profissionais, nos marcos do Serviço Social Tradicional.

Tão importante quanto o conhecimento do significado da profissão e dos objetivos profissionais que norteiam as ações dos assistentes sociais, é o entendimento das vertentes teórico-metodológicas tradicionais que subsidiaram a construção da estrada percorrida pelo serviço social.

Segundo Souza (1982), Iamamoto (2010), Martinelli (2000), Netto (2011), Konopka (1972), Northen (1971), Paré (1961), Cavalcante (1979), Faleiros (1971), Ammann (1978) e Borba (1983), as primeiras teorias que influenciaram a formação e a atuação das primeiras assistentes sociais se basearam nas disciplinas de Medicina, Sociologia, Psicologia, nas teorias de papéis de Parsons, na teoria comportamentalista de Skinner, nas teorias positivistas de Durkheim, os quais consideravam no geral que os problemas eram advindos dos indivíduos, de desajustamentos individuais, como inadaptação do homem a essa realidade, de problemas de personalidade ou físicos ambientais não superados pelo próprio homem, como a causa dos problemas do funcionamento social e organizacional, e são orientadas para embasar as ações desses mesmos indivíduos e do ambiente para a solução dos problemas e dos conflitos oriundos nas instituições, atingido, assim, o progresso tanto das instituições como da sociedade em si mesma.

Segundo Castro (2006), a teoria social, assentada no positivismo, tem como objetivo colocar ordem na sociedade, para isso, trata as relações sociais dos indivíduos no plano de suas vivências imediatas, como fatos que se apresentam em sua objetividade e imediaticidade. Essa perspectiva restringe a visão teórica ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. As mudanças apontam para a conservação e preservação da ordem estabelecida, isto é, do ajuste.

Segundo Netto (2011), no caso do Serviço Social, um primeiro suporte teórico metodológico necessário à qualificação técnica de sua prática e a sua modernização vai ser buscada na matriz positivista e em sua apreensão manipuladora, instrumental e imediata do ser social.

Esse corpo teórico foi criado a partir do final da primeira metade do século XIX, por Auguste Comte (1798 –1857), considerado o fundador do positivismo. Conduzida posteriormente, por Émile Durkheim (1858-1917) e Max Weber (1864-1920), defendiam uma visão de mundo em um sistema conceitual que tende à defesa da ordem estabelecida.

Para Konopka (1972), essa teoria social explica o funcionamento do mundo melhor, o qual é aceita pela classe dominante, foi fortemente influenciado pela base do progresso que a ciência e a técnica haviam alcançado. Essa concepção se apresenta alicerçada na crença da ciência enquanto instrumento capaz de oferecer a solução para os problemas da humanidade.

Dentre os principais pressupostos dessa teoria estão o cientificismo e a neutralidade científica. O investigador deve viver o real, tentar entendê-lo e explicá-lo, porém, sem se deixar influenciar pelo espírito de seu tempo. Para Comte o pensamento teria que ser totalmente positivo. Isto é, eliminando todo o conteúdo crítico de sua análise, os cientistas descobririam as leis da sociologia. Como consequência, a partir de seu método positivo, o cientista deveria se consagrar teórica e praticamente a defesa da ordem social.

Segundo esses autores clássicos do Serviço Social, o primeiro método utilizado foi o Serviço Social de Caso, tendo como as principais autoras Gordon Hamilton, Jane Addams e Mary Richmond, para quem a profissão era direcionada para os problemas de ajustamento do homem ao meio, pois consideravam que tais indivíduos eram delinquentes e dependentes, necessitando também de ajuda do Estado. Segundo Richmond,

Por um método diferente daqueles que emprega o Serviço Social de Casos individuais e o Serviço Social Coletivo e perseguindo o mesmo fim, o Serviço Social de reformas sociais tende a elevar ‘em conjunto’ as condições nas quais vivem as massas, principalmente pela propaganda social e pela legislação social. (RICHMOND, 1977, p. 149)

Com isso, quer-se demonstrar que todo o trabalho de Richmond origina-se na pessoa. A sua construção inicial centrou-se no Serviço Social de Casos, cujo objetivo se encontra na realização e no bem-estar da pessoa humana. Salienta a autora que o Serviço Social como profissão caracteriza-se pela ajuda entre as pessoas, sejam assistentes ou assistidos. Essa ajuda tende a influenciar as inter-relações dos comportamentos humanos e do meio social, movida por uma filosofia que salvasse a posição indivisível da pessoa humana.

Richmond defende a ação direta entre indivíduo e indivíduo “face to face” e ação indireta entre indivíduo e meio social, com a percepção dos recursos, perigos e influências do meio social e percepção das características individuais e pessoais.

Mary Richmond (1861–1928) era integrante da Sociedade de Organização da Caridade de Baltimore (EUA). Em 1897, com a sua participação, durante a Conferência Nacional de Caridade e Correção – Toronto (Canadá) – cria-se a proposta de ensino de Filantropia Aplicada, ação essa realizada em 1898, em Nova York. Richmond deixou uma importante herança para a história de Serviço Social por meio de suas produções: *Diagnóstico Social* (1917) e *Caso Social* (1917).

Segundo Martinelli (2010) e Borba (1983), com base em suas principais obras (*Diagnóstico social e Estudo Social de Caso*), o método norte-americano de Mary Richmond pregava a ideologia e moral proposta pela classe dominante da época, o caráter de controle e promoção da integração, o ajustamento do indivíduo ao funcionamento harmônico da sociedade – mudança de comportamento específico., do Serviço Social. Nessa perspectiva, a Questão social é concebida um problema individual (personalidade do indivíduo/cliente).

Segundo Borba (1983), Mary Richmond trabalha com as seguintes categorias axiológicas: pessoa humana, desenvolvimento da personalidade, meio social, relações sociais, democracia e reformas. Sobre as Relações Sociais destaca duas abordagens que são tomadas pelo Serviço Social:

Pode-se estar profundamente interessado nas manifestações das relações sociais nos indivíduos, percebendo, sem dúvida, que o indivíduo é seu produto e que o seu íntimo central está ligado por interesses e afeições conscientes; ou pode-se, intuitivamente, começar pela outra extremidade e procurar um melhor ajustamento das relações sociais, através de unidades maiores, isto é, de melhoria das massas (RICHMOND, Mary E. *The Long View*. New York, Russel Sage Fundation, 1930, apud BORBA, 1983, p. 397 e 398).

A autora Borba (1983) sustenta sua tese através da citação direta anterior, visto que é através do melhor ajustamento dos indivíduos, das relações sociais que podemos ter um melhor ajustamento das massas à sociedade capitalista. Cada indivíduo faz parte da sociedade e do meio social, é por meio dessa inserção que o Serviço Social busca a reforma, desenvolvimento da personalidade para a pessoa humana integrar na sociedade. Portanto, essas são características do Serviço Social Tradicional apresentadas.

Outra autora importante para o Serviço Social foi Jane Addams (1860-1935), a qual deixou uma herança para o Serviço Social por meio de suas obras: *Democracia e Ética Social* (1902) e *Paz em Tempos de Guerra* (1922). A mesma fundou uma Instituição para Imigrantes

com diversos programas de educação, trabalhou em favor dos direitos das mulheres, das crianças e dos adolescentes, da paz, dentre outros trabalhos importantes da autora. Recebeu o Prêmio Nobel da Paz, em 1931.

Segundo Carvalho (2012), o Pensamento de Jane Adams está atrelado as ideias de reforma da ação social com princípios de justiça e equidade. Fazia trabalho de grupo com contato permanente com a realidade de ação. Implicação dos assistentes sociais e dos próprios sujeitos na ação social da cidade. Criou os *Settlements* e a *Hull House* de Chicago (1889) que eram centros comunitários que visavam contrariar os efeitos perversos da industrialização e desenvolver as comunidades. Desenvolveu os grupos de autoajuda, sendo referência para determinadas reformas sociais nos Estados Unidos e para a independência da profissão como gênese do Serviço Social crítico.

Segundo Andrade (2008), Gordon Hamilton foi docente em Serviço Social da Universidade de Columbia de 1923 a 1957. Seu trabalho mais importante foi " A Teoria e Prática do Serviço Social de Casos cuja primeira edição foi publicada em 1940. Este livro e sua edição mais recente (1951) permaneceu como texto básico em educação e serviço social por muitos anos. Durante sua carreira acadêmica, ela aliou atividades práticas à sua produção intelectual. Como resultado, seu trabalho escrito mostrou uma constante evolução de seu pensamento. Ela acreditava que a integração do conhecimento científico e dos valores sociais eram os princípios básicos da prática. A concepção funcional da sociedade fica bem evidente por trás das ideias de Richmond, visto que era elaborada pela sociologia americana, e essa mesma sociologia foi somada a Gordon Hamilton, dentre outros que atribuíram autoridade advinda do saber fazer específico, distinto do senso comum, aos assistentes sociais brasileiros. Segundo Hamilton (1951), o caso social é composto de fatores internos (subjetivos) e externos (objetivos), não se trata os indivíduos somente em relação a suas experiências sociais, mas também trata-se de seus sentimentos em relação a estas experiências. Portanto não é possível restringir o Serviço Social de Casos a simples modificações das condições exteriores pois cada problema é, em geral, interpessoal além de social.

O Serviço Social americano influenciou também a prática e a formação dos assistentes sociais nos países latino-americanos, porém tal influência não se deu de uma maneira mecanizada. Souza (1982) aborda algumas diferenças entre o Serviço Social americano e latino-americano:

Se o Serviço Social é lançado nos Estados Unidos e Europa como meio de ajustamento social do indivíduo, o grande choque do Assistente Social latino-americano é que os problemas com os quais passa a se defrontar já desde a origem da institucionalização da profissão são exatamente aqueles de

‘dependência’. Ou seja, aqueles problemas que requerem uma ação de emergência assistencial com vistas à reparação imediata das próprias condições de sobrevivência, não simplesmente de indivíduos, mas de grandes grupos populacionais (SOUZA, 1982, p. 62)

Outra diferença é que nos países latino-americanos, desde a sua origem até os dias atuais, a maior demanda pela profissão foi do Estado e das instituições públicas, enquanto nos Estados Unidos a predominância da atuação profissional se deu nas instituições privadas. A atuação dos profissionais nos países latino-americanos se deu através: ação condicionada pela estrutura da obra social, obras públicas, cumprimento das leis e regulamentos, problemas fundamentais à assistência imediata relativa à sobrevivência da população, depois, à adequada reforma da personalidade de cada indivíduo. (SOUZA, 1982).

Com o aumento dos mesmos problemas entre os diversos indivíduos, observou-se a importância de se trabalhar com o Serviço Social de Grupo a fim de atender aos interesses contraditórios tanto da classe dominante (difusão ideológica, desenvolvimento da nação e controle da ordem social) como da dominada (atendimento de direitos e necessidades sociais). É importante destacar que os autores (insira os nomes dos autores e o ano) defendem que os assistentes sociais tinham conhecimento, técnica e habilidade para poder tratar de uma maneira correta o grupo, não sendo uma ajuda sem fins técnicos. Essa técnica foi importada de outros países para o Brasil, o qual trabalhou de acordo com suas particularidades.

A autora Konopka (1972) trabalha com o conceito de trabalho de grupo como um método de trabalho social baseado na ajuda oferecida pelos assistentes sociais:

[...] o trabalho de grupo é um método de trabalho social. Método de trabalho social são processos de ajuda, e não podem ser separados da função que a profissão, como um todo, considera como sendo sua própria [...] O trabalho social de grupo é um método de trabalho social que ajuda as pessoas a realizarem seu funcionamento na sociedade através de experiências grupais objetivas e a enfrentarem de modo mais eficaz os seus problemas pessoais, grupais ou comunitários (KONOPKA, 1972, p. 64).

Observa-se a presença de uma concepção estática da autora em relação ao funcionamento social, uma vez que não busca alterar a ordem societária estabelecida, apesar de a ajuda às pessoas fazer-se presente, mas estritamente nos contornos do já instituído. Dessa forma, trabalhar sem levar em conta os determinantes estruturais da sociedade faz com que a profissão tende a se limitar a um sistema de operações meramente técnicas, baseado nas determinações de organizações de trabalho, embora as técnicas trabalhadas sejam de suma importância como instrumental valioso que poderia mudar alguns aspectos da realidade efetiva da população.



Gisela Konopka possui graduação em ciência educacional, filosofia, psicologia e história, conquistados em Hamburgo, Alemanha. A autora emigrou para os Estados Unidos obtendo graduação em “Assistência Social” junto à Universidade de Pittsburgh e doutorado pela Universidade de Columbia. Ela aborda em seus livros, dentre outras questões, como os assistentes sociais devem agir em alguns setores como assistência social, juventude, bem-estar para crianças, serviços familiares, pessoas idosas e serviços médicos e psiquiátricos. No livro Trabalho Social de Grupo (1968) mostra as novas técnicas de trabalho social de grupo evidenciando as categorias essenciais inerentes ao método de aperfeiçoamento individual e comunitário.

Autoras como Simone Paré (1971) e Helen Northen (1971) trabalham com os mesmos problemas de base conceitual citados anteriormente. A realidade é para elas algo natural, acabado, cabendo a função de manutenção e preservação da ordem social, atendendo apenas a alguns interesses de sobrevivência da classe trabalhadora. Comprovando essa ideia, Northen (1971) trabalha com conceitos de Serviço Social de Grupo como instrumento de solução de problema e conceito de grupo. Ela também defende a ideia de que a profissão é um instrumento de ajuda às pessoas a interagirem melhor com as outras e com o ambiente:

O Serviço Social tem como principal interesse o indivíduo em suas relações interpessoais e em suas confrontações com o ambiente. A profissão possui uma rica herança de atividades que têm por fim reformar as condições que degradam a personalidade humana, dispões de serviços destinados a satisfazer as necessidades básicas de sobrevivência do homem e de melhoria de capacidade para uma melhor atuação psicossocial. (NORTHEN, 1971, p. 13)

Já o objetivo da prática do Serviço Social com grupo é ajudar indivíduos a usar o grupo para enfrentar e resolver problemas existentes no funcionamento psicossocial, o que facilita o estabelecimento de padrões mais eficazes de funcionamento da sociedade e do grupo. Dessa forma, Paré (1961) sustenta que

O Serviço Social de Grupo busca objetivos semelhantes ao de Caso, mas procura atingi-los através da atividade de grupos formados com base na amizade e identidade de interesses. Nesses grupos, o ser humano experimenta adaptar-se a si mesmo e a outrem. Acha-se aí relacionado com o assistente social e com os outros membros, simultaneamente como indivíduo e como parte de uma coletividade que vem a ser, para ele, um meio especial de observação e de tratamento social. [...] ajudando os seus clientes a se adaptarem ao meio especial de observação e de tratamento que lhes proporciona, cria ou restabelece neles a possibilidade de expandir-se socialmente, de se socializar, isto é de superar as suas dificuldades de adaptação e trazer uma contribuição melhor aos outros grupos nos quais vivem (PARÉ, 1961, p. 1)

O conceito de grupo para Konopka (1972), Northen (1971), Paré (1961) e Cavalcante (1979) pode ser sintetizado como o conjunto de indivíduos que possuem características diferentes, que se preocupam uns com os outros, interagem uns com os outros, partilham um objetivo comum e um conjunto de normas que dão direção aos seus comportamentos e atividades, estabelecem um conjunto de atrações interpessoais e possuem papéis dentro de cada grupo. Os objetivos dos assistentes sociais de grupo eram: contribuir com a expansão do indivíduo e realização de metas sociais desejáveis; expansão pessoal, ajuste do indivíduo a outras pessoas, a grupos e à sociedade, e a motivação do indivíduo no sentido da melhoria da sociedade na perspectiva de melhorar os cidadãos; e o reconhecimento pelo indivíduo de seus direitos próprios, habilidades e diferenças de outros. Visa, assim, realizar o processo grupal, de sorte que surjam decisões em decorrência do conhecimento e da integração de ideias. O trabalho psiquiátrico requer o emprego de todos os conhecimentos do assistente social e, além disso: “1) um conhecimento aprofundado da psicopatologia e dos diversos aspectos, de acordo com os quais as desordens mentais e emocionais podem ser tratadas; e 2) uma designação precisa do lugar do assistente social no contexto de um tratamento cooperativo de um grupo de médicos” (KONOPKA, 1968, p. 29). Dessa maneira, é um trabalho terapêutico de grupo de pacientes que necessitam de tratamento psiquiátrico.

Além de que esses autores defendem que o Serviço Social trabalha com método de Grupo através de: trabalho direto com grupos de crianças e adolescentes; supervisão de voluntários e de assistentes em horário de meio expediente para ajuda-los com seu trabalho de grupo; trabalho na vizinhança; Serviços da Juventude; Serviços de Bem-Estar para Crianças; Serviços Familiares; Serviços Prestados às Pessoas Idosas; Serviços Médicos e Psiquiátricos; Atividades Correccionais; Trabalho Social nas Escolas.

Dessa maneira, podemos perceber que o método de trabalho de grupo possui certas tendências: uso do grupo como instrumento consciente de ajuda em todos os serviços sociais, inclusive o de orientação individual; Uma ampliação da função tradicional do serviço social no sentido da inclusão das funções orientadas para a educação, conforme os serviços juvenis; uma preocupação com a ação social não apenas a favor dos clientes, como tem sido tradicional na previdência social, mas com a participação dos membros como aliados do assistente social profissional; Uma preocupação com o indivíduo, o grupo, e a necessária mudança cultural.

Outro método do Serviço Social Tradicional foi o de Comunidade. Autores como Ross (1964) e Hillman (1956) trabalham com o conceito de reforma social dentro da comunidade, através da reconstrução moral e social da pequena comunidade a fim de manter a ordem social

capitalista e, ao mesmo tempo, atender ao bem comum, dentro de uma perspectiva positivista. Dessa forma, a organização da comunidade é definida como

Processo pelo qual uma comunidade identifica suas necessidades e objetivos, uns e outros desenvolvem a confiança e a vontade para trabalhar nestas necessidades ou objetivos, encontra os recursos (internos ou externos) para lidar com eles, age em relação aos mesmos e, ao fazer isto, amplia e desenvolve atitudes e práticas cooperativas e de colaboração na comunidade. (ROSS, 1964, p. 13)

Concordando com a ideia de Ross (1964), Souza (1982) afirma que o Serviço Social de Comunidade, apoia-se nas teorias da Antropologia, Sociologia, Psicologia:

A comunidade, o sistema social, a estrutura social, a questão das funções e papéis desempenhados pelos agentes sociais são temas presentes aos procedimentos metodológicos do Serviço Social de Comunidade. Nas contribuições da Antropologia, tem-se destacado a cultura e a comunicação do homem nas sociedades iletradas. Nas contribuições da Sociologia, tem-se observado a questão das funções e papéis sociais tomados como elementos do sistema social e da infraestrutura material de uma área determinada, como elemento definidor a estrutura social, pois a comunidade é um componente da estrutura e do sistema social. (SOUZA, 1982, p. 86).

O sistema social tem como função a integração social, constituído por valores, normas, coletivos e papeis, organizando-se com base nas relações sociais. Por isso, a importância da Antropologia pois estuda a cultura da sociedade e a comunicação entre os homens. A sociologia estuda as funções e os papeis sociais. No Serviço Social de Comunidade, a função é integrar socialmente a comunidade, melhorar a personalidade de cada pessoa e adaptá-los ao sistema social a fim de alcançar um melhor desenvolvimento nacional. Segundo Ammann (1978), esse método é realizado através do incentivo à participação social, que é o processo mediante o qual as camadas sociais tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada. Sabemos que essa participação não é igual para todos os indivíduos da sociedade capitalista.

A preocupação do Serviço Social brasileiro com o Desenvolvimento de Comunidade atrela-se a um movimento de âmbito internacional, deflagrado oficialmente pelas Nações Unidas, referendado por inúmeros organismos interessados na expansão da ideologia e do modo de produção capitalista. A formação acadêmica nessa época era

Marcada pela perspectiva metodologista, enfatizava os métodos tradicionais, utilizando-se dos fundamentos teóricos advindos das ciências sociais, a partir da ótica funcionalista. Objetivava-se com isso, que o assistente social fosse capaz de viabilizar a participação da população no projeto desenvolvimentista do governo, controlando o acirramento de tensões resultantes da contradição da política desenvolvimentista (SILVA, 2015, p. 30)

Segundo tal perspectiva, o desenvolvimento de Comunidade gerava melhor impacto de tratamento do que os atendimentos individuais de caso. Nesse sentido, a concepção de trabalho com grupos desenvolveu-se para a ação intergrupos, onde certo tipo de problemática social necessita da atuação de vários grupos, os quais, por terem objetivos comuns, deveriam se interligar. “Um processo de adaptação e ajuste de tipo interativo e associativo e mais uma técnica para conseguir o equilíbrio entre recursos e necessidades” (AMMANN, 1984).

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi a primeira Superintendência Regional a adotar oficialmente o Desenvolvimento de Comunidade, concebendo-o como um conjunto de atividades pelas quais a comunidade participa do processo de desenvolvimento econômico.

A participação do serviço social no Desenvolvimento de Comunidade promovido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), desde 1963, por meio do I Encontro de Escolas de Serviço Social do Nordeste, estudava a problemática do mesmo, realizava treinamento para professores e técnicos daquela disciplina, com enfoque no desenvolvimento econômico. As superintendências da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL) também adotaram mais tarde o método de Desenvolvimento de Comunidade, caracterizando o período como a fase de institucionalização em bases regionais.

Assim, o Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, com algumas singularidades e com as cabíveis adaptações, passa a criar programas e acionar mecanismos que instituem incentivos de integração regional e social.

Autora Ammann (1978) posiciona-se criticamente sobre o conceito de participação e democracia social, os quais são essenciais ao trabalho do Serviço Social junto às comunidades. A participação, numa perspectiva de transformação social, significa contribuir para a produção de bens e serviços, dispor e usufruir deles na dimensão da própria contribuição, além de participar da gestão da sociedade, o que é defendido também por Freitag (1977, p. 13):

A participação não é medida em termos de integração ou não em uma associação, ou de desempenho ativo ou passivo nela, mas sim em termos de intensidade e qualidade da participação na produção, gestão e usufruto de bens e serviços da sociedade como um todo. Com isso, o conceito de participação social é transferido da dimensão superficial do mero ativismo imediatista, em geral se, consequências sobre o todo, para o âmago das estruturas sociais, políticas e econômicas.

Ammann (1978) defende que a profissão Serviço Social deve ser tratada como disciplina teórica e prática, através de suas técnicas e práticas, deve reconhecer as verdadeiras

necessidades e condições de vida das classes subalternas, assim como conduzir essa classe a uma verdadeira participação social, através de cogestão dos processos históricos, não podendo funcionar como paliativo.

Os três métodos do Serviço Social Tradicional possuem em comum que seus fundamentos se orientam por perspectivas teóricas como o positivismo e o funcionalismo, com base em princípios da interação, atitude, percepção, sociabilidade, cooperação e solidariedade que movem as ações individuais, grupais e de comunidade com vistas ao desenvolvimento da personalidade, “são recursos humanos em potencial que precisam assumir a sua condição de recurso necessário ao desenvolvimento da personalidade e também ao desenvolvimento nacional” (Souza, 1962, p. 67). Defendem a ideia de valor baseado na dignidade da pessoa humana, com espírito democrático de dar liberdade para cada indivíduo tomar suas decisões e participar da tomada de decisão dentro da instituição, ideias ancoradas nas crenças Judaico-Cristãs, no humanitarismo.

Outra característica em comum entre os três métodos é que a sistematização do Serviço Social de Grupo e de Comunidade apresenta a mesma concepção estruturante que o Serviço Social de Caso faz dos problemas sociais, o que faz com que as novas perspectivas de ação partam de pressupostos similares quanto aos problemas que se propõem resolver.

A função do Sistema Social para esses três métodos é integração social, constituído por normas, coletivos e papéis, valores, tendo como base as relações sociais. O sistema de personalidade possui processos de ação movidos pela motivações e compensações da personalidade. Por fim, o sistema cultural tem como função manter os padrões através dos significados simbólicos e ideológicos que o constituem; os organismos de conduta através da adaptação também são muito importantes para esses três métodos. Com isso, formam uma estrutura interdependente de órgãos solitários, os quais cada um possui uma função importante dentro do sistema social. Essas características provêm originalmente do Positivismo.

Nesse sentido, as autoras Souza (1962) e Amann (1978) destacam que o profissional de Serviço Social atua através da formação da personalidade do indivíduo, mantendo os padrões culturais vigentes da ordem capitalista, integrando cada indivíduo a um grupo ou a uma comunidade dentro de um sistema social.

Compreender que particularidades envolveram o Serviço Social Tradicional no Amazonas é fundamental para que se compreenda a formação profissional, as características e influências teórico-metodológicas presentes na primeira escola de Serviço Social no Amazonas, criada no ano de 1940.

### 1.3. ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL NO AMAZONAS: ORIGEM E FUNDAMENTOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL ENTRE 1940 E 1960

Neste item iremos trabalhar o Serviço Social na história no Amazonas e o contexto econômico, social e político do Amazonas à época a fim de compreendermos como se deu a formação acadêmica nos primeiros anos de sua criação.

A obra de Montenegro (1986) é muito importante para se trabalhar esse subitem, visto que é uma das poucas obras que trabalham os fundamentos desse tema no Amazonas. Entre os anos de 1920 e 1960 o Amazonas enfrentou o declínio da borracha e a decadência econômica, apesar das medidas do governo de tentar retornar ao auge da borracha, através da criação da Superintendência da Defesa da Borracha. Esse contexto de crise fez emergir de forma mais intensa várias expressões da questão social no Amazonas, dentre as quais: o desamparo das famílias e dos migrantes nordestinos, mulheres pré-tuberculosas, crianças anêmicas, doentes, prostituição infantil, analfabetismo, tuberculose, habitação insalubre, problema do alcoolismo, desemprego, precárias condições de vida, falta de educação formal e educação higiênica etc.

Todos esses problemas levaram o Estado e a classe dominante a buscarem meios de contarem as revoltas populares e aliviarem o sofrimento da população carente e trabalhadora. Segundo Vallina (2020), o Governador do Amazonas solicitou ao juiz de menores André Vidal de Araújo (1898-1975), uma das primeiras personalidades a preocupar-se com essas questões, a elaboração de uma política de assistência para o Estado. Na sua apresentação o juiz de menores, dentre outras medidas, defenderá a necessidade da criação de uma escola de Serviço Social.

Assim, a Escola de Serviço Social no Amazonas foi fundada em 1941, sob influência do Juizado de Menores, a fim de solucionar os problemas advindos dos “males sociais”. Sob a coordenação de André Araújo, a escola de Serviço Social foi criada para

[...] sanar ou evitar os males sociais. Sua ação se realizava, agindo sobre a sociedade e as instituições, visando normalizar a vida dos indivíduos, melhorando-os de condição, readaptando-os à vida normal da sociedade. O Serviço Social era o meio que permitia à assistência social passar do campo abstrato para o das realizações (MONTENEGRO, 1986, p. 78).

Destaca-se na citação a influência da teoria positivista, numa perspectiva psicologizante, visto que a causa dos problemas não estava na sociedade e no modo de produção vigente, mas sim nos indivíduos que não estavam adaptados à “vida normal” da sociedade. Com base em princípios do positivismo como: interação, atitude, percepção, sociabilidade, cooperação e solidariedade que movem as ações individuais, grupais e de comunidade com vistas ao

desenvolvimento da personalidade com base em princípios do positivismo como: interação, atitude, percepção, sociabilidade, cooperação e solidariedade que movem as ações individuais, grupais e de comunidade com vistas ao desenvolvimento da personalidade. Assim, podemos perceber que o positivismo estava atrelado à manutenção da ordem social e a integração de indivíduos a comunidades, por isso, o objetivo era sanar ou evitar males sociais advindos das revoltas ou da “desintegração” individual, objetivando também readaptar os indivíduos à “vida normal” interpretada pelos padrões vigentes burgueses.

Na esteira da reflexão anterior, identifica-se também que a escola de Serviço Social do Amazonas teve influência da Igreja Católica:

A assistência social compreende os esforços destinados a aliviar a miséria, o sofrimento e a desgraça, sobretudo em relação às classes desamparadas. É uma característica do Estado moderno. É a própria solidariedade humana, transbordando de caridade cristã, e feita em bases científicas, para o trabalho do equilíbrio social e melhoramento das condições gerais da vida, na luta contra a miséria, enfermidade, delinquência, abandono (MONTENEGRO, 1986, p. 79).

A base ideológica do Serviço Social no Amazonas deveria ser cristã, baseada na solidariedade humana, visto que as causas dos males sociais eram a anarquia, estado de desorganização social no mundo e a falta de moral cristã das pessoas. Montenegro (1986, p. 80) esclarece que para o fundador da Escola de Serviço Social do Amazonas, André Araújo,

As causas da situação de caos em que se encontrava o mundo seriam: o liberalismo e as ideias contrárias à fé, a ânsia de lucros e a decadência das instituições sociais: o Tratado de Versailles. Eram também culpados todos os pensadores que criticavam a ideologia da Igreja ou que se afastavam dela e de seus dogmas, como: Erasmo, Lutero, Locke, Rousseau, Voltaire, Comte, Nietzsche, e muitos outros. Por outro lado, os pensadores católicos apresentavam análises corretas da realidade mundial e respostas adequadas a seus problemas. Eram eles: Berdiaeff, Maritain, Carrel, Leonardo Coimbra e Leonel Franca.

Portanto, sabe-se que o Serviço Social Tradicional se baseava no início de sua constituição nos princípios humanistas cristãos, dentre eles: a defesa do liberalismo (cada indivíduo possui o direito de ter sua propriedade privada), ao mesmo tempo que pregava a caridade cristã e criticava todos os ideais contrários tanto à fé, religião e pensamentos críticos da sociedade liberal.

A escola de Serviço Social também se guiava pelos princípios da harmonização do homem, uma vez que seu lado espiritual, biológico e social deveria estar harmonizado para poder resolver seus problemas humanos. Além disso, os direitos e deveres do homem deveriam ser guiados pela lógica cristã, conforme detalha Montenegro (1986, p. 81):

Da visão do homem como ser transcendente se originavam, para André Araújo, os conceitos de direito e dever. Os deveres seriam em relação a Deus, consigo mesmo e com o próximo. Os direitos seriam uma consequência dos deveres, a sua contrapartida. Se o Estado encarar o homem à luz da verdade cristã, poderá reequilibrar-se. Mas deveria criar um sistema que favorecesse o desenvolvimento da pessoa humana, em seus aspectos biológicos e psicológicos, fornecendo-lhe condições para ganhar a vida, educação, assistência e proteção. As leis assistenciais surgem para restabelecer o equilíbrio social naquilo em que ele se desfez, e para estabelecê-lo no que esteja falho.

É importante notar que o Serviço Social surgiu para atender aos problemas sociais, com objetivo de atuar em bases técnicas, por meio do inquéritos e pesquisas sociais, sob cunho científico e sistemático, com influência do pensamento católico cristão, requerendo a atuação do Estado para elaboração de legislações para atendimento das necessidades humanas, a fim de harmonizar a sociedade e colocar ordem na mesma. Segundo Montenegro (1986, p. 81), a escola de Serviço Social no Amazonas teve sua base influenciada pela escola de Serviço Social de São Paulo, visando adaptar o currículo às particularidades regionais do Amazonas:

Visando a formação de pessoal especializado, André Araújo propôs a criação de uma escola de Serviço Social nos moldes da de São Paulo, que daria aos alunos os conhecimentos teóricos e técnicos necessários ao exercício da profissão. Tais conhecimentos seriam, contudo, apenas um aperfeiçoamento dos dotes naturais de bondade, devotamento, abnegação e dinamismo, pois, sem essas qualidades, de nada adiantaria o conhecimento. O trabalho social seria exercido como uma carreira remunerada, ou não. Com duração mínima de dois anos, e selecionando os alunos por seu nível cultural e formação moral, o curso prepararia profissionais aptos a trabalhar em instituições públicas e particulares.

Dessa forma, percebemos a influência do Serviço Social Tradicional na Escola de Serviço Social do Amazonas através da defesa do aperfeiçoamento da moral, da religião, da bondade, ao mesmo tempo que selecionava apenas os estudantes que tinham tanto uma boa reputação moral e quanto um nível cultural favorável ao capitalismo. Tendo como o principal responsável o Juiz de Direito do Juizado de Menor André Araújo.

Outra característica do Serviço Social Tradicional presente na Escola de Serviço Social no Amazonas é a exigência posta às alunas, as “damas da caridade”, como “atestado de idoneidade moral; atestado de sanidade física e mental” (MONTENEGRO, 1986, p. 83).

A maioria dos alunos formados pela Escola de Serviço Social no Amazonas era mulher, oriunda de família rica e se formavam visando uma atividade assistencial, ou seja, o curso não visava apenas a formação de profissionais rentáveis. O interesse pela formação era para atenuar os conflitos sociais e não ameaçar a classe social dominante; e outro interesse era o idealismo



peçoal pela necessidade de atuar sobre os males sociais, numa perspectiva de solidariedade humana. Montenegro (1986, p. 92) destaca que:

A região Norte havia sofrido revoltas de caráter popular, como, por exemplo, a Cabanagem. A presença, no Amazonas de grande número de imigrantes e seus descendentes desempregados ou subempregados constituía permanente foco de tensão. Incapaz de combater as causas dos problemas sociais existentes em Manaus, no início da década de 40, ou não desejando fazê-lo, a classe dominante amazonense propôs-se a combater os efeitos. Nesse sentido, contou com o apoio oficial, de vez que a política social e trabalhista do Estado Novo consistia em encampar e oficializar os sindicatos, também apoiando as atividades de caráter assistencialista.

O Estado, a classe burguesa e a Igreja Católica, apoiando uma reforma no capitalismo ao invés de uma revolução social para uma nova ordem social, aliaram-se contra as ideias comunistas e a luta dos trabalhadores, revoltas e movimentos sociais, visto que defendiam o capitalismo, o controle e a manutenção da ordem social vigente.

Ao analisar comparativamente os temas dos trabalhos de conclusão de curso à época, Montenegro argumenta (1986, p. 93) que:

A análise comparativa dos temas escolhidos para as teses de conclusão de curso no período 1941-45, confirma o ponto de vista de que não se pretendia atacar e nem tampouco conhecer as origens dos problemas existentes, mas apenas caracterizá-los e lidar com suas consequências. A análise mostra também a presença de temas pertinentes aos campos da medicina, da saúde pública, e da filosofia.

Percebe-se a presença de uma influência higienista e da medicina social no curso de Serviço Social, visto que a grade curricular do curso tinha disciplinas como: biologia aplicada à educação, psiquiatria infantil, higiene, nutrição, puericultura e enfermagem (cuidados à mãe gestante, bebê, a parte industrial e hospitalar).

Segundo Bravo, em seu livro Serviço Social e Saúde no capitalismo (2013), nessa época a medicina social considerava que a doença não provinha apenas de fatores biológicos, individuais, de maneira curativista, mas sim do meio social em que a pessoa vive, sendo necessário, assim, a atuação do Estado para prevenir tais doenças.

Além das matérias já citadas com relação ao conteúdo programático das disciplinas, verificou-se a presença de outras matérias como: moral (presença da visão católica, baseado nos 10 mandamentos), doutrinas sociais (Doutrina Social da Igreja), psicologia social, sociologia (princípios sociológicos como integração social, desajustes sociais e conflito social), direito de família, estatística e contabilidade, alimentação e matérias de Serviço Social. De acordo com Montenegro (1986, p. 90) na disciplina de Serviço Social,

Estudava-se: O serviço social e a formação dos assistentes sociais; O programa do Serviço Social; o Sentido do Serviço Social; O casamento e o

Serviço Social; Analfabetismo e Abandono da Infância; A habitação e a moral; Proteção legal ao trabalho das mulheres e dos menores; proteção e educação da criança surdo-muda; o reajustamento social do cego; O Serviço Social nas prisões; O parque infantil e seus problemas morais-sociais; Cinema e formação social; Assistência Social no Juízo de Menores; A empregada doméstica e o seu amparo; A assistente social na creche; Assistência à mãe operária; Como se faz um reajustamento social; O menor desvalido; O menor abandonado; A criança-problema; Delinquentes menores; Tribunal de Menores e Juízos Privativos de Menores; Instituições para crianças desamparadas; Tratamento dos menores delinquentes e abandonos

Observa-se que há uma forte presença de conteúdos sob influência da medicina social, das Doutrinas da Igreja Católica, da Sociologia Positivista e do Direito, principalmente relacionado à questão do “menor”, visto que André Araújo era profissional da área de Direito, Juiz de Menores.

Em relação ao currículo mínimo da Escola de Serviço Social de São Paulo de 1936, as disciplinas trabalhadas, segundo Yazbek (1980) foram: Economia, Sociologia, Psicologia, Higiene, Anatomia, Estatística, Direito, Serviço Social, Técnica, Enfermagem, Português, Lógica, Moral, Economia, Psicologia dos Anormais, Higiene do Trabalho, Puericultura, Direito do Menor, Psicotécnica e Psicologia. Como já mencionado por Montenegro (1986), essas disciplinas orientaram a formação dos primeiros assistentes sociais tanto das Escolas de Serviço Social de São Paulo e como da Escola de Manaus sob influência higienista, da Igreja Católica, do Direito, da Psicologia e Sociologia, bem como da influência franco-belga e, posteriormente, norteamericana.

Uma das mais reconhecidas influências teórico-metodológicas sobre o Serviço Social brasileiro naquela época é, sem dúvida, a Doutrina Social Católica, de origem franco-belga, inspirada, inicialmente, na filosofia de São Tomás de Aquino, e, posteriormente retomada, através dos esforços de Jacques Maritain, na França, e o Cardeal Mercier, na Bélgica, no final do século XIX e perdurando até o século XX, com uma nova roupagem: o neotomismo. Conforme Aguiar (1985), o objetivo dessa retomada era atualizar a Doutrina Social com o pensamento moderno, ou seja, não permitir que as correntes teológicas que fundamentaram os pilares da igreja enquanto instituição hegemônica de dominação ideológica fossem superadas e dadas como ultrapassadas devido ao progresso científico no campo do pensamento moderno. O esforço empregado nessa reconquista, no entanto, não se deu somente no campo do pensamento, mas “essa estratégia desenvolvida pela Igreja se dirigirá para a recuperação de seus privilégios e da legitimação jurídica de suas influências dentro do Estado” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2005, p.159). No Brasil, como esclarecem Iamamoto & Carvalho (2005) uma dessas estratégias consistiu na mobilização de mecanismos de resgate do controle da opinião pública para

manutenção do apogeu ideológico e social utilizando-se do movimento católico laico, processo que os referidos autores denominam de recristianização da sociedade civil. Na escola de Serviço Social de Manaus, a Doutrina Social Católica contribuía para o controle sobre as classes populares, atendimento às exigências do capital, amenização da pobreza (consequências dos problemas sociais e não na sua causa propriamente dita) via caridade e reforma social. Além da formação dos profissionais com base no conteúdo moral e cristão.

De acordo com Montenegro (1986), os objetivos para formar profissionais de Serviço Social eram para atender de forma imediata no meio em que viviam e para suprir a falta de profissionais como Orientadores Educacionais e Enfermeiras, de forma que o Serviço Social no Amazonas trabalhasse mais nas consequências dos problemas sociais do que nas causas, de forma paliativa e imediata.

A Escola de Serviço Social do Amazonas surgiu para auxiliar na solução dos problemas da sociedade amazonense, com uma concepção caritativa e assistencialista, numa ideologia de promover assistência para diminuir os conflitos sociais e manter a ordem social. Segundo Montenegro (1986), dentre os principais problemas mencionados pelas estudantes da escola foram: 1. A questão dos imigrantes, soldados da borracha. 2. Alcoolismo muito presente na classe baixa. 3. Abandono infantil. 4. Prostituição. 5. Doenças.

Em relação à escolha da profissão pelas assistentes sociais, Montenegro (1986, p. 114) aborda que:

O idealismo parece ter sido a principal razão de escolha da profissão de assistente social, para os formados das primeiras turmas. Observar-se a influência da Ação Católica na própria concepção da profissão de assistente social, vista mais como uma vocação de doação do que como uma técnica de atuação no meio social. Em três casos, a escolha se deu pela falta de opções, pois eram poucas as carreiras oferecidas em Manaus naquela época, sobretudo para as mulheres. Quanto a este último aspecto, temos a caracterização da profissão como uma profissão feminina, o que pode ser confirmado pelo alto percentual de mulheres como alunas das primeiras turmas.

No tocante aos objetivos da Escola de Serviço Social de Manaus da formação profissional buscava-se o ensino técnico para a prática, como o ensino relacionado à moral. “Isto demonstra que, na escola de Manaus, a parte prática merecia bastante atenção, embora não se descuidasse da formação teórica e geral, inclusive, o que é muito importante pelas influências da escola, o aspecto moral” (MONTENEGRO, 1986, p. 115).

Podemos dizer que a influência na fundação da escola de Serviço Social de Manaus foi da Ação Católica, da Legião Brasileira de Assistência Social, do Governo Getúlio Vargas, da sociedade manauara e do interventor do Estado do Amazonas. “Para a linha de pensamento

predominante na escola, houve quase uma unanimidade das respostas, de vez que ‘humanismos cristão’ pode ser identificado com a Doutrina da Igreja” (MONTENEGRO, 1986, p. 117)

Dentre as opiniões das estudantes da escola sobre a influência da Igreja Católica, houve respostas positivas como: segurança da orientação da formação e prática profissional; em relação às respostas negativas: falta de liberdade de pensamento e de possibilidade de crítica e de debate entre os alunos. Em relação às respostas positivas, percebe-se que “a maioria dos alunos antes de entrar para escola já estavam engajados em movimentos católicos, o que os colocava em consonância com a linha ideológica da escola” (MONTENEGRO, 1986, p. 119).

Outra característica marcante da Escola foi que nos primeiros anos o ensino era gratuito, contava com o corpo docente voluntário, do círculo de convivência (amigos, parentes) com o fundador, de outras áreas de ensino. André Vidal de Araújo era o responsável para lecionar matérias do Serviço Social, “realmente, nos seus primeiros momentos, a Escola de Serviço Social de Manaus se identificava mais com o trabalho voluntário, ligado à Ação Católica do que com um envolvimento profissional propriamente dito” (MONTENEGRO, 1986, p. 120).

Em relação ao trabalho das Assistentes Sociais, percebe-se uma predominância do caráter assistencialista:

Os entrevistados viam, na época de seu curso, a função do assistente social como um trabalho assistencial, de amparo às pessoas necessitadas, em especial à infância. Apenas 11,11% das respostas referiam à atividade como profissão, e mesmo assim em órgãos públicos. É verdade que o trabalho em instituições assistenciais pode também ser remunerado, e esta resposta, sem especificar se havia ou não remuneração, obteve 29,63% (MONTENEGRO, 1986, p. 122).

Portanto, a escola de Serviço Social de Manaus estava atrelada às características do Serviço Social Tradicional de outras regiões, como a de São Paulo, com características do Serviço Social franco-belga, influenciados pela Ação Católica, com o objetivo de formar “boas assistentes sociais” para atuarem na diminuição dos problemas sociais da sociedade, de forma paliativa e imediata, harmonizando as classes sociais, numa perspectiva reformadora, sem revolução e sem lutar por uma nova ordem societária. Buscava-se princípios morais e católicos, com o apoio do Estado, burguesia e da Igreja Católica, a fim de evitar revoltas provindas da classe trabalhadora.

Complementando as ideias de Montenegro (1986), uma análise criteriosa sobre os Trabalhos de Conclusão de Curso da época dos assistentes sociais na primeira escola de Serviço Social em Manaus, concluindo que a maioria dos temas trabalhados estavam sob influência da perspectiva higienista quanto ao conteúdo Doutrinário Católico.

Concluindo que “se destacaram quatro temas que, como vimos no item anterior, pertencem às áreas que mais obtiveram trabalhos desenvolvidos, a saber: saúde, infância, alcoolismo e família”. (VALLINA, 2017, p. 40).

É importante destacar que a pesquisa é um processo dinâmico, novo e que requer novas bases, o estudo de Montenegro (1986) é importante para entendermos a formação profissional dos assistentes sociais, porém o estudo do Vallina (2017) é um estudo novo, com novos argumentos que complementam o estudo de Montenegro (1986). Concordamos com a ideia de que o higienismo esteve muito presente influenciando as primeiras assistentes sociais tanto na sua atuação profissional como na sua formação profissional, sob uma perspectiva modernizadora e desenvolvimentista, buscando adequar à profissão aos interesses da classe dominante e das políticas públicas presentes à época, enquanto uma resposta às condições históricas, sociais e políticas da sociedade amazonense. Portanto,

A Doutrina Social Católica contribuía para o controle sobre as classes populares, atendimento às exigências do capital, amenização da pobreza via caridade e reforma social. Enquanto a teoria higienista atuava na difusão da educação higiênica, no fomento ao discurso nacionalista, nas aplicações de medidas sanitárias e profiláticas prevenindo o adoecimento da mão de obra. (VALLINA, 2017, p. 60)

Dessa forma, seguiremos para o próximo capítulo com aprofundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos sobre o processo de formação profissional dos Assistentes Sociais nos anos posteriores, tendo em vista que a história é muito importante para entendermos como se deu esse processo complexo, contraditório de novas bases da nova formação profissional do Serviço Social.

## **CAPÍTULO II – SERVIÇO SOCIAL E RENOVAÇÃO: O DESAFIO COLETIVO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA IDENTIDADE PROFISSIONAL**

Para abordarmos o movimento de Reconceituação da América Latina e o movimento de renovação do Serviço Social brasileiro, é necessário contextualizarmos econômico, político e socialmente os países latino-americanos e o Brasil.

### **2.1. AMÉRICA LATINA, BRASIL E A DITADURA MILITAR**

Segundo Hobsbawm (1995), existia uma corrida entre as duas superpotências a fim de conquistarem um maior número de países subordinados ao seu bloco. Após a segunda Guerra Mundial, o mundo se dividiu em dois grandes blocos ideológicos liderados pelas duas superpotências, Estados Unidos de um lado, e a União Soviética do outro, onde a primeira defendia o bloco capitalista e a segunda o bloco socialista.

Na América Latina muitos países eram subordinados aos norte-americanos sendo Cuba um deles, naquele período não havia espaço para oposição institucional mesmo que os cubanos quisessem entrar em uma disputa ao governo em atuação não havia possibilidade. Então, por conta disso e de diversos fatores, se deu a Revolução Cubana (1959) o primeiro país da América Latina onde teve uma revolução realizada com sucesso.

Os Estados Unidos, diante disso, realizou um bloqueio econômico à Ilha que de certa forma obrigou aos revolucionários a procurar auxílio econômico na União Soviética. Agora Cuba fazia parte do bloco dos socialistas. Com este acontecimento na América Latina os Estados Unidos da América do Norte ficaram em alerta máximo, com receio que isso ocorresse aos demais países principalmente na Argentina e no Brasil por serem os maiores países da região. Qualquer indício de uma ideologia comunista os Estados Unidos agiriam rapidamente e se necessário usaria a força. A chamada ideologia Doutrina Monroe.

Segundo Netto (2011), a partir dos anos 1950 há um movimento de luta da América Latina e do Brasil pela libertação dos países das agarras do imperialismo norte-americano, em busca de sua identidade cultural e sua independência política.

Segundo Netto (2014), em seu livro, pequena história da ditadura militar, no Brasil, no mês de agosto de 1962, Jânio Quadros do Partido Trabalhista Nacional (PTN) renunciava a seu mandato dando, conseqüentemente, a presidência ao seu vice chamado João Goulart do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sendo este escolhido por voto popular conforme dispunha a

constituição de 1946 em vigência naquele período. João Goulart, mais conhecido como Jango, se encontrava, no momento da renúncia de Jânio, na China tratando de negócios diplomáticos.

Segundo Netto (2014), Ianni (1981) e Cardoso (1987), no governo João Goulart, entre setembro de 1961 e março de 1964, houve uma profunda transformação política, social e econômica do Brasil com o objetivo de diminuir as desigualdades sociais e garantir a superação do subdesenvolvimento e da dependência da economia brasileira em relação aos Estados Unidos. O governo foi marcado pela força que adquiriram os movimentos sociais, greves, protestos, partidos políticos livres, direito ao voto, cidadania, valorização da nacionalização de empresas e de uma articulação do setor privado nacional com o setor estatal. João Goulart, preocupado com a reestruturação econômica e política do país, instaura as reformas de base, dentre elas, a reforma agrária, que tinha como objetivo possibilitar maior acesso de trabalhadores às terras rurais e diminuir a disputa por terras. O presidente regulamenta uma lei, que controla os investimentos estrangeiros no país e as remessas de lucros para o exterior. Por conta da aproximação de Jango com os movimentos sindicais e as correntes de esquerda, a ameaça do comunismo foi rapidamente alardeada pelas forças conservadoras. Todo esse alvoroço deixou em alerta os Estados Unidos de que Jango não estaria alinhado aos interesses dos nortes americanos, o que criou as bases para o golpe de estado. Jango é pressionado pelos movimentos populares para iniciar as reformas: reforma agrária, aumento salarial ao trabalhador, direito de voto aos analfabetos, cobrança de imposto à riqueza, limitar o lucro das empresas estrangeiras entre outras, sendo esta última a mais inaceitável aos norte-americanos, foi quando os Estados Unidos resolveram usar de todas as suas forças para tirar João Goulart do poder. Estas reformas iam contra os interesses norte-americanos, sendo o estopim para então começar suas estratégias para a derrubada presidencial de Jango.

Tanto para Netto (2011), como para Ianni (1981), depois dos anos 1950, com o surgimento da ditadura militar brasileira (1964-1985), houve vários governos ditatoriais, assim como, massacres, prisões, um movimento antidemocrático, concentração e centralização do poder e da economia nas mãos da burguesia brasileira e internacional, assim como, do Estado. Uma verdadeira busca pela melhoria na economia, como deu o nome do movimento “milagre econômico brasileiro”, porém as melhorias sociais e as classes trabalhadoras não foram atendidas, acarretando um verdadeiro movimento social pela busca de melhores condições de vida e de trabalho e também por uma transformação da sociedade, em busca de uma sociedade livre, democrática e justa.

No dia 31 de março a movimentação começa concretizando-se o golpe no dia 1 de abril de 1964. Os Estados Unidos estavam tão interessados neste golpe que não se pouparam em

mandar a sua marinha ao litoral brasileiro, carregada com toneladas de armamentos e munições, porém não foi necessário o seu uso, pois não houve resistência.

O regime ditatorial subsequente ao 1º de abril de 1964 já tinha tudo esquematizado e os planos estavam bem definidos. Desde a instalação da ditadura, as palavras “planejamento neutro” ou “política neutra” se propagavam repentinamente através dos governantes e funcionários a seu serviço. Diziam para povo, a fim de passar uma tranquilidade de que toda sua ação governamental era neutra e o objetivo seria sempre o desenvolvimento econômico e político do país. A palavra planejar passou a ser a protagonista da ditadura. As ideias de neutralidade, planejamento e ordem governamental privilegiaram e ampliaram apenas os interesses do grande capital.

Com a sucessão dos governos ditatoriais, desenvolviam-se e recriavam-se os órgãos e programas e a atuação do poder estatal. Em todas as áreas do cotidiano social, a ditadura passou a estar presente. De acordo com Ianni (1981), durante o período da ditadura, instaurou-se um clima fascista generalizado, tanto no interior dos grupos e classes oprimidos como no âmbito da burocracia e tecnocracia. A ditadura passou a mostrar de forma mais explícita, as suas exigências na economia política e na reprodução monopolística, como já se sabe, era seu verdadeiro objetivo desde o início.

O regime ditatorial pode ser dividido em três fases, a primeira fase corresponde ao governo de Castelo Branco e o primeiro ano do governo de Costa e Silva, que vai dos anos de 1964 a 1968, a segunda fase compreende os anos de 1968 a 1974, que foram os anos mais lúgubres do país no que diz respeito aos direitos políticos e civis no governo de Garrastazu Médici, e a terceira e última fase começa no ano de 1974 com a posse de Ernesto Geisel, e vai até o ano de 1985.

Os técnicos de planejamento, os governantes e os funcionários fizeram de tudo para que seus interesses fossem colocados em prática através de planos, programas e metas. Objetivou-se desenvolver um processo de estabilização financeira e a liberdade na empresa dentro do sistema econômico. Os programas e metas realizadas no período de 21 anos de ditadura, o fortalecimento da empresa privada nacional junto à empresa estrangeira sem qualquer empecilho. Os tecnocratas eram instrumentos nas mãos dos ditadores, usados para planejar e executar os interesses da aliança do capital monopolista e a ditadura.

De acordo com Octavio Ianni (1985), para evitar a emancipação econômica e política nacional, a resposta foi o Golpe de Estado de 1964. “As classes dominantes apelam para a violência, repressão e Golpe de Estado. A burguesia estrangeira sempre está presente na exploração dos trabalhadores e as potencialidades da dominação burguesa são reforçadas pela



associação entre classes dominantes locais e interesses do imperialismo” (1985, p. 42). A ditadura tinha como objetivo colocar o povo, os operários, camponeses e outros segmentos da classe trabalhadora fora do processo político, para isso foi necessário bloquear o processo político e destruir as conquistas democráticas. Com isso, a ditadura bloqueou e destruiu amplamente as conquistas democráticas que se vinham realizando no país. Dessa forma, a ditadura resgatou as piores tradições do Brasil e teve como principais exigências:

ampliar/garantir ampla liberdade para os capitais estrangeiros e reduzir ao mínimo as condições para que os trabalhadores resistissem à exploração acentuada. Fazer do Estado o núcleo articulador do grande capital, estrangeiro e nativo, para conduzir um projeto de crescimento econômico associado ao capital estrangeiro e submisso às novas exigências das metrópoles imperialistas. Estado com dupla funcionalidade: econômica e política. Estado antinacional e antipopular que conduziu o capitalismo no Brasil a um estágio avançado do capitalismo monopolista com vigorosa intervenção estatal (NETTO, 2014, p. 78)

Portanto, o poder foi concentrado nas mãos de uma burocracia civil e militar que serviu aos interesses dos monopólios imperialistas e nativos. Trata-se de criar condições para a concentração e centralização do capital.

De acordo com Netto (2014), através de seus Atos Institucionais, a ditadura conseguiu diminuir o processo democrático que o Brasil estava passando nos anos 1950 e 1960. Castelo Branco instaurou o Ato Institucional 2 (AI-2) que determinava o fim de eleições diretas para a presidência da República, decretava e prorrogava o Estado de sítio e reduzia a exigência de votos para aprovação de emendas constitucionais apresentadas pelo Executivo. Estendia o poder Executivo para cassar mandatos e suspender direitos políticos. Além de estabelecer o bipartidarismo: Aliança Renovadora Nacional/ARENA (apoio à ditadura) e o Movimento Democrático Brasileiro/MDB.

Costa e Silva instaurou o Ato Institucional 5 (AI-5) que foi considerado como um golpe dentro do golpe. O arbítrio tornava-se absoluto. O poder do executivo central não conheceu limites: realizou o Estado de Segurança Nacional; suspendeu o habeas corpus, abrindo o caminho para longos períodos de tortura para os presos. O regime ditatorial entrou em um novo estágio. O Ato institucional 5 (AI-5) significou, em termos imediatos, o fechamento de praticamente todas as possibilidades políticas legais para a atividade das forças de oposição.

A ditadura foi levada a adotar medidas e políticas de cunho social, educacional, econômico, político, cultural e outras que aceleraram o processo de transformação da sociedade

brasileira em uma vasta fábrica de produção de lucro, renda e juro. Agravando e consolidando a desigualdade econômica-social brasileira. (IANNI, 1985)

Portanto, a ditadura foi um processo que tinha como objetivo atender aos interesses imperialistas e da burguesia nacional ligada a eles, explorando os trabalhadores com a política do arrocho salarial, dessa forma, o Brasil passou a ser mais dependente da economia norte-americana e, apesar do seu crescimento econômico, não houve crescimento social, pelo contrário, houve aumento da desigualdade social.

## 2.2. AS BASES DO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E DO MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO BRASILEIRO

Com a contextualização do que estava ocorrendo no mundo, na América Latina e no Brasil, podemos abordar especificamente sobre o Movimento de Renovação Brasileiro e Movimento de Reatualização do Serviço Social.

De acordo com José Paulo Netto (2011), a contrarrevolução preventiva se inseriu no contexto mundial, mas adquiriu particularidades e singularidades no contexto de cada país. Os cenários imperialistas, sob o comando dos Estados Unidos, patrocinaram os golpes principalmente nos países do Terceiro Mundo que estavam no processo de libertação nacional e social. O objetivo da contrarrevolução preventiva era: adequar os padrões dos países subdesenvolvidos ao novo sistema econômico dos Estados Unidos; marcar uma maior internacionalização do capital; golpear e imobilizar protagonistas sociopolíticos que não apoiavam a reinserção subalterna no sistema capitalista e evitar a revolução e o socialismo.

Os resultados gerais da contrarrevolução preventiva foram nítidos: padrão econômico subalterno aos interesses imperialistas, mais dependente ao capitalismo; exclusão de protagonistas preocupados com projetos nacional-populares e democráticos e discurso e prática anticomunista.

Complementando Netto (2011), Yasbek (2019) aborda que o movimento de renovação tinha como objetivo a busca de novos caminhos e de ruptura com o pensamento conservador. Cabe destacar que nesse movimento fomos nos construindo com a colaboração de muitas gerações, de muitas lutas, de confrontos entre projetos, mas sempre numa Arquitetura Coletiva,

pois uma marca dessa profissão são suas entidades organizativas, que desde os anos iniciais da criação das primeiras escolas em São Paulo e no Rio de Janeiro buscaram articular e qualificar o processo de formação (ABESS) e o exercício profissional (ABAS). Basta lembrar que, já juntas essas entidades promovem em São Paulo em 1947 o 1 Congresso de Serviço Social no país e, em 1953, o 2 Congresso Brasileiro de Serviço Social. Há muito a celebrar

nessa história de lutas e de ações coletivas com o pensamento conservador sempre rondando. (p. 17)

No parágrafo anterior, percebemos uma participação das entidades organizativas do Serviço Social e Congressos Nacionais desde os anos 1940 a fim de construir um Serviço Social com bases teórico-científicas, já evitando as bases de caridade e filantropia, mesmo sendo um Serviço Social Tradicional.

Para adentrarmos sobre o assunto, é necessário apreendermos sobre o significado de movimento de Reconceituação do Serviço Social, para isso, abordaremos de acordo com autores clássicos do Serviço Social. Para Yasbek (2019, p. 18) O Movimento de Reconceituação do Serviço Social latino-americano, quando, nos anos 1960, a profissão “questiona seus referenciais e assume as inquietações e insatisfações dessa conjuntura histórica em um amplo movimento de busca de renovação profissional em diferentes níveis”, como os conhecimentos teórico, metodológico, técnico operativo e político. Heterogêneo e plural, em todo o continente, este movimento coloca o Serviço Social frente à particular conjuntura dos anos 1960. Segundo José Paulo Netto (2011), o movimento de Reconceituação do Serviço Social emergiu em 1965, o mesmo formava parte de um movimento em escala mundial que tinha como ponto comum o questionamento do Serviço Social Tradicional, mas assumiu características específicas em cada país e região.

No Brasil, o movimento de renovação do Serviço Social foi um movimento contraditório dos processos sócio-históricos com propostas teórico-metodológicas, projetos profissionais em confronto, concepções interventivas diversas, práticas múltiplas e proposições de formação alternativas. Nele não comparecem somente traços de funcionalidade e congruência com o regime autocrático burguês e suas demandas específicas, mas também núcleos e vetores que segregavam elementos de oposição e contestação:

Instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com as suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava (NETTO, 2011, p. 170)

Para demonstração de exemplos no contexto da ditadura militar houve um surgimento de padrão acadêmico, criação da pós-graduação, incorporação de quadros docentes marcados pelas lutas sociais e estudantis; e de influxos teórico-metodológicos e crítico-analíticos que questionavam as bases próprias da ditadura militar e a ordem social vigente do capitalismo.

Outra característica presente entre o vínculo da autocracia burguesa e a renovação do Serviço Social era atender a duas necessidades diferentes, que Netto (2011) abordava:

a de preservar os traços mais subalternos do exercício profissional, de forma a continuar contando com um firme estrato de executores de políticas sociais localizadas bastante dócil e, ao mesmo tempo, de contrarrestar projeções profissionais potencialmente conflituosas com os meios e os objetivos que estavam alocados às estruturas organizacional-institucionais em que se inseriam tradicionalmente os assistentes sociais (p.156)

Podemos concluir que a postura ditatorial é um dos vetores que responde pela continuidade de práticas profissionais do Serviço Social “tradicional” que mostram-se defasadas às requisições da profissão postas pela dinâmica da sociedade brasileira.

Ao mesmo tempo que, o processo da modernização conservadora engendrou um mercado nacional de trabalho, macroscópico e consolidado, para os assistentes sociais para atender às demandas postas na época, devido ao fato de que o desenvolvimento das forças produtivas, no contexto da autocracia burguesa, saturou o espaço social brasileiro com todas as refrações da questão social e com a sua administração crescentemente centralizada pelas políticas sociais do Estado ditatorial. Segundo Netto (2011):

É esse mercado de trabalho que o desenvolvimento capitalista operado sob o comando do grande capital e do Estado autocrático burguês a ele funcional redimensiona e consolida nacionalmente. A reorganização do Estado, “racionalizado” para gerenciar o processo de desenvolvimento em proveito dos monopólios, reequaciona inteira e profundamente não só o sentido das políticas setoriais (então voltadas prioritariamente para favorecer o grande capital), mas especialmente toda a malha organizacional encarregada de planejá-las e executá-las (p.159)

Esta reformulação do mercado de trabalho dos assistentes sociais promovido pelo estado autocrático burguês foi tanto organizacional quanto funcional: promoveu uma diferenciação e especialização das atividades dos assistentes sociais, decorrentes da sequela do contexto econômico da ditadura militar e das políticas sociais, tendo como consequência, nova inserção nos chamados serviços públicos, decorreu disso, também uma extensão quantitativa da demanda dos quadros técnicos de Serviço Social. O estado é o principal empregador dos assistentes sociais. Nessa época também, as médias e grandes empresas, demandavam assistentes sociais.

Até meados da década de 1960, o mercado para os assistentes sociais, no setor privado, era atípico, complementado pelas obras sociais filantrópicas, não estavam ligadas às agências oficiais. Já a partir de meados dos anos 1960, houve um crescimento industrial, que se opera

nos anos do “milagre econômico”, é a partir de então, que se pode falar propriamente de um Serviço Social de Empresa, pelas necessidades peculiares da época, como vigilância e controle da força de trabalho no território da produção.

As empresas não são consideradas tradicionais empregadores de assistentes sociais. É notório que a inclusão do Serviço Social na empresa se deve a conjunturas específicas, marcadamente a partir de 1960 (NETTO, 2011, p.161)

Além da oferta de empregos antes ignorada ou à sua extensão a todo o território do país, este mercado colocou também para o Serviço Social um novo padrão de exigências para o seu desempenho profissional, o enquadramento de assistentes sociais em estruturas organizacionais mais complexas, alterou o relacionamento dos profissionais com as instâncias hierárquicas a quem se prendiam, com as fontes de seus recursos, com os outros profissionais e com os seus clientes.

A racionalidade burocrática-administrativa com que a modernização conservadora rebateu nos espaços institucionais do exercício profissional passou a requisitar do assistente social uma postura ela mesma moderna, no sentido da compatibilização do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades dimanantes daquela racionalidade. A prática dos profissionais teve de revestir-se de características – formais e processuais – capazes de possibilitar, de uma parte, o seu controle e a sua verificação segundo critérios burocrático-administrativos das instâncias hierárquicas e, doutra, a sua crescente intersecção com outros profissionais (NETTO, 2011, p.162)

Essa exigência de profissional engendrou um vetor de erosão do Serviço Social tradicional: um dimensionamento técnico-racional na legitimação das práticas. Antes, a postura profissional era através de comportamento profissional impressionista, fundado em supostos humanistas abstratos e posturas avessas às lógicas da organização.

Essa demanda de um novo tipo de profissional, teve como consequência uma nova formação para os assistentes sociais, a política educacional encarregou-se disso. Além da expansão quantitativa de agências de formação profissional.

Este processo significou a inserção do ensino superior no âmbito universitário. Trata-se da efetiva incorporação da formação profissional pela universidade. As escolas isoladas, mantidas por organizações confessionais, com poucos recursos materiais e humanos, funcionando à base do esforço e da dedicação de profissionais e docentes, impulsionados por valores morais, contando com número de alunos reduzido, estas agências de formação convertem-se em unidades de complexos universitários. (Netto, 2011)

A renovação do Serviço Social trouxe a preocupação em vincular a teoria à prática, por isso, a mesma se preocupou em buscar suas fontes nas ciências sociais, porém ainda existiam aqueles profissionais que ficavam preocupados somente com o viés tecnocrático e asséptico.

De um lado, propiciou institucionalmente a interação de preocupações técnico-profissionais com as disciplinas vinculadas às ciências sociais; é então que a formação recebe de fato o influxo da sociologia, da psicologia social e da antropologia. É absolutamente inegável o aspecto positivo daí decorrente – principalmente se se leva em conta o fato, consensualmente reconhecido, da ausência de fortes tradições intelectuais e de investigação na formação profissional. Porém, há também a presença de profissionais residentes no viés tecnocrático e asséptico das disciplinas possíveis na universidade da ditadura, o conjunto de sequelas deixadas pela ditadura no quadro educacional e cultural do país, rebateu com imensa força na formação dos assistentes sociais” (NETTO, 2011, p.166)

Outra característica presente no processo de renovação do Serviço Social foi a inserção de uma massa crítica, com dedicação e envolvimento intelectuais, inexistentes anteriormente. Tendo com isso, recrutamento do novo pessoal docente que, segundo Netto (2011), revelou-se contraditório, pelo fato de criar uma massa crítica, e também existir corpo docente preocupado em atender às demandas da ditadura.

É neste contexto que se desenvolve a renovação do Serviço Social: ele fornece as balizas histórico-sociais e ideoculturais no interior das quais a profissão experimentará as maiores rotações (transformações) de que surgiu no país.

A apreciação do processo do Serviço Social no marco da autocracia burguesa indica que os movimentos da dinâmica profissional fizeram mais que responder funcionalmente às demandas e aos condicionalismos que aquela lhe colocava” (NETTO, 2011, p.168)

A partir de meados dos anos 1960, há uma diferenciação da categoria profissional em todos os seus níveis e uma disputa pela hegemonia do processo profissional em todas as suas instâncias.

Podemos perceber que com a inserção profissional no âmbito acadêmico, criavam-se condições para gerar uma massa crítica, para estritas preocupações intelectuais para os assistentes sociais, constituindo vanguardas sem o compromisso imediato com tarefas pragmáticas.

Está claro que a estratégia autocrático-burguesa se desdobrava para a produção de profissionais aptos para atender às suas demandas “modernizadoras” e, para tanto, jogava com as suas políticas educacional e cultural; é indiscutível que este escopo foi atingido – porém, ao mesmo tempo, engendraram-se circunstâncias que permitiram a incorporação e o posterior desenvolvimento, especialmente pelos quadros docentes marcados pelas lutas sociais e estudantis da década anterior, de influxos teórico-metodológicos e

crítico-analíticos que questionavam as bases mesmas da autocracia burguesa (NETTO, 2011, p.171)

O significado de renovação do Serviço Social é o conjunto de características novas, no marco da ditadura militar, da autocracia burguesa. O Serviço Social articulou à base do rearranjo de suas tradições e do contributo do pensamento social contemporâneo, “investindo como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, de validação teórica, mediante teorias e disciplinas sociais”. (NETTO, 2011, p. 170)

Além disso, o processo de renovação, segundo Netto (2011), não foi um “simples e natural desenvolvimento das tendências e possibilidades existentes no interior do Serviço Social no pré-64” (p. 172)

Trata-se, portanto, de um processo global, que envolve a profissão como um todo, configuram perspectivas diversificadas, construção de um pluralismo profissional, com procedimentos diferentes que embasam a legitimação prática e a validação teórica. O Serviço Social tradicional era fundamentado por bases ético-morais, a legitimação prática fluía da intencionalidade do profissional, e a validação teórica não possuía relevo. Enquanto que o processo de renovação brasileiro tinha a “coexistência de legitimação prática e de validação teórica quando a profissão busca definir-se como instituição” (NETTO, 2011, p.172)

Respondendo pelo debate teórico-metodológico conectado à formação no âmbito acadêmico, o esforço pela validação teórica da profissão tem a ele contabilizado um dado novo na história do Serviço Social no Brasil: “a perspectiva que abriu para a conquista de um espaço na interlocução com os problemas e as disciplinas das ciências sociais” (NETTO, 2011, p.173)

Considerando que a própria profissão se coloca como objeto de pesquisa, se questiona e se investiga como tal, tendo ênfase na análise crítica do próprio Serviço Social. As próprias agências de discussão teórica da profissão (encontros, colóquios, seminários, encontros e congressos profissionais) se revelam territórios de polêmica.

Em síntese, como, destaca Netto (2011) temos quatro aspectos do processo de renovação do Serviço Social: 1. A instauração do pluralismo teórico, ideológico e político no marco profissional. 2. A crescente diferenciação das concepções profissionais derivado das matrizes teórico-metodológicas alternativas, rompendo com a homogeneidade; 3. A sintonia da polêmica teórico-metodológica profissional com as discussões em curso no conjunto das ciências sociais, inserindo o Serviço Social como protagonista, que tenta cortar com a subalternidade posta por funções meramente executivas; 4. A constituição de segmentos de vanguarda voltados para a investigação e a pesquisa.

### 2.3. PERSPECTIVA MODERNIZADORA

Nos anos de 1965 a 1975, a renovação do Serviço Social praticamente reduziu-se à perspectiva modernizadora, viés desenvolvimentista-modernizante que tornou compatível a renovação do Serviço Social com as exigências da ditadura, a ditadura adequou o Serviço Social com suas exigências da época, que era desenvolver o país. Os trabalhadores serão atendidos por determinados tipos de política, enfraquecendo assim, os movimentos populares. A ditadura investiu na pós-graduação para atender ao perfil modernizador do profissional, devido aos novos cargos dos assistentes sociais nas equipes de gestão e planejamento, trabalhando num contexto de equipes multiprofissionais.

A perspectiva modernizadora, segundo Netto (2011) foi a primeira expressão do processo de renovação. Encontrou a sua formulação nos resultados do primeiro Seminário de Teorização do Serviço Social. Os textos desses encontros- Documento de Araxá e Documento de Teresópolis possuem características de adequar as representações profissionais do Serviço Social às tendências sociopolíticas da ditadura. Seus foros de debate foram patrocinados pelo CBCISS.

Segundo Netto (2011), são vários os trabalhos apresentados nos Seminários que descrevem a perspectiva modernizadora, no entanto, o que marca o ritmo é Lucena Dantas. Ele entende o processo de desenvolvimento como um elenco de mudanças que demandam aportes técnicos e uma sincronia de governos e população com interferência dos assistentes sociais.

O seminário de Araxá foi a apresentação da perspectiva modernizadora, um movimento que teve como objetivo romper com a exclusão do tradicionalismo, e a adequação às políticas instauradas após o golpe de 1964.

Como dissemos, constitui a primeira expressão do processo de renovação do Serviço Social no Brasil. Emerge em 1965, no encontro de Porto Alegre, e encontra sua formulação afirmada nos Seminários de Teorização do Serviço Social, promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Sociais (CBCISS), em Araxá (MG) em 1967, e se desdobra em Teresópolis (RJ), no ano de 1970. Desses encontros, originaram dois documentos finais: Documento de Araxá e o Documento de Teresópolis. Esses encontros possuem características e ênfases diferenciadas, mas podem ser tomados como a:

consolidação modelar da tentativa de adequar as (auto)representações profissionais do Serviço Social às tendências sociopolíticas que a ditadura tornou dominantes e que não se punham como objeto de questionamento substantivo pelos protagonistas que concorreram na sua elaboração (Netto, 2011, p. 213)



Podemos perceber ainda que essa perspectiva não se esgota nestes dois documentos, ela encontra matizes diversificados em inúmeros trabalhos de profissionais e docentes a partir de meados dos anos 1960 e o final dos anos 1970, o referencial de ponta é Lucena Dantas. Essa perspectiva alcançou a mais expressiva síntese de conceber o Serviço Social no contexto brasileiro: instrumento profissional de suporte a políticas de desenvolvimento.

Pretende erradicar o quadro de causalidades que podem reverter-se em revolução, através de um gradativo aumento dos níveis de bem-estar social, que corresponde às estratégias político-sociais que assumem o desenvolvimento como processo induzido de mudanças.

Ou seja, estava claro para os modernizadores que o Serviço Social tradicional, já não respondia às demandas da sociedade e do mundo capitalista vigente na época. Os assistentes sociais brasileiros que aderiram ao desenvolvimentismo, foram influenciados pelo acervo que herdavam do período pré-64, das influências teórico-ideológicas do cenário internacional, do suporte das ciências sociais, as práticas dos projetos de assistência técnica dos países capitalistas, o discurso “aggiornato” do Vaticano, além disso, havia o lema da ditadura militar: segurança e desenvolvimento. Dessa forma, “a categoria profissional, pelos seus segmentos (representativos) que construíram as formulações de Araxá e Teresópolis, mostrou-se muito bem sincronizada à nova ordem” (NETTO, 2011, p. 216)

Complementando as ideias de Yasbek (2019), Netto (2011) e Iamamoto (2005), o Seminário de Araxá, ocorrido de 19 a 26 de março de 1967, com encontro de 38 assistentes sociais, buscou a integração do Serviço Social no processo de desenvolvimento, propõe uma abordagem técnica operacional em função do modelo básico de desenvolvimento, abrindo novos horizontes para uma presença atuante que venha a constituir-se em pela resposta ao desafio do momento presente. Apresentou uma redação final do documento, no qual continha:

O Capítulo I analisa os objetivos remotos e operacionais do Serviço Social, sua natureza e funções, com base em sua evolução histórica, projetando-se, no entanto, para o futuro, em perspectivas de mudança social. Segue-se o Capítulo II que estuda a metodologia do Serviço Social, confrontando-se as concepções atuais acerca dos processos básicos, ao mesmo tempo que procura identificar os elementos constitutivos de cada um. Levando, ainda, a problemática da maior rentabilidade na utilização da sua instrumentalidade metodológica. Finalmente, o Capítulo III examina a adequação à realidade brasileira do Serviço Social, tal como foi conceituado e visualizado em sua dinâmica operacional. (P. 20 e 21)

Ainda em relação ao Capítulo I, o objetivo remoto do Serviço Social é o provimento de recursos indispensáveis ao desenvolvimento, à valorização e à melhoria de condições do ser humano, atendimento dos valores universais e a harmonia entre estes e os valores culturais e individuais. Seus objetivos operacionais:

Identificar e tratar problemas ou distorções residuais que impedem indivíduos, famílias, grupos, comunidades de alcançarem padrões econômico-sociais compatíveis com a dignidade humana e estimular a contínua elevação desses padrões; b) colher elementos e elaborar dados referentes a problemas ou disfunções que estejam a exigir reformas das estruturas e sistemas sociais; c) criar condições para tornar efetiva a participação consciente de indivíduos, grupos, comunidades seja promovendo sua integração nas condições decorrentes de mudanças, seja provocando as mudanças necessárias; d) implantar e dinamizar sistemas e equipamentos que permitam a consecução dos seus objetivos. (CBCISS, 1984, p. 27 e 28)

Segundo Netto (2011), o Documento de Araxá partiu de um consenso da profissão: como prática institucionalizada, o Serviço Social se caracteriza pela ação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais. Tais desajustamentos muitas vezes decorrem de estruturas sociais inadequadas. Esse tipo de ação requer ações de correção, prevenção e promoção, definindo a inserção do Serviço Social no processo de desenvolvimento, aquele que leva à utilização de recursos naturais e humanos, a uma realização integral do homem. Em relação à promoção humana, existe a importância de conscientizar o homem para o desenvolvimento global.

Corroborando com Netto (2011), o CBCISS (1984), no Capítulo I, considera-se o Serviço Social no plano do conhecimento especulativo-prático, enquanto se coloca ao nível da aplicação de conhecimentos próprios ou tomados de outras ciências. Justifica-se, também, considera-lo como uma técnica social, porquanto influencia o comportamento humano e o meio nos seus inter-relacionamentos. Nessa intervenção, o Serviço Social atua à base das inter-relações indivíduo-sociedade. Como prática institucionalizada, o Serviço Social se caracteriza pela atuação junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais. Tais desajustamentos muitas vezes decorrem de estruturas sociais inadequadas. No documento, reconhece-se três tipos de atuação: o caráter corretivo, preventivo e promocional. Em relação ao caráter corretivo, objetivava-se remover as causas que impediam ou dificultavam o desenvolvimento do indivíduo, grupo, comunidade e populações. Atuando tanto nos níveis micro como no macro, em causas inseridas em sua esfera operacional, de administração e prestação de serviços diretos, e quando participa da correção de causas que transcendem a sua possibilidade de ação direta ou isolada. O preventivo, procura antepor-se às consequências de um determinado fenômeno, procura evitar as causas de desajuste, inserindo elementos que possam eliminá-los, fornecendo subsídios para medidas de âmbito geral. O promocional, promover é capacitar, promove quando atua para habilitar indivíduos, grupos, comunidades, fazendo-os atingir a plena realização de suas potencialidades, através de uma plena utilização dos recursos naturais e humanos, uma

realização integral do homem. Conscientização como ponto de partida para fundamentação ideológica do desenvolvimento global.

No Capítulo II, metodologia de ação do Serviço Social, têm-se os princípios postulados: a) postulado da dignidade da pessoa humana; b) postulado da sociabilidade essencial da pessoa humana: direito de a pessoa humana encontrar, na sociedade, as condições para sua auto-realização; c) postulado da perfectibilidade humana: reconhecimento de que o homem se auto-realiza no plano da historicidade humana em decorrência da capacidade e potencialidades naturais dos indivíduos, grupos e comunidades para progredirem e se autopromoverem.

Já os princípios operacionais são: a) estímulo ao exercício da livre escolha e da responsabilidade das decisões; b) respeito aos valores, padrões e pautas culturais; c) ensejo à mudança no sentido da autopromoção e do enriquecimento do indivíduo, grupo e comunidade; d) atuação dentro de uma perspectiva de globalidade na realidade social. São elementos operacionais da metodologia comuns: a participação do homem em todo processo de mudança e o relacionamento entre profissional-indivíduo, profissional-grupo, profissional-comunidade, estabelecido de maneira direta ou indireta, dependendo do tipo de ação a ser exercida.

A natureza dos níveis de atuação do Serviço Social é de duas categorias: microatuação e macroatuação. Microatuação é essencialmente operacional, compreendendo as funções de Serviço Social aos níveis de administração e prestação de serviços diretos. Macroatuação compreende a integração das funções do Serviço Social ao nível de política e planejamento para o desenvolvimento. Essa integração supõe a participação no planejamento, na implantação e na melhor utilização da infraestrutura social, dentre as quais, empregos, utilização da terra, rede adequada de comunicações e provisão de amplas facilidades sócio-culturais: instituições educacionais, culturais, sociais, recreativas, etc.

Podemos perceber nesse Documento de Araxá que existe uma reposição de traços históricos da profissão, atuação microssocial junto a indivíduos com desajustamentos familiares e sociais, num marco macrosocietário, processo de desenvolvimento, pensado globalmente. Todo esse discurso é exigido pelo processo de desenvolvimento mundial que vem impondo ao Serviço Social o desempenho de novos papéis.

Isso requer que rompa o condicionamento de sua atuação ao uso exclusivo dos processos de Caso, Grupo e Comunidade, revendo seus elementos constitutivos, elaborando novos métodos e processos. Todo esse documento vai na direção de romper com a exclusividade do tradicionalismo, o que significa que “não há rompimento: há a captura do tradicional sobre novas bases” (Netto, 2011, p.218)

Essa perspectiva estabelece dois tipos de objetivos, o remoto e o operacional. O primeiro refere-se ao “provimento de recursos indispensáveis ao desenvolvimento, à valorização e à melhoria de condições do ser humano, pressupondo o atendimento dos valores universais e a harmonia entre estes e os valores culturais e individuais” (CBCISS, 1986, p. 27), orientados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, contendo um cariz tradicional. O segundo, refere-se à reformulação necessária da profissão, o Serviço Social, agente que intervém na dinâmica social no sentido de levar as populações a tomarem consciência dos problemas sociais, contribuindo, para o estabelecimento de integração popular no desenvolvimento do país.

Para Netto (2011), o Serviço Social deve ter uma operacionalização moderna, através da intervenção no plano das políticas sociais, do planejamento e da administração de serviços sociais.

De acordo com o documento do CBCISS (1984), em relação às funções do Serviço Social, a) política social – processo de formulação da política social; oferecer subsídios, dentro de uma perspectiva de globalidade, ao embasamento dessa política; criar sistemas, canais e outras condições para a participação de quantos venham a ser atingidos pelas medidas da política; b) Planejamento – contribuir com o conhecimento vivenciado das necessidades das comunidades, face à mudança, na formulação dos objetivos e fixação das metas; contribuir para a criação de condições que permitam a participação popular no processo de planejamento; c) Administração de Serviços Sociais: promover e participar de pesquisas operacionais; elaborar o microplanejamento; implantar, administrar e avaliar programas de serviços sociais; levar os usuários a participar da programação dos serviços; d) Serviços de atendimento direto, corretivo, preventivo e promocional, destinados a indivíduos, grupos, comunidades – trabalhar com indivíduos que apresentam problemas ou dificuldades de integração social, através de mobilização de suas potencialidades individuais e de utilização dos recursos do meio; proporcionar o exercício da vida em grupo, principalmente quanto ao desempenho de papéis inerentes à vida social; contribuir para capacitar a comunidade a integrar-se no processo de desenvolvimento através de ação organizada, com vistas ao atendimento de suas necessidades e realização de suas aspirações; trabalhar com organizações, visando à adequação de seus objetivos e métodos às exigências da realidade social e sua integração numa perspectiva de desenvolvimento.

No capítulo III, Serviço Social e a realidade brasileira, a necessidade do conhecimento da realidade brasileira é pressuposto fundamental para que o Serviço Social possa inserir-se adequadamente, neste seu esforço atual de reformulação teórico-prática. Ressalta-se que este conhecimento deve ser consubstanciado em termos de diagnóstico da realidade nacional,

diagnóstico este indispensável a um planejamento para a intervenção na realidade brasileira, com vistas à implantação das necessárias mudanças. O esforço do Serviço Social, nesta perspectiva, tem em mira uma contribuição positiva ao desenvolvimento entendido este como um processo de planejamento integrado de mudanças nos aspectos econômicos, tecnológicos, sócio-culturais e político-administrativos. Propiciando o pleno desenvolvimento de cada pessoa na sociedade.

Portanto, com o Seminário de Araxá, o Serviço Social buscou integrar-se na realidade em mudança na época, instrumento capaz de propiciar ao homem meios à plena realização de sua condição humana. Para isso, ocorreram revisões contínuas de seus objetivos, papéis, funções e metodologia de ação.

Segundo Netto (2011) e CBCISS (1984), O Seminário de Teresópolis ocorreu nos dias de 10 a 17 de 1970, no Rio de Janeiro, foi o II Seminário de Teorização de Serviço Social, foram elaborados dois relatórios divididos entre os 33 profissionais que participaram do evento. Teve como objetivo aprofundar o estudo sobre a Metodologia do Serviço Social face à realidade brasileira e avaliar a produção do Documento de Araxá. A diferença entre os dois documentos é que o de Teresópolis é que o moderno triunfa sobre o tradicional, cristaliza-se operativo e instrumental. “No Documento de Teresópolis, o dado relevante é que a perspectiva modernizadora se afirma não apenas como concepção profissional geral, mas sobretudo como pauta interventiva” (NETTO, 2011, p. 230). Por isso, o seminário se concentrou no estudo de apenas três pontos: fundamentos da metodologia do serviço social; concepção científica da prática do serviço social; aplicação da metodologia do serviço social.

Dessa forma, o Relatório do Grupo A foi dividido em: concepção científica da prática do Serviço Social; Aplicação da Metodologia do Serviço Social. O Relatório do Grupo B dividiu-se em: Concepção Científica da Prática do Serviço Social; Aplicação da Metodologia do Serviço Social.

Em relação ao item Concepção Científica da prática do Serviço social foi subdividido em Fenômenos e Variáveis Significativos para a Prática do Serviço Social, ou seja, conduz ao reconhecimento da globalidade e do inter-relacionamento das necessidades humanas (nível biológico, doméstico, residencial, de equipamento escolar, social, familiar e de comportamento sexual, sociabilidade, vida municipal, vida cívica, vida ética e espiritual e de segurança). Mais ainda, certos condicionantes básicos para a prática do serviço social não decorrem de cada um dos níveis encarados isoladamente, mas das características centrais da sociedade brasileira. “É forçoso salientar que o papel do serviço social na sociedade brasileira – em seu estágio atual de

desenvolvimento – é um fenômeno significativo que não deve ser esquecido na prática profissional” (CBCISS, 1984, P. 60). Ainda nesse item, trabalharam com a ideia de que

As Funções Fins são encontradas Funções Educativas, que preparam as populações para participarem do esforço do desenvolvimento e concorrem para romper estruturas mentais rígidas, valores e comportamento de resistência à mudança. As Funções Curativas são necessárias para responder às necessidades básicas de populações marginalizadas ou carentes. As funções ao nível de macroatuação (criação de recursos, política social) podem interferir diretamente no quadro do subdesenvolvimento. As Funções Meios são necessárias, em nível de micro e macroatuação, para concretização das Funções Fins. (CBCISS, 1984, p. 66)

Observamos nessa citação do Documento de Teresópolis a existência da Fenomenologia, visto que a intervenção do Serviço Social exige ações coerentes com a fenomenologia da variável identificada, relevância dos fenômenos, controle e avaliação das hipóteses implementadas. Percebemos ainda que não se tratou de um contexto econômico, além do nível de trabalho de cada indivíduo. Dessa forma, concluímos que no primeiro relatório do Seminário estavam presentes elementos da Fenomenologia, mudaram-se apenas as formas de intervenção do profissional, mantendo-se ainda aspectos do Serviço Social Tradicional, tais como a mudança na mentalidade de cada indivíduo para que fosse possível o desenvolvimento do Brasil.

O Relatório do Grupo B teve como subitens conhecimentos científicos que embasam a prática do Serviço Social, fenômenos e variáveis significativos para o Serviço Social, conhecimentos elaborados pelas Ciências Sociais e os Conhecimentos Elaborados no Campo da Profissão pelo Profissional ou Outro Cientista Social; Critérios e Tendências que vêm orientando a formulação da metodologia do Serviço Social. Observa-se uma criação de fenômenos e variáveis para intervirem em cada indivíduo, assim como **diagnóstico e intervenção**, na atuação em serviços diretos, atuação micro e macro, planejamento e áreas especializadas. Em relação aos conhecimentos é concebido como um

sistema referencial teórico, segundo o qual os dados são colhidos. Trata-se de um conjunto de elementos próprios do observador, do feixe de hipóteses que adote, dos critérios de seleção que aplique. Isto conecta este nível com o seguinte de explicação. Os conceitos não são próprios e exclusivos de uma ‘explicação’, mas elementos fundamentais na própria descrição (CBCISS, 1984, p. 95)

Conclui-se que o avanço do Seminário de Teresópolis em relação ao Seminário de Araxá é inequívoco, o que se acrescenta no primeiro seminário citado é apenas ferramentas, discriminação, classificação e categorização de situações sociais-problema e de procedimentos técnicos para enfrenta-las. “O que nele se cristalizou, sem sombra de dúvida, foi a determinação

precisa do papel do profissional como o de um real funcionário do desenvolvimento” (NETTO, 2011, p. 245). Portanto, foi um seminário que repôs os vetores mais complexos que o de Araxá. Além disso, o Seminário de Teresópolis aponta para a requalificação do assistente social, define o perfil sociotécnico da profissão e a inscreve no circuito da modernização conservadora, aspectos comuns ao de Araxá.

#### 2.4. REATUALIZAÇÃO DO CONSERVADORISMO

Já a segunda perspectiva, José Paulo Neto (2011) chama de “Reatualização do Conservadorismo”, se trata de uma vertente que surge através da crítica a primeira perspectiva (modernizadora), possui como bases a fenomenologia. A perspectiva é contra os preceitos da tradição positivista, tentava construir a profissão em matrizes intelectuais, com uma perspectiva católica mais sofisticada. Fazia uma crítica ao serviço social tradicional, mas ainda assim conservava alguns elementos dele. A comunicação era entendida como instrumento necessário para transformação do indivíduo. Dessa maneira, a entrevista era o instrumento mais utilizado na prática profissional. Tinha como objetivo manter a hierarquização do profissional sobre o cliente, ou seja, o indivíduo era tido como humano que precisava de ajuste moral, para assim, se adequar à sociedade. Dessa maneira, não entende o contexto social, econômico e histórico que vivenciava, há uma problematização do indivíduo, buscando transformar o sujeito através do diálogo. Portanto, podemos dizer que a ética que orienta essa perspectiva retoma a liberal-burguesa, mais especificamente movida pela ideologia cristã. A principal autora dessa perspectiva foi Anna Augusta de Almeida.

A partir do final dos anos 1970, já se introduzia questionamento teórico, dimensão ideopolítica, disposição de foros plurais, contemplava novas e mais amplas temáticas e se beneficiava de um acúmulo acadêmico não desprezível, força polêmica em face do tradicionalismo, já começava a contestar o Serviço Social mesmo com a tematização teórico-metodológica da profissão vinculada ao debate nas ciências sociais e aos dados mais novos da conjuntura brasileira. Apesar disso, as elaborações e preocupações que tiveram curso nos dois colóquios possuíam traços tais que as tornavam muito pouco aptas para galvanizar a atenção das vanguardas profissionais emergentes. “Esses traços podem ser resumidos se se alude ao seu denominador comum: a extrema pobreza teórica que exibiam, em comparação com a discussão simultaneamente operada nos foros acadêmicos, culturais e políticos da profissão e fora dela”. (NETTO, 2011, p. 253)

A perspectiva se manifesta em um contexto de complexa dialética de ruptura e continuidade com o passado profissional, através de uma herança profissional, sem prejuízo dos elementos renovadores que apresenta. No marco cultural e político em que o país estava passando, posturas francamente conservadoras encontravam uma ambiência pouco favorável para se objetivarem na profissão. Havia tanto uma laicização profissional, quanto crescente ponderação de tendências católicas que alinhavam-se numa posição receptiva em face de projetos societários anticapitalistas e de parâmetros analíticos extraídos da tradição marxista. Portanto,

A empresa restauradora possível, portanto, deveria travar um duplo combate: deter e reverter a erosão do ethos profissional tradicional e todas as suas implicações sociotécnicas, e, ao mesmo tempo, configurar-se como uma alternativa capaz de neutralizar as novas influências que provinham dos quadros de referência próprios da inspiração marxista. Fazê-lo, porém, supunha inovar na operação mesma da restauração – supunha reatualizar o conservadorismo, embutindo-o numa ‘nova proposta’, ‘aberta’ e ‘em construção’” (NETTO, 2011, p. 260 e 261).

Uma primeira característica importante desse processo diferente da vertente modernizadora é a exigência e a valorização da elaboração teórica, uma necessidade de produzir conhecimentos capazes de fundar as práticas profissionais, a recusa dos padrões teórico-metodológicos da tradição positivista.

Se, por um lado, temos consciência de que o método fenomenológico não abarca toda a realidade do Serviço Social, por outro lado estamos também convencidos de que do ponto de vista metodológico, da ação com o cliente, e na supervisão de alunos, a única verdade está na possibilidade do Serviço Social segundo a fenomenologia. (CBCISS, 1984, p. 262)

A fenomenologia e o Serviço social estão atrelados ao pensamento não-causal, cujo quadro de referência é a compreensão dos fenômenos e dos seres humanos, homem mundo, orientada pela perspectiva existencial e por uma ética cristã motivante, através de uma transformação social, não mais práticas ajustadoras. O Serviço Social é posto como uma profissão que insere na ajuda psicossocial através do diálogo por meio de uma intencionalidade e de uma essência. Uma das protagonistas da Reatualização do Conservadorismo, Anna Augusta de Almeida, defende que

A Nova Proposta é uma metodologia genérica pensada a partir da descoberta, no processo de ajuda psicossocial, de um sentido novo. Uma abertura para a ajuda psicossocial, na consciência, entre concepção da realidade ou de uma das suas partes, e os projetos humanos e sociais na sua situação humana, histórica e concreta. O Serviço Social se propõe a um desenvolvimento da consciência reflexiva de pessoas a partir do movimento dialético entre o



conhecimento do sujeito como 'ser no mundo' e o conhecimento do sujeito como 'ser sobre o mundo' (CBCISS, 1984, p. 185-186)

Apesar de defenderem a fenomenologia como aporte teórico-metodológico fundamental ao Serviço Social houve defasagens teóricas, visto que os assistentes sociais não iam nas fontes originais de autores clássicos, os textos recorrem-se de fontes secundárias. Além disso, houve uma luta por um método fenomenológico que parece conformado, na ausência de confrontos, pela adição de múltiplos aportes de pensadores indiferenciados e refratário aos grandes debates da contemporaneidade.

O Seminário de Sumaré ocorreu no Rio de Janeiro, nos dias de 20 a 24 de novembro de 1978, com vinte e cinco assistentes sociais, tinha como eixo três temas básicos: a relação do Serviço Social com a Cientificidade, a Fenomenologia e a Dialética. Sobre o primeiro tema, apesar de existir um ecletismo teórico e vulgar, seu objetivo era recolher as preocupações contemporâneas através de uma base científica e teórica diferente das do Serviço Social Tradicional, existia uma preocupação em tornar o Serviço Social um estágio de ciência (CBCISS, 1984, p. 140), deveria construir um objeto do Serviço Social mediante um enfoque dialético que incorpore uma dupla perspectiva: a da ciência e a dos modos de produção, das formações sociais e das conjunturas políticas. Porém, podemos observar uma defasagem em relação às questões como ciência / classes sociais, valores ideológicos e as diferentes filiações filosóficas.

O Seminário do Alto da Boa Vista ocorrido em 1984, no Rio de Janeiro, com o objetivo de examinar as mudanças efetuadas no Serviço Social naqueles 10 anos, também está aquém do nível alcançado pela bibliografia de uso generalizado nos cursos de pós-graduação e, sobretudo, aquém da própria problematização operada no bojo do Serviço Social e das suas instâncias profissionais.

Continha trabalhos apresentados como: pensamento científico e Serviço Social; O Serviço Social e a Cientificidade; Teorização e Metodologia do Serviço Social; Esboço de Questionamento para Algumas Discussões do Serviço Social Segundo o Método Fenomenológico; Princípios e Elementos Operacionais da Metodologia de Ação do Serviço Social; Serviço Social como Sistema Cibernético; Consciência Crítica no Serviço Social; e Proposta de Produção de Conhecimento no IV Seminário de Teorização do Serviço Social.

Sobre o pensamento científico e Serviço Social de Edna M. Donzelli aborda que o conhecimento científico é de natureza explicativa. Tem um caráter universal de tal forma que explique todo e qualquer fenômeno particular da mesma natureza. Sua metodologia é

organizada de forma a permitir sua aplicação sistemática e o controle experimental dessa aplicação. Conhecimento explicativo, ele possibilita o controle e a repetição do fenômeno. Dessa forma,

O Serviço Social “não se reduz a uma prática ou conjunto de habilidades estruturadas pelo senso comum, mas apresenta um esforço de teorização que tenta se organizar ao nível da prática refletida, apoiando-se em conhecimentos de ordem filosófica e científica. Se assim percebido, o Serviço Social, dentro da maneira de conhecer da ciência, deverá necessariamente responder a um segundo objetivo desta, que busca a melhoria de nosso bem-estar e um aumento de nosso poder sobre as coisas (CBCISS, 1988, p. 77)

No subitem chamado Serviço Social como Sistema Cibernético, dos autores Eliane Maria Silva de Souza, Eliane Vieira e Martha Yamamoto, onde se supõe a utilização alternativa de recursos tecnológicos enquanto meios no processo interventivo. Assim,

O Serviço Social encontra-se bastante defasado diante dessas ciências, haja vista que sua prática profissional continua se dando em moldes não condizentes com as exigências deste momento histórico, onde diante do avanço científico e tecnológico encontramos-nos em um contexto social, político e econômico bem diverso de anos atrás, contando com diferentes recursos. Estamos frente a uma nova realidade, a qual exige uma visão apropriada, de modo que aprendamos a utilizar tudo aquilo que a presente tecnologia oferece, ou melhor, nos possibilite armazenar dados e ter acesso mais imediato aos mesmos, implicando a agilização dos processos face à morosidade burocrática do sistema (CBCISS, 1988, p. 136)

Nesse parágrafo anterior, observamos que o Seminário do Alto da Boa Vista via a necessidade de mudança no significado da própria profissão, das suas técnicas, dos métodos, da teoria e da prática, defendendo até mesmo uma profissão cibernética.

Conclui-se que na reatualização do conservadorismo já existia uma segunda direção do processo renovador, através de outros condutos e envolvia outros protagonistas, deslocou-se da vertente modernizadora, apesar de não empolgar os setores de ponta do Serviço Social no Brasil devido à sua extrema pobreza teórica.

## 2.5. INTENÇÃO DE RUPTURA

A terceira perspectiva, também chamada de “Intenção de Ruptura” por José Paulo Netto, faz uma crítica aos suportes teóricos, metodológicos e ideológicos do Serviço Social Tradicional. Nesta perspectiva é visível o resgate das tendências do serviço social pré-64, que tem como bases as ideias de Marx, ainda que com problemas na sua apreensão.

Segundo Netto (2011), Yamamoto (2005), Bravo (2006) e Yasbek (2019), nos anos 1970 a 1980, primeira condição para a construção deste projeto se viabilizou: a recusa e a crítica ao

conservadorismo profissional. A primeira metade dos anos 1980 assistiu à irrupção, na superfície da vida social brasileira, de demandas democráticas e populares reprimidas por largo tempo. A mobilização do trabalhadores urbanos, com o renascimento combativo da sua organização sindical; a tomada de consciência dos trabalhadores rurais e a revitalização das suas entidades representativas; o ingresso, também, na cena política, de movimentos de cunho popular (por exemplo, associações de moradores), e democrático (estudantes, mulheres, “minorias” etc); a dinâmica da vida cultural, com a reativação do protagonismo de setores intelectuais; a reafirmação de uma opção democrática por segmentos da igreja católica e a consolidação do papel progressista desempenhado por instituições como a Organização dos Advogados Brasileiros (OAB) e associação brasileira de imprensa – tudo isso pôs na agenda da sociedade brasileira a exigência de profundas transformações políticas e sociais.

A luta contra a ditadura e a conquista da democracia política possibilitaram o rebatimento, no interior do corpo profissional, da disputa entre projetos societários diferentes que se confrontavam no movimento das classes sociais. As aspirações democráticas e populares, irradiadas a partir dos interesses dos trabalhadores, foram incorporadas e até intensificadas pelas vanguardas do Serviço Social.

Ainda nos anos 1970, quando, como resultado da reforma universitária imposta pela ditadura, o Serviço Social legitimou-se no âmbito acadêmico, é nos espaços da pós-graduação que no Brasil se inicia e consolida a produção de conhecimentos – então o corpo profissional começou a operar a sua acumulação teórica.

Entrou na agenda do Serviço Social, a questão de redimensionar o ensino com vistas à formação de um profissional capaz de responder, com eficácia e competência, as demandas tradicionais e demandas emergentes na sociedade brasileira – em suma, a construção de um novo perfil profissional. Dessa forma,

No Brasil, esse movimento impõe aos assistentes sociais a necessidade de construir um novo projeto profissional, comprometidos com as demandas e interesses da população usuária de seus serviços. Uma marca significativa resultante desse processo foi o denominado ‘**Congresso da Virada**’ que vai potencializar as condições para a construção do projeto ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo do Serviço Social brasileiro. (YASBEK, 2019, p. 19)

O Congresso da Virada (1979) foi realizado em uma conjuntura de enfrentamento, tendo, de um lado, a Ditadura Civil-militar, e, de outro, a organização das trabalhadoras e trabalhadores, movimentos sociais, sindicalismo e luta dos assistentes sociais por sua organização sindical. Proporcionou intenção de ruptura com o pensamento conservador e o

profundo impacto na mudança de paradigma da formação e do trabalho profissional e no âmbito de organização das entidades da categoria. É no âmbito da adoção do marxismo como referência analítica, que se torna hegemônica no Serviço Social no país a abordagem da profissão como componente da organização da sociedade inserida na dinâmica das relações sociais, participando do processo de reprodução dessas relações.

Vai imprimir, não sem confrontos, direção ao pensamento e à ação do Serviço Social no país. Vai permear as ações voltadas à formação de assistentes sociais na sociedade brasileira (o currículo de 1982 e as atuais diretrizes curriculares); os eventos acadêmicos e aqueles resultantes da experiência associativa dos profissionais, como suas Convenções, Congressos, Encontros e Seminários; está presente na regulamentação legal do exercício profissional e em seu Código de Ética, e é fundamento da construção do projeto ético-político do Serviço Social brasileiro que, na passagem anos 1980 para os anos 1990, alcança, de acordo com Netto, outro intelectual que traz Marx para o Serviço Social, um nível de maturação que expressa rupturas com o papel tradicional conservadorismo. (Yasbek, 2019, p. 20)

O marco foi Congresso da Virada, em 1979, a Reforma Universitária e a legitimação do Serviço Social, que se deu no âmbito acadêmico, a consolidação da produção de conhecimento, interlocução com as Ciências Sociais, incorporação de matrizes Teóricas e metodológicas compatíveis com a ruptura do conservadorismo etc. Sendo assim, Mota (2019) aborda que

o III CBAS, ambos em 1979, o que lhe permitiu desbordar os muros da universidade e se espalhar sobre a categoria profissional. Desde então, essa cultura profissional de ruptura com o conservadorismo avança com a consolidação da pesquisa e dos Programas de Pós-graduação, responsáveis pela formação de quadros intelectuais e pelo acervo de publicações, que têm assegurado uma massa crítica de conhecimentos no Serviço Social e na intervenção profissional; insurgindo-se contra a hegemonia dominante e endossando uma direção intelectual e política na profissão, de caráter crítico e progressista. (p. 203)

Entrou na agenda do Serviço Social a necessidade de redimensionar o ensino com vistas à formação de um profissional capaz de responder, com eficácia e competência, as demandas tradicionais e demandas emergentes na sociedade brasileira – em suma, a construção de um novo perfil profissional. Sob a coordenação da ABESS, iniciou-se a partir de 1975, um intenso processo de discussão do seu projeto acadêmico e curricular para o profissional assistente social. Por meio da promoção de eventos regionais e nacionais, nos quais se destacam as convenções promovidas a cada dois anos, a ABESS tem conseguido por em destaque as preocupações da categoria profissional com a formação acadêmica dos assistentes sociais, bem como ampliado discussões sobre questões emergentes na profissão.

Também junto aos docentes da Universidade Pontifícia Católica (PUC) de Minas Gerais, que veio se tornar conhecida como a experiência do Método de Belo Horizonte (Método

BH), realizada entre 1974 e 1976 influenciaram esse processo crítico do Serviço Social, com a incorporação da teoria social crítica marxista. O Método Belo Horizonte, considerado como a construção de uma alternativa global ao tradicionalismo. Este é o traço

mais visível da explicitação do projeto da ruptura que se plasmou na atividade da Escola de Serviço Social na Universidade Católica de Minas Gerais na primeira metade dos anos 1970 – o ‘método’ que ali se elaborou foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo; envolvendo todos estes passos, ele coroou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro projeto profissional, abrangente, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive do conjunto de suportes acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social. (NETTO, 2011, p. 351-352).

O protagonismo das entidades da categoria CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO constroem Agenda Política e interlocução com os coletivos de esquerda e, nessa trajetória, muitas lutas são conquistadas, como: jornada semanal de 30 horas de trabalho; Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior; campanhas contra opressões no campo étnico/racial, gênero e orientação sexual; posicionamentos contrário.

Portanto, o Serviço Social deve ser compreendido em seu contexto histórico para podermos olhar a profissão no presente, lutar pelas conquistas e manutenção de direitos, em tempos de barbárie, neoliberalismo e neoconservadorismo.

Concluindo esse item do segundo capítulo, observamos que há todo contexto econômico, histórico, social e político interligado ao Movimento de Renovação Brasileiro, assim como também são importantes os marcos regulatórios do Serviço Social e sua construção coletiva até os dias atuais. Sobre isso, trataremos no próximo item do segundo capítulo a fim de apreendermos melhor a história do Serviço Social.

## 2.6. UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA: NOVAS BASES DO CURRÍCULO MÍNIMO DE 1996, NOVOS MARCOS REGULATÓRIOS E SUA RELAÇÃO COM A MATRIZ TEÓRICO-METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL

Entender o surgimento do Serviço Social no Brasil e no Amazonas requer todo um estudo complexo, dinâmico e do seu contexto da época. Nesse sentido, marcos regulatórios, como os Códigos de Ética de 1947, 1965, 1975 e 1986 e 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão de 1957 e de 1993, e os currículos mínimos de 1982 e 1996 da profissão serviço social que influenciaram a formação profissional dos Assistentes Sociais, especialmente no Amazonas, também é muito importante.

Segundo Rios (2017) e Barroco (2008), a ética faz parte da competência profissional, qualquer que seja o espaço de atuação dos indivíduos. Ética, espaço da reflexão filosófica que se define como a reflexão crítica, sistemática, sobre a presença dos valores na ação humana. “O domínio do ethos é o da moralidade, do estabelecimento de deveres, a partir da reiteração das ações e da significação a elas atribuída. O ethos é a face da cultura que se volta para o horizonte do dever-ser ou do bem” (RIOS, 2017, APUD VAZ, op. Cit., p. 19). A ética se apresenta como uma reflexão crítica sobre a moralidade, sobre a dimensão moral do comportamento do homem. É nesse sentido que ela não se confunde com a moral. No terreno desta última, os critérios utilizados para conduzir a ação são os mesmos que se usam para os juízos sobre a ação, e estão sempre indiscutivelmente ligados a interesses específicos de cada organização social. No plano da ética, estamos em uma perspectiva de um juízo crítico, próprio da filosofia, que quer compreender, quer buscar o sentido da ação.

Os Códigos de Ética de cada período estão intrínsecos ao contexto social, econômico e político de cada época, além das características da formação e prática dos Assistentes Sociais de cada período. Desde o período Getúlio Vargas até a ascensão da democracia, depois de o Brasil passar por um período da Ditadura Militar.

Ao analisar o primeiro Código de Ética do Assistente Social de 1947, verificamos a presença constante das características do Serviço Social Tradicional, tais como: princípios neotomistas, da influência da Igreja Católica, dos bons costumes da comunidade, da psicologia através do aperfeiçoamento adequado da personalidade e da dignidade, do respeito a Deus, o profissional deveria se inspirar na caridade cristã. As assistentes sociais tinham uma formação comprometida com a moral, com a ordem e com o progresso. Os deveres fundamentais dos assistentes sociais preconizados por esse Código de Ética foram:

É dever do Assistente Social: 1. Cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de **Deus**, os direitos naturais do homem, inspirando-se, sempre em todos seus atos profissionais, no **bem comum** e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus. 2. Guardar rigoroso sigilo, mesmo em depoimentos policiais, sobre o que saiba em razão do seu ofício. 3. Zelar pelas prerrogativas de seu cargo ou funções e respeitar as de outrem. 4. Recusar sua colaboração ou tomar qualquer atitude que considere ilegal, injusta ou imoral. 5. Manter uma atitude honesta, correta, procurando **aperfeiçoar sua personalidade e dignificar a profissão**. 6. Levar ao conhecimento do órgão competente da ABAS Seção São Paulo, qualquer transgressão deste Código. 7. Manter situação ou atitude habitual de acordo com as leis e **bons costumes da comunidade**. (BRASIL, CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL, 1947, grifo nosso)

Ao analisar o Código de Ética de 1965, verificamos características comuns do Código de Ética de 1947, tais como: a presença da perspectiva da “ordem social” e desenvolvimentista,

ainda possuía uma herança católica, promovendo os valores tradicionais e conservadores com foco na família, no humano com uma continuidade do projeto reformista-conservador, com reforço na metodologia do trabalho de Caso, Grupo e Comunidade devido ao contexto da Ditadura Militar. Os deveres fundamentais do Assistente Social desse Código são:

Art. 4º O assistente social no desempenho das tarefas inerentes a sua profissão deve respeitar a **dignidade da pessoa humana** que, por sua natureza é um ser inteligente e livre. Art. 5º No exercício de sua profissão, o assistente social tem o dever de respeitar as posições filosóficas, políticas e religiosas daqueles a quem se destina sua atividade, prestando-lhes os serviços que lhe são devidos, tendo-se em vista o princípio de autodeterminação. Art. 6º O assistente social deve zelar pela família, grupo natural para o desenvolvimento da pessoa humana e base essencial da sociedade, defendendo a prioridade dos seus direitos e encorajando as medidas que favoreçam a sua **estabilidade e integridade**. Art. 7º Ao assistente social cumpre contribuir para o bem comum, esforçando-se para que o maior número de criaturas humanas dele se beneficiem, **capacitando indivíduos, grupos e comunidades para sua melhor integração social**. Art. 8º O assistente social deve colaborar com os poderes públicos na preservação do bem comum e dos direitos individuais, dentro dos princípios democráticos, lutando inclusive para o estabelecimento de uma **ordem social justa**. Art. 9º O assistente social estimulará a participação individual, grupal e comunitária no processo de **desenvolvimento**, propugnando pela **correção dos desníveis sociais**. Art. 10º O assistente social no cumprimento de seus deveres cívicos colaborará nos **programas nacionais e internacionais**, que se destinem a atender às reais necessidades de melhoria das condições de vida para a sua pátria e para humanidade. (BRASIL, CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL, 1965, grifo nosso)

Analisando o Código de Ética do Serviço Social de 1975, estão presentes características do Serviço Social Tradicional, dos Códigos de Ética anteriores, com novas formas de apreensão devido ao contexto da Ditadura Militar, observamos que é na época da primeira vertente do Movimento de Renovação, a perspectiva modernizadora, mantém ainda uma presença dos pressupostos neotomistas (valor central é a pessoa humana), revela-se a-histórico, a-político, centrado nos valores individuais e positivistas através de um aprofundamento do conhecimento e da técnica, buscando o desenvolvimento do país. O Capítulo II dos deveres do Assistente Social desse Código de Ética preconiza:

II. Nas relações com o cliente: a. Utilizar o Máximo de seus esforços, zelo e capacidade profissional em favor ao cliente; b. Esclarecer o cliente quanto ao **diagnóstico, prognóstico, plano e objetivos do tratamento** III. Nas relações com os colegas: a. Tratar os colegas com lealdade, solidariedade e apreço, auxiliando-se no cumprimento dos respectivos deveres e contribuindo para a **harmonia e o prestígio da profissão**; IV. Nas relações com entidades de classe: a. Prestar colaboração de **ordem moral, intelectual e material** às entidades de classe; V. Nas relações com instituições: a. Cumprir os compromissos assumidos e contratos firmados; b. Respeitar a **política administrativa da instituição empregadora**; c. Contribuir para que as instituições destinadas ao trabalho social mantenham um bom entrosamento

entre si. VI. Nas relações com a comunidade: a. **Zelar pela família**, defendendo a prioridade dos seus direitos e encorajando as medidas que favoreçam sua **estabilidade e integridade**; b. Participar de **programas nacionais e internacionais** destinados à elevação das condições de vida e **correção dos desníveis sociais**. (BRASIL, CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL, 1975, grifo nosso)

A partir do Código de Ética de 1986 do Serviço Social, com a ascensão da Democracia, presença de pressupostos políticos coletivos, comprometidos com as lutas das classes trabalhadoras, vinculado a um projeto democrático, apresentava o amadurecimento profissional e político dos assistentes sociais, essa nova ética é resultado na inserção da categoria nas lutas das classes trabalhadoras, sob a perspectiva histórico-dialética. Dentre os direitos preconizados do Assistente Social, destacam-se:

- a. Desempenhar suas atividades profissionais, com observância da legislação em vigor;
- b. Livre exercício das atividades inerentes à profissão;
- c. Livre acesso aos usuários de seus serviços;
- d. Participação na elaboração das Políticas Sociais e na formulação de programas sociais;
- e. Inviolabilidade do domicílio, do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação;
- f. Desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional;
- g. Remuneração por seu trabalho profissional definida pelas organizações sindicais, estaduais e nacionais, articuladas a **luta geral da classe trabalhadora**;
- h. Acesso às oportunidades de aprimoramento profissional;
- i. Participação em manifestações de defesa dos direitos da categoria e dos interesses da classe trabalhadora;
- j. Participação nas entidades representativas e de organização da categoria;
- k. Pronunciamento em matéria de sua especialidade;
- l. Acesso às informações no espaço institucional que viabilizem a prática profissional.

Dentre os deveres, destacam-se:

Art. 3º - Constituem deveres do Assistente Social: a. Desempenhar suas atividades profissionais, com observância da legislação em vigor; b. **Devolver as informações colhidas** nos estudos e pesquisas aos sujeitos sociais envolvidos, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos interesses da classe trabalhadora; c. **Democratizar** as informações disponíveis no espaço institucional, como dos mecanismos indispensáveis à participação social dos usuários; d. Aprimorar de forma contínua os seus conhecimentos, colocando-os a serviço do **fortalecimento dos interesses da classe trabalhadora**; e. Denunciar, no exercício da profissão, às organizações da categoria, às autoridades e aos órgãos competentes, qualquer forma de agressão à integridade física, social e mental, bem como abuso de autoridade individual e institucional; f. Utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da profissão. (BRASIL, CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL, 1986, grifo nosso)

O Código de Ética de 1993 apresenta-se como resultado do amadurecimento profissional iniciado a partir do Código de Ética de 1986, resultado de uma construção mais



coletiva, pressupondo a erradicação dos processos de exploração, alienação e opressão. O sujeito é notado como possuidor de história dentro de uma realidade social, a realidade é histórica, dinâmica e contraditória e regada por pressupostos dialéticos. Seus princípios fundamentais são explícitos e detalhados:

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (BRASIL, CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL, 1993)

Em relação à Lei de Regulamentação da Profissão de 1957, observamos um caráter meramente técnico atribuído ao profissional, sem relação a técnica à teoria, além de terem sido citados apenas algumas atribuições dos assistentes sociais, constatando que a profissão tinha apenas vinte anos de seu surgimento, a qual teria muito a caminhar teórica, político, ética e tecnicamente.

Com a regulamentação do ensino em Serviço Social em 1953 pela Lei n. 1.889, foi dado o reconhecimento de grau universitário e adotada a matriz positivista, centrada na integração do homem ao meio social. Constituindo, assim, seu currículo mínimo:

I – Sociologia e Economia Social, Direito e Legislação Social, Higiene e Medicina Social, Psicologia e Higiene Mental, Ética Geral e Profissional;  
 II – Introdução e Fundamentos do Serviço Social, Métodos do Serviço Social, Serviço Social de Casos, de Grupo, Organização Social de Comunidade, Serviço Social em suas Especializações: Família, Menores, Trabalho, Médico

III – Pesquisa Social, sob a perspectiva desenvolvimentista. (BRASIL, Lei de Regulamentação da Profissão de 1993).

Portanto, a partir dos anos 1950, no contexto desenvolvimentista no governo Juscelino Kubitschek, 1956 a 1961, a formação profissional dos assistentes sociais das primeiras escolas de Serviço Social se deu sob influência norte-americana, através das disciplinas de Biologia, Moral, Sociologia e Psicologia, com o objetivo de combater os desajustamentos existentes entre o homem e a sociedade, objetivo de integrar o indivíduo e adaptar ao meio social, se preocupando com o desenvolvimento da personalidade dos indivíduos entre si, no grupo e nas comunidades. Além disso, foi na década de 1950, houve a criação e pleno funcionamento dos Conselhos de Fiscalização das profissões e ofícios considerados liberais, como o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS).

## 2.7. NOVAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS) DE 1996

Segundo Netto (2011), os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que as legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases de suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais públicas e privadas.

O sujeito coletivo que constrói o projeto profissional constitui um universo heterogêneo: os membros do corpo (categoria) profissional são necessariamente indivíduos diferentes – têm origens, situações, posições e expectativas sociais diversas, condições intelectuais distintas, comportamentos e preferências teóricas, ideológicas e políticas variadas etc. O corpo profissional é uma unidade não-homogênea, uma unidade de diversos; nele estão presentes projetos individuais e societários diversos e, portanto, configura um espaço plural do qual podem surgir projetos profissionais diferentes. (NETTO, 2011, p. 145).

Corroborando com as ideias de Netto (2011), Silva (2016) aborda que o Serviço Social está atrelado a vários fatores da realidade social, como sujeitos, projetos societários em disputa, organização da massa trabalhadora, governo, economia e

exige construir-se como profissão e como área de conhecimento, histórica e criticamente, mediada por ações de sujeitos, por projetos societários e que situa, acima de regulações normativas institucionais, os sujeitos individuais e coletivos, a luta das/os trabalhadoras/es – a razão de ser, a história e a direção social dessa profissão: a emancipação humana. (P. 28)

De acordo com as ideias de Netto (2011), Silva (2016), Nascimento (1984) aborda que é em função de um determinado bem que os homens vivem em sociedade. Trata-se então de saber que bem é esse, em função do qual os homens se decidem a construir uma comunidade política. E aqui se delinea um outro horizonte de investigação que vai no sentido de definir esse bem.

A criação das entidades nacionais provocou um avanço na organização política da categoria: a ABEPSS (1946), o CFESS (primeiro código em 1947, primeira lei e criação do CFAS em 1957), a ENESSO (1 Encontro Nacional de Estudantes em 1978; SESSUNE em 1988-1993; ENESSO em 1993); a ANAS (1983-1989). Tais entidades nacionais se articulam e possibilitam, após 1979, a construção do Projeto Ético-Político Profissional. “O projeto profissional se constrói e é construído, dialeticamente, no tenso processo sócio-histórico das lutas sociais materializado na formação sócio-histórica do Brasil” (SILVA, 2019, p. 30)

Dentre os componentes do Projeto Ético Político do Serviço Social está a formação profissional e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Em uma conjuntura de avanço neoliberal no marco da reestruturação produtiva, das expressões de contrarreforma do Estado que impactam em metas privatistas é que a ABEPSS terá novos desafios para implantação da proposta curricular de 1996. Assim, defender as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 é um compromisso na defesa do projeto ético político profissional, e a ABEPSS se coloca esse desafio, de acompanhar e monitorar a implementação das Diretrizes da entidade juntos aos cursos de Serviço Social e das escolas filiadas à entidade.

Outro componente atrelado ao Projeto Ético Político do Serviço Social é a Lei de Regulamentação da Profissão, que é baseada na matriz marxista, em princípios éticos e de apoio à classe trabalhadora. Sobre as competências e atribuições privativas dos Assistentes Sociais preconizados nessa Lei:

Art. 4º Constituem **competências** do Assistente Social: I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (Vetado); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis,

políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades. (BRASIL, LEI DE REGULAMENTAÇÃO DA PROFISSÃO, 1993, GRIFO NOSSO)

Observamos que as competências e as atribuições privativas de 1993 requer formação profissional densa, crítica e comprometida com o Projeto Ético-Político. Concluimos também que a profissão de Serviço Social em todo contexto histórico possui competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa diferente, de acordo com a intencionalidade e escolhas dos sujeitos de cada ação e objetivo. No contexto atual da formação e prática profissional, requer vínculo de comprometimento que é voltado para própria profissão de serviço social e seus colegas de trabalho, o que leva a uma “necessidade de desenvolver um trabalho articulado, envolvendo a formação profissional e o exercício profissional com as entidades representativas da categoria [...] exigem não apenas o compromisso com os usuários, mas esforço de reflexão coletiva da categoria” (PERALES SILVA, 2015, p. 150).

Dessa forma, no próximo item do segundo capítulo iremos trabalhar com os limites e possibilidades tanto na formação quanto na prática profissional dos Assistentes Sociais, especificamente no Amazonas.

## 2.8. LIMITES E POSSIBILIDADES PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS NO AMAZONAS

Para abordarmos a formação profissional, desafios e possibilidades para o Serviço Social no mundo atual, precisamos primeiro abordar sobre o significado de neoliberalismo que é expressão da reestruturação política e ideológica conservadora do capital em resposta à perda de rentabilidade e “governabilidade”, que enfrentou durante a década de 1970, no marco de uma onda longa de crise capitalista. O capital cria as condições históricas necessárias para a generalização de sua lógica de mercantilização universal, submetendo aos seus domínios e objetivos de acumulação o conjunto das relações sociais: a economia, a política, a cultura.

Vivemos em um contexto neoliberal, de destruição de direitos, de preconceito, da economia prevalecer sobre o social, congelamento dos investimentos em vinte (20) anos para direitos sociais, considerados universais na Constituição Federal de 1988. É uma contradição constante entre o Projeto Ético-Político dos Assistentes Sociais e estudantes da teoria crítica marxista com o neoliberalismo. Segundo Coimbra (2020), o neoliberalismo com seus corolários de globalização, Estado Mínimo, livre mercado, livre comércio, privatizações, marketing,

votação rápida, capitalismo financeiro, isolamento tecnocrático, cultura-mercado provoca medo, controle policial, repressão das classes dos trabalhadores, especialmente os negros, com os movimentos surgidos dos Estados Unidos, que policiais matam os negros, independentemente se cometeu crime ou não, chacinas, balas perdidas, linchamentos, assassinatos de crianças e adolescentes, de homossexuais, de pessoas pobres suspeitas de prática de crimes, de trabalhadores e líderes sindicais rurais. Além de outras expressões da questão social como: a questão do gênero, com desigualdades salariais, com uma sociedade patriarcal e machista, dentre outras.

O neoliberalismo só ganhou força e difusão em escala planetária na década de 1970, após a chamada “crise” do Estado de Bem-Estar Social, houve críticas em relação à garantia dos direitos dos trabalhadores, pleno emprego e proteção social universal. Complementando o pensamento desses autores, Pereira (2016) aborda em sua tese de doutorado sobre aspectos políticos, Estado de Bem-Estar Social e o neoliberalismo, e as disputas ideológicas entre os defensores do neoliberalismo e os defensores da esquerda democrática, dessa forma, a crítica ao Welfare State defendida pelos

membros da Sociedade de Mont Pèlerin defendem que os aparentes benefícios trazidos pela atuação do Estado de Bem-Estar eram, na verdade, prejudiciais à coletividade e ao próprio sistema, já que, em tese, enfraqueciam a competitividade, a propriedade privada e a liberdade individual, consideradas imprescindíveis para o alcance da felicidade nas sociedades ocidentais. Além disso, Hayek fortaleceu a ideia de que a desigualdade, como valor, era indispensável, transformando-a, dessa forma, em algo positivo que deveria ser perseguido por todos. (ANDERSON, 1995 APUD PEREIRA, 2016, p. 105)

Em relação ao Brasil, o neoliberalismo começou a desenvolver a partir dos anos 1990, no governo Fernando Collor de Mello. Nesse tipo de intervenção econômica, houve surgimento de novas expressões da questão social, tais como precarização do trabalho, aumento do desemprego, o novo proletariado de serviços na era digital (ANTUNES, 2018), PEC 241/16 - congelamento de 20 anos em investimento público, como nas áreas da Educação e da Saúde; crise ambiental, social, econômica, política, invasão das áreas indígenas, violência contra os indígenas, violência de gênero, desigualdade nas atribuições de afazeres domésticos, diversidade cultural em relação aos estudantes indígenas (FERNANDES E MACIEL, 2019), dentre outras.

Segundo Dardot (2016), há duas grandes mudanças em relação ao papel do Estado: 1. Torna-se uma empresa, maximizando os lucros econômicos para a classe dominante e subordinando o social ao econômico. Terá como consequência a perda do próprio significado dos serviços públicos, influenciando a própria ideia de sujeito político. 2. É a própria dimensão

do que é política, uma vez que a esfera do coletivo e do bem comum é preterida em favor do consumo egoísta imediato. O cidadão torna-se um consumidor dos serviços básicos dos direitos sociais como: saúde, educação, previdência social. Formando-se a privatização dos serviços.

Concordando com a ideia de Dardot (2016), Osorio (2019) aborda sobre a hierarquia de poder que marca as diferenças existentes entre os Estados imperialistas e os Estados dependentes. Para o autor, dois elementos centrais caracterizam os Estados dependentes latino-americanos. O primeiro é a subordinação às decisões dos países imperialistas, o que ocasiona a soberania restringida dos centros latino-americanos e dependentes, como, por exemplo, eles pedem empréstimo financeiro para os grandes centros, mas, em troca, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial exigem critérios que afetam as decisões de como governar os periféricos, de tal forma que as classes sociais dominantes locais têm suas condições de vida e de reprodução condicionadas pelo capital imperialista e por seus projetos, o que reproduz a dependência e a subordinação.

O outro elemento é a particularidade da exploração nas sociedades dependentes, a qual se sustenta na superexploração da força de trabalho, ocasionando a agudização da barbárie e o aumento das expressões sociais. Para controlar a ordem social, há formas de consenso estáveis, fragilidade democrática e tendências autoritárias, como é o caso do Governo Bolsonaro. Além disso, Osorio analisa a democracia existente no Brasil, que é apenas uma democracia formal, a participação política segue subordinada aos ditames do grande capital e das classes dominantes. Existe um paradoxo no Brasil: enquanto a economia se tornava cada vez mais excludente, a política passava a incluir mais e mais cidadãos, visto que, há maior concentração e centralização de riquezas nas mãos de poucas pessoas, ao mesmo tempo, a Constituição Federal de 1988 defende os princípios democráticos e os direitos sociais universais.

Essa ideologia neoconservadora da extrema direita objetivou construir o consenso e a viabilidade à agenda de desmonte dos direitos sociais no Brasil, preparando, antecipadamente, os quadros militantes das próximas décadas.

O caráter conservador do projeto neoliberal se expressa, de um lado, na naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais a ele inerentes tidas como inevitáveis, obscurecendo a presença viva dos sujeitos sociais coletivos e suas lutas na construção da história; e de, outro lado, em um retrocesso histórico condensado no desmonte das conquistas sociais acumuladas, resultantes de embates históricos das classes trabalhadoras, consubstanciadas nos direitos universais de cidadania, que têm no Estado uma mediação fundamental. As conquistas sociais acumuladas são transformadas em problemas ou dificuldades, causa de gastos sociais excedentes, que se encontrariam na raiz da crise fiscal dos Estados (BRAVO, 2006, p. 163)

Indo ao encontro do pensamento de Bravo (2006), Liduína (2019), aborda sobre o caráter conservador do projeto neoliberal se expressa, de um lado, na naturalização do ordenamento capitalista e das desigualdades sociais a ele inerentes tidas como inevitáveis, obscurecendo a presença viva dos sujeitos sociais coletivos e suas lutas na construção da história; e, de outro lado, em um retrocesso histórico condensado no desmonte das conquistas sociais acumuladas, resultantes de embates históricos das classes trabalhadoras, consubstanciadas nos direitos sociais universais de cidadania, que tem no Estado uma mediação fundamental. “As conquistas sociais acumuladas são transformadas em problemas ou dificuldades, causa de gastos sociais excedentes, que se encontrariam na raiz da crise fiscal dos Estados” (LIDUÍNA, 2019, p. 163)

Segundo Yazbek (2019), convivemos cotidianamente com a despolítica da política, com o crescimento do ideário conservador, a criminalização dos movimentos sociais e de suas lideranças, a violência social e doméstica da qual são vítimas mulheres, crianças, adolescentes, idosos; a droga, a doença AIDS, a discriminação por questões de gênero e etnia, a moradia na rua ou em habitações precárias e insalubres, as crianças e adolescentes sem proteção, os doentes mentais, as dificuldades dos portadores de deficiência, o envelhecimento sem recursos, a fome e a alimentação insuficiente e outras tantas questões relativas à injustiça resultantes da questão social brasileira.

Para Liduína (2019), no neoliberalismo há uma derrocada dos direitos, preconceitos, julgamentos morais, judicialização das relações sociais, violência de homens contra as mulheres, violações contra negros, indígenas, crianças, adolescentes, jovens, idosos, e crescentes movimentos xenofóbicos e homofóbicos e outros, que se reverberam nas múltiplas dimensões da vida, na formação e no trabalho do assistente social.

Vivemos, dessa forma, uma era de despolítica da questão social e da estrutural desigualdade brasileira. Há uma profunda relação entre as transformações, em andamento, nas últimas décadas no regime de acumulação na ordem capitalista, especialmente as mudanças que caracterizam a esfera da produção e o mundo do trabalho, associadas à nova hegemonia liberal-financeira, e as transformações que ocorrem nas políticas sociais com o advento, por um lado, da ruptura trabalho/proteção social, e, por outro, “com a recomposição das políticas sociais que se tornam cada vez mais focalizadas e condicionadas. Ou seja, trazem a lógica do welfare ou da contrapartida por parte dos que recebem algum benefício” (YASBEK, 2019, p. 22, Apud YAZBEK, 2013, p. 2).

Conjuntura contemporânea caracterizada pelos determinantes das forças produtivas do capitalismo mundializado em tempos de acumulação flexível, de reafirmação do domínio do

capital sobre o trabalho, de transformações no mundo do trabalho, da reestruturação produtiva, das contrarreformas (Educação, Trabalhistas e Previdência); pelo avanço da direita conservadora na Europa e no mundo; pelos impactos neoliberais nas políticas sociais, nos direitos sociais e humanos, nas relações trabalhistas, nos sindicalismos, nas lutas sociais e na vida dos sujeitos individuais e coletivos – a maioria à margem da proteção social – e caracterizada também por uma sociabilidade marcada pela desigualdade social, pela barbárie, pelo acirramento da questão social. (LIDUÍNA, 2019). Nos dias atuais, evidencia-se cenário de formação aligeirada, flexível, tecnicista (centrado em competências e habilidades), precarizada, produtivista, sem valorização da pesquisa, extensão e ensino voltado para o mercado; enfim, é notória a vigência de um modelo de educação do Banco Mundial, com o peso da Declaração de Bolonha (1999), que atinge drasticamente a graduação, reverberando também na pós-graduação.

Yazbek (2019) aborda que nesses anos em que as políticas sociais são objeto de um processo de reordenamento, subordinado às políticas de estabilização da economia, em que a opção neoliberal na área social passa pelo apelo à filantropia e à solidariedade da sociedade civil e por programas seletivos e focalizados de combate à pobreza no âmbito do Estado (apesar da Constituição de 1988), novas questões se colocam ao Serviço Social, quer do ponto de vista de sua intervenção, quer do ponto de vista da construção de seu corpo de conhecimentos.

A análise do Serviço Social no âmbito das relações sociais capitalistas visa superar os influxos liberais que grassam as análises sobre a chamada prática profissional, vista como prática do indivíduo isolado, desvinculada da trama social que cria sua necessidade e condiciona seus efeitos na sociedade. Os processos históricos são reduzidos a um contexto distinto da prática profissional, que a condiciona externamente. A prática é tida como uma relação singular entre o Assistente Social e o usuário de seus serviços -, seu cliente - desvinculada da questão social e das políticas sociais. “Essa visão a-histórica e focalista tende a subestimar o rigor teórico-metodológico para a “análise da sociedade e da profissão em favor das visões empiristas, pragmáticas e descritivas da sociedade e do exercício profissional, enraizadas em um positivismo camuflado sob um discurso progressista de esquerda.” (LIDUÍNA, 2019, p. 168)

Ao mesmo tempo que temos possibilidades para uma atuação crítica, uma maturação que ganhou visibilidade na sociedade brasileira pela intervenção dos assistentes sociais, através de seus organismos representativos, nos processos de elaboração e implementação das Políticas Públicas no país, a realidade social demonstra alguns desafios que são elencados por autores clássicos do Serviço Social tais como: os anos 1980 e 1990 foram anos adversos para as



políticas sociais e se constituíram em terreno particularmente fértil para o avanço da regressão neoliberal, que erodiu as bases dos sistemas de proteção social e redirecionou as intervenções do Estado em relação à questão social, trazendo para a profissão novos desafios.

Enfrentamos conjunturas adversas, confrontamos a sociabilidade do capital e construímos mediações para enfrentar as desigualdades e intervir na vida cotidiana dos indivíduos sociais com os quais trabalhamos:

- Construímos nossas estratégias, nossas “trincheiras” para enfrentar manifestações da Questão Social: as “novas” e as de sempre – comprometidos com os interesses das classes subalternizadas, lutamos por seus direitos e para atender a suas demandas
- Deparamo-nos com o aumento da demanda por políticas públicas por parte de um número crescente da população que vivencia situações de pobreza, de injustiça, de violência, de exclusão e subalternização. Com a crise atual, teremos agravados os abusos aos direitos sociais, sobretudo o direito ao trabalho e à proteção a ele vinculada. (YAZBEK, 2019, p. 22 e 23)

Em relação à educação, há uma contradição: educação para o mercado de trabalho, com competências e habilidades somente técnicas, pensamento acrítico, com o objetivo de apenas obter o diploma, aumentando as possíveis chances de emprego. Para Cartaxo (2012), o neoliberalismo e os interesses da burguesia obtêm a ideia

capital humano, então, reduz a educação às necessidades mercadológicas, como um fator de produção que ajuda a compreender a visão dominante da qualificação profissional como determinante para o sucesso profissional. Na atualidade, com a crise do modo de produção capitalista, a noção de capital humano vem sendo revista e substituída por sociedade do conhecimento, qualidade total ou pedagogia das competências e empregabilidade. (P. 241)

Não recai na pesquisa o único fator determinante do desenvolvimento profissional. Ela deve rebater na formação profissional mais qualificada – ou seja, professores e alunos de Serviço Social devem incorporar o produto daquela na atividade docente – e na reciclagem e atualização dos profissionais de campo. De muito pouco serve a pesquisa original e rigorosa de fenômenos emergentes se ela não passa a formar parte de acervo real (não exclusivo) da profissão, atualizando os conhecimentos dos assistentes sociais e acrescentando elementos na formação dos estudantes. São poucos os estudos sobre preservação do meio ambiente e ecologia, microempresas, catástrofes naturais e suas repercussões sociais; Serviço Social de empresa frente à terceirização, programas de demissão voluntária ou qualidade total, Estado e políticas sociais no neoliberalismo, a atual mundialização ou globalização das relações político-econômicas; o Serviço Social e a economia informal; e tantas outras temáticas, mais gerais ou específicas, mais desenvolvidas ou emergentes.

Desta forma, as áreas tradicionais de intervenção são naturalizadas e permanecem, ao longo da história do Serviço Social, quase que invariáveis:

nem se modificam estes ‘campos tradicionais’ nem se incorporam novas demandas sociais, novos objetos de intervenção profissional. (MONTAÑO, 2009, p. 195)

Netto (2011) e Montaña (2009) abordam que o assistente social se confronta com fios econômicos, sociais, políticos, culturais, biográficos, etc., que nas demandas a que se deve atender, só são passíveis de desvinculação mediante procedimentos burocrático-administrativos, procedimento que reproduz reiterativamente a demanda da intervenção do profissional, congelando e tornando rotina, portanto, os campos de intervenção do assistente social.

Outro desafio presente na realidade é a prática do assistente social, por ser sincrética, por segmentar a realidade em “questões sociais”, toma para si, como sendo um campo de intervenção próprio, algumas dessas (micro)problemáticas estilizadas, deixando para outras profissões a realidade “macro”. Novamente, na lógica de “não invadir para não ser invadido”, se (re)produz não só uma ruptura entre áreas de conhecimento – como se a realidade concreta fosse possível de pulverizar em “microrrealidade” parciais -, como também uma segmentação entre profissões científicas e técnicas, e ainda, verifica-se uma compartimentação nas áreas de intervenção, como que repartindo, entre as profissões “interventivas” campos de atuação “específicos” a cada uma. (MONTAÑO, 2009).

Segundo Iamamoto (2005), o Serviço Social no Brasil, embora regulamentado como uma profissão liberal, não tem uma tradição de prática peculiar às profissões liberais na acepção corrente do termo. O Assistente Social não tem sido um profissional autônomo. Desta forma, o Serviço Social não pode e não deve, enquanto categoria, definir a priori e rigidamente o sujeito ao qual vai ser dirigida sua intervenção, seu público-alvo, nem estabelecer um projeto político-profissional totalmente predeterminado. A criatividade, a diferença, heterogeneidade de cada profissional são essenciais ao desenvolvimento da profissão.

Complementando a ideia de Iamamoto (2005), Yasbek (2019) aborda que a liberalização da profissão contribui assim para a re-filantropização dos serviços sociais reforçando a tendência privatista e focalista das políticas sociais. Se os serviços sociais e assistenciais prestados pelas políticas sociais são realmente produto de uma relação de pressão-concessão, contendo conquistas de demandas populares, então a compra desses serviços por um profissional liberal significa uma verdadeira involução nesse processo de lutas e conquistas das classes trabalhadoras.

O desafio de consolidar a procurada ruptura com a herança da gênese profissional, com a lógica, a funcionalidade e a razão de ser que emoldurou a emersão do Serviço Social; desafio

este que convoca a todos aqueles membros da categoria que, desde suas diversas posturas políticas e opções ideológica, tenham como meta profissional a promoção das camadas populares e subalternos. Isto significa a possibilidade de protagonizar uma (re)definição, dentro das possibilidades e limites que oferecem as lutas internas à categoria e o conjunto de lutas sociais, da base da sustentação funcional-ocupacional do Serviço Social.

Este desafio implica, nos parece, a análise e o tratamento destes quatro elementos (auto)reprodutores: a necessidade de romper com a relação de subalternidade; a alteração da perspectiva “endogenista”, que procura quase que obsessivamente sua “especificidade”, e da visão “praticista” da profissão; e a eliminação do congelamento nos “campos tradicionais” de intervenção, assumindo o compromisso de incorporar as (e incorporar-se às) novas demandas sociais, ou aos fenômenos emergentes. O tratamento e alteração destes quatro aspectos (auto)reprodutores aparecem como significativamente importantes, mesmo que sejam absolutamente insuficientes para romper com a lógica e a funcionalidade herdadas desde a constituição do Serviço Social. (MONTAÑO, 2009, p. 215)

Portanto, a análise dos fenômenos conjunturais e estruturais atuais que permeiam as lutas de classes: globalização, reforma (neoliberal) do Estado, reestruturação produtiva, racionalidade pós-moderna, fenômenos estes que se processam com independência da mera vontade interna dos profissionais de Serviço Social. O Serviço Social desde a sua gênese possui desafios, mas também possibilidades para exercer a sua profissão. Nos dias atuais, reconhecemo-nos como classe trabalhadora e lutamos para garantir e ampliar os direitos sociais universais.

Existem Possibilidades para a atuação da sociedade como dos profissionais Assistentes Sociais: É nesse contexto histórico, pós-Constituição de 1988, que os profissionais de Serviço Social iniciam o processo de ultrapassagem da condição de executores de políticas sociais para assumir posições de planejamento e gestão dessas políticas em uma conjuntura econômica dramática.

A formação profissional é uma novidade no campo do conhecimento científico, já que ainda possui poucas pesquisas sobre esse tema. É inegável o crescimento da pós-graduação stricto sensu na área de Serviço Social e o aprofundamento teórico de importantes temáticas que giram em torno da profissão, com boa parte dos profissionais, como mostram as pesquisas, realizando cursos de pós-graduação lato sensu. Porém, mediante a complexidade do exercício profissional, essa questão merece tratamento diferenciado, problematização e busca de alternativas coletivas de enfrentamento. Sem desconsiderar os determinantes da economia política e a condição de trabalhador assalariado (IAMAMOTO, 1982; 2002 APUD CARTAXO,

2012, p. 245), o assistente social tem uma autonomia relativa para a construção de alternativas profissionais.

Conforme Coimbra (2000), uma das possibilidades para o enfrentamento da classe dominante é a força dos movimentos sociais organizados, junto com os profissionais assistentes sociais, discentes, docentes, pesquisadores, como as passeatas que tivemos no Amazonas. É no nível das práticas cotidianas, micropolíticas, que podem estar as respostas para tais impasses. É por meio da reinvenção de novas maneiras de ser, de estar, de sentir e de viver neste mundo que, cotidianamente, poderemos produzir novas práticas, novos movimentos para contra-atacar as políticas tradicionais, afirmando os direitos humanos como direitos de todos, em especial dos miseráveis de hoje.

Outra possibilidade é a difusão de conhecimentos científicos críticos tanto para as Universidades Públicas como também para as faculdades particulares que visam lucro dos alunos, é necessário combater para uma educação de emancipação humana e oferecer condições materiais e subjetivas para integrantes das instituições.

Segundo Netto (2011), Iamamoto (2005) e Martinelli (2010), o Serviço Social compreende que a formação continuada não se reduz ao arsenal técnico-operativo, é a articulação técnico-operativo, teórico-metodológica e ético-política. Faz-se necessário pensar a formação continuada do assistente social na perspectiva do método histórico-dialético, tendo como suporte a categoria do materialismo dialético. E, além disso, discutir a necessidade de formação crítica dos assistentes sociais, de modo a qualificar sua prática profissional na direção do compromisso com a classe trabalhadora, na construção de uma sociedade sem desigualdade social.

É necessário buscar uma análise que recusa visões unilaterais que apreendem dimensões isoladas da totalidade, sejam elas de cunho economicista, politicista ou culturalista. A preocupação é afirmar a ótica da totalidade na apreensão da dinâmica da vida social e procurar identificar como o Serviço Social participa no processo de produção e reprodução das relações sociais.

A profissão é tanto um dado histórico, indissociável das particularidades assumidas pela formação e desenvolvimento da sociedade brasileira quanto resultante dos sujeitos sociais que constroem sua trajetória e redirecionam seus rumos. Considerando a historicidade da profissão – seu caráter transitório e socialmente condicionado – ela se configura e se recria no âmbito das relações entre Estado e sociedade, fruto de determinantes macrossociais que estabelecem limites e possibilidades ao exercício profissional inscrito na divisão social e técnica do trabalho e apoiado nas relações de propriedade que a sustentam.

O currículo mínimo, através da teoria marxista, busca formar profissionais críticos, capazes de transformar a realidade, lutar por uma nova ordem societária, visto que a história é dinâmica, contraditória e passível de mudanças. Lutamos por uma educação laica, gratuita, crítica e democrática. Ao contrário da educação defendida pelo mercado de trabalho. Educação é transmissão de cultura. A cultura pode ser definida, em primeira instância, como mundo transformado pelos homens. Se vamos partir daí, é preciso fazer referência às relações dos homens com essa realidade que os cerca e da qual eles fazem parte e que se chama mundo.

Segundo Rios (2016), em sociedades como a nossa há uma instituição cuja função específica é a transmissão da cultura – esta instituição é a escola. Ela é o espaço de transmissão sistemática do saber historicamente acumulado pela sociedade, com o objetivo de formar os indivíduos, capacitando-os a participar como agentes na construção dessa sociedade. Em cada sociedade a estrutura da organização do trabalho configura de modo peculiar o processo educativo, a tarefa da educação escolar. A sociedade capitalista se caracteriza por ter sua organização sustentada numa contradição básica – aquela que se dá entre capital e trabalho e que provoca a divisão de seus membros em duas classes antagônicas: a classe burguesa e a classe trabalhadora. Portanto uma das possibilidades de atuação para defender o Projeto Ético Político, na sociedade capitalista, a educação se opera, na sua unidade dialética com a totalidade, como um processo que conjuga as aspirações e necessidades do homem no contexto objetivo de sua situação histórico-social. A educação é, então, uma atividade humana partícipe da totalidade da organização social capaz de transformar socialmente a ideologia dominante da classe burguesa para buscar os interesses da classe trabalhadora.

Para não cairmos na armadilha do discurso, é necessário considerar sempre a prática concreta que se desenvolve no sistema escolar como um todo, e procurar superar a dominação, para a qual vemos que a escola tem contribuído, a pretexto de construir uma sociedade aberta e democrática. É momento de construir lutas comuns no âmbito dos interesses da classe trabalhadora, que vem sendo provocada a construir respostas coletivas e societárias na perspectiva de recusar as artimanhas do capital e articular sujeitos e entidades que coadunem com a defesa de um projeto anticapitalista, livre e humanizador. (SILVA, 2019)

Toda profissão se constitui e legitima através das respostas que consegue dar a diversas necessidades que determinam um conjunto de demandas sociais. Portanto, se uma profissão se conforma a partir de respostas qualificadas e institucionalizadas a demandas sociais, e se daí se provém sua legitimidade, então a alteração dessas demandas ou o surgimento de novas demandas deve promover o espaço para a necessária alteração e adequação das respostas profissionais ou para a incorporação de novas propostas interventivas. O Serviço Social deve

transcender a prática rotineira desenvolvida em torno de velhos campos, deve incorporar para o espaço profissional o estudo e as (novas) respostas tanto às demandas já existentes quanto, fundamentalmente, às demandas emergentes. Dessa forma,

O que o Serviço Social pode (e deve) fazer para contribuir a alterar/atualizar a sua legitimidade, a sua “base de sustentação funcional-ocupacional” é: 1º) captar novas demandas ou demandas emergentes (assim como as novas determinações daquelas já tradicionais à prática profissional) e 2º) se qualificar para dar respostas. (MONTAÑO, 2009, p. 197)

Com o parágrafo anterior podemos concluir que só podem sobreviver, ao longo da história, aquelas profissões que conseguem captar demandas emergentes, compreender sua essência e desenvolver novas respostas pertinentes e efetivas. Portanto, a profissão que não investir na pesquisa da realidade, dos novos fenômenos (ou até, das novas determinações de fenômenos já existentes), estabelecendo tendências sobre o devir social, desenvolvendo, a partir daí, novas propostas interventivas e novas respostas, não conseguirá se reproduzir enquanto tal, quando o contexto social e as demandas mudarem.

Para isso, a pesquisa social é de extrema importância sobre a realidade socioeconômica e política, e de seus fenômenos concretos, não serve apenas para fundamentar a prática imediata, mas para visualizar as tendências da sociedade e as demandas emergentes, podendo assim estabelecer novas propostas interventivas, novas respostas (e, portanto, novas práticas e campos profissionais) e, talvez, uma nova racionalidade, funcionalidade e legitimação.

Iamamoto (2019) e Montañó (2009) concordam que é preciso apreender as demandas potenciais gestadas historicamente, contribuindo assim para recriar o perfil profissional do assistente social, indicando e antecipando perspectivas, no nível da elaboração teórica, da pesquisa ou da intervenção profissional, perspectivas capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado

Neste sentido, o primeiro passo para quebrar o conservadorismo no campo da intervenção profissional, assumindo a responsabilidade e o desafio de enfrentar as demandas novas e emergentes, é se saturar de conhecimento crítico sobre a dinâmica da realidade sobre a qual e com a qual se interage, realidade esta que deve ser o verdadeiro motor e sentido da profissão. Neste conhecimento do real, o diálogo com as teorias sociais em geral deve ser fluido e constante. E para manter um relacionamento horizontal com as demais disciplinas sociais, o Serviço Social como um todo deve produzir também conhecimento teórico-científico, deve aportar elementos para o debate e não apenas receber dos outros (como tem sido feito nas áreas tradicionais de intervenção do Serviço Social, desde a sua gênese), deve produzir conhecimento crítico sobre a dinâmica da realidade social.

### **CAPÍTULO III – PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM SERVIÇO SOCIAL: DE QUE RENOVAÇÃO ESTAMOS FALANDO?**

Para a análise dos TCC's selecionados, conforme referenciado nessa dissertação, consideramos necessário organizá-los a partir de informações comuns padronizadas, tais como: título, área de concentração, ano de defesa, objetivos geral e específicos, *lôcus* da pesquisa e os sujeitos participantes, conforme Apêndice F, a fim de contextualizar previamente e de forma geral a análise efetuada de acordo com o Apêndice F. Os nomes dos autores não serão informados, a fim de resguardar a identidade dos pesquisados.

Observamos de acordo com o Apêndice A que o ano da defesa de cada TCC foi depois da balização do Projeto de Formação, formado a partir do Projeto Ético Político (a partir dos anos 1980 e 1990), com suas diretrizes, influenciando um Serviço Social Crítico.

Da mesma forma, procedemos à organização dos aspectos referentes à metodologia e aos principais autores utilizados nos respectivos TCCs, conforme o Apêndice G. A seguir com as citações diretas e indiretas, comprovaremos os autores utilizados, metodologias e matrizes teóricas dos TCC's de 1 a 10, conforme o quadro 7. Sabemos também que não podemos separar cada categoria, pois os autores dos TCC's utilizaram um aporte teórico-metodológico durante todo o TCC para argumentar a profissão do Serviço Social e as expressões da questão social presentes no Capitalismo, com especificidade e particularidade presente em cada TCC.

É importante esclarecer que os dois quadros mencionados apresentam informações sintetizadas que serão aprofundadas ao longo da análise, a ser iniciada neste capítulo, à luz das reflexões teóricas presentes nos Capítulos I e II da Dissertação, com o objetivo de se buscar uma compreensão teórico-metodológica orgânica para identificar e analisar tanto as concepções teóricas de Serviço Social e Questão Social, como os caminhos teórico-metodológicos trilhados nos respectivos TCCs.

Iniciaremos a análise pela busca da identificação da Concepção **de Serviço Social** e as expressões da questão social imbricadas. Obviamente, não encontramos um conceito direto e específico, ou seja, preliminarmente, e de forma geral, não observamos uma definição clara e direta sobre serviço social, daí a necessidade de identificar as características ou palavras-chave que nos deem suporte para compreender a concepção de serviço social que ali se encontra implícita. Optamos por fazer análise individual, do TCC-1 ao TCC-10, para, posteriormente analisar as tendências presentes em relação ao tema estudado.

Em seguida, abordaremos sobre cada metodologia utilizada nos TCC's de I a X e os principais autores utilizados, para podermos abordar nossas considerações acerca da relação do

Projeto de Formação da ABEPSS juntamente com as perspectivas teórico-metodológicas de cada TCC.

O TCC 1 intitulado “Saúde do Trabalhador do Sus em Tempos de Precarização do Trabalho” – 2018 que objetivou “analisar a visão dos profissionais do Hospital Universitário Getúlio Vargas e do Ambulatório Araújo Lima quanto à atuação das equipes do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) e do Serviço de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho (SOST), dando enfoque aos casos de acidentes de trabalho ocorridos nos últimos 2 anos no HUGV”.

GVS (2018) em seu TCC traz uma concepção de serviço social fundamentada na perspectiva defendida por Behring e Boschetti (2009), reconhecendo-o como uma profissão atrelada a todo contexto econômico, social, político e histórico vivenciado no mundo e no Brasil, que vai transformando a partir com o tempo. Para GVS (2018), a partir do início do capitalismo, a sociedade é dividida em classes. A classe dominante explora a classe dominada. Com o crescimento do excedente econômico, é necessário que as forças produtivas (classe dominada) produzam a riqueza que será apropriada pelos capitalistas (classe dominante), ou seja, o trabalho alienado ou trabalho assalariado é a venda da força de trabalho em troca de um salário. Para intervir nessa questão, surgiu o Serviço Social no Brasil a partir dos anos 1930.

É importante ressaltar que a autora não trabalha com a concepção de culpabilização do indivíduo, nem sobre mudança da personalidade do mesmo, abordagens adotadas no Serviço Social Tradicional (VALLINA, 2017; KONOPKA, 1968; MARTINELLI, 2010). A mesma aborda com criticidade a necessidade de os trabalhadores serem protegidos e amparados pelos direitos constitucionais, através das ações do Estado, dos empregadores e das Instituições. A citação indireta de Pinheiro (2015) parece elucidar a tese defendida por GVS do TCC 1 (2018):

é importante que os acidentes e mortes pelo trabalho sejam vistos com criticidade e saiam do escuro, trazendo visibilidade e abram alternativas de mudanças na forma de promoção à saúde do trabalhador. A autora Pinheiro (2015) salienta que a obscuridade que foi sendo construída em torno dos acidentes de trabalho não deve ter sua gênese relacionada apenas à precarização das relações de trabalho, mas também à negligência dos empregadores, sejam públicos ou privados, que muitas vezes omitem e deixam de notificar os acidentes de trabalho. (P. 67)

Portanto, a autora do TCC-1 espera que a partir dos resultados de sua pesquisa, possam ser realizados novos estudos na área de serviço social referentes à saúde do trabalhador a fim de trazer maior visibilidade à temática, em um momento de retrocesso de direitos da classe trabalhadora. Ou seja, o Serviço Social e sua relação com a questão social estão postos no TCC 1 como uma profissão crítica que luta pelos direitos dos trabalhadores, busca a efetivação desses



direitos e trabalha com outras profissões e com movimentos sociais apoiadores da mesma ideologia (IAMAMOTO, 2005; YASZBEK, 2009).

Já no que tange a concepção de **questão social**, o TCC em tela analisou a Política de saúde, precisamente a de Saúde do Trabalhador, pode-se perceber que a mesma concebe a falta de leitos, o não acesso aos serviços de saúde como uma das expressões da questão social, diante disso podemos afirmar que a concepção de questão social defendida pela autora relaciona-se no Ianni (2004) coloca:

a questão social pode ser compreendida como “um elo da problemática nacional, dos impasses dos regimes políticos ou dilemas dos governantes. Reflete disparidades econômicas, políticas e culturais, envolvendo classes sociais, grupos sociais e formações regionais. Sempre põe em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal”. (IANNI, 2004, p. 87 APUD GVS, 2018, p. 33)

Dessa forma, o TCC 1 lida com a relação trabalho e saúde, relação direta com o ambiente de trabalho. A mesma aborda as expressões da questão social dos trabalhadores da área da saúde, tais como: ambiente de trabalho que não beneficia integridade física e mental, carga horária a cumprir, número expressivo de demandas, baixos salários, pressão por parte dos patrões, ambiente insalubre, adoecimentos como depressão, pressão alta, lesão por esforço repetitivo (LER), estresse emocional. A pesquisa desenvolvida pela autora demonstra-nos que a primeira doença mais comum entre os profissionais do HUGV é a conjuntivite, a segunda é dores na região lombar podem ser motivadas pela atividade profissional por meio do esforço físico, sobrecarga, movimentos repetitivos, levantamento e carregamento de pesos, dentre outros, o que pode simbolizar um acidente de trabalho atípico. Dessa forma,

O corpo dócil e disciplinado é a primeira vítima da organização do trabalho. Corpo esse que se molda para o caminho do adoecimento do corpo e, posteriormente, do aparelho psíquico. (DEJOURS, 1998, p. 19, APUD GVS, 2018, p. 30).

A metodologia do TCC 1 utilizada foi do tipo explicativa com abordagem de dados quantitativos e qualitativos. A investigação fez uso da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e da pesquisa de campo. Os principais autores utilizados (citados com maior frequência no TCC) foram influenciados e são influenciadores do Serviço Social Crítico, sendo todos considerados autores marxistas, no TCC 1 foram: Antunes (2005); Behring e Boschetti (2009); Dejours (1998); Ianni (2004); Lessa (2015); Lukács (1989); Minayo (1997); Netto (2012); Pinheiro (2015).

Tanto para o TCC 1 quanto para o projeto de formação profissional defendido pela ABEPSS, o conceito de Serviço Social, ou melhor, o significado sócio-histórico da profissão,

expressa-se no caráter contraditório do capitalismo, crítico, seja na esfera privada ou pública, vinculado a toda uma conjuntura política, econômica e social. Já em relação à Questão Social, como sendo objeto de trabalho do Serviço Social que ganha visibilidade no contexto capitalista, emergem novas expressões da questão social, potencializadas por contextos sócio-políticos e econômicos, foi o caso da Reestruturação Produtiva.

Portanto, o TCC 1 se aproxima da concepção teórico-metodológica presente no Projeto de Formação e defendida pela ABEPSS, pois está atrelado aos eixos do Projeto da ABEPSS, os quais se expressam por meio dos seguintes núcleos: Núcleo de fundamentos teórico-metodológico da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

O TCC 2 intitulado “Guarda Compartilhada Na Perspectiva Do Direito À Convivência Familiar - Um Estudo A Partir Das Ações De Guarda No PANUCVF” – 2016 que objetivou “compreender o funcionamento e a aplicabilidade da guarda compartilhada na garantia do direito à convivência familiar a partir da análise das ações de guarda realizadas no Polo Avançado do Núcleo de Conciliação das Varas de Família (PANUCVF)”.

RCS (2016) em seu TCC traz uma concepção de **serviço social** fundamentada na perspectiva defendida pelo Código de Ética do Assistente Social (1993) e pela Lei de Regulamentação da Profissão (1993) – perspectiva de profissão que defende o empoderamento dos sujeitos. Assim, as atribuições e competências dos/as assistentes sociais na área sociojurídica são orientadas e norteadas a partir dos princípios, deveres e direitos:

interdisciplinaridade com o intuito de compreender a lide sociológica; procedimentos técnicos especializados para transformação da família; mediação dos conflitos familiares com as questões privadas específicas da família com o contexto sócio-econômico, numa esfera macrosocial; realização de estudo social, perícia social e da prática interventiva, este estudo é realizado como forma de dar suporte às orientações, como forma de garantir o empoderamento dos usuários, a partir de uma visão, mesmo que breve, da situação dele próprio. (RCS, 2016, p. 24)

Além disso, o autor do TCC 2 RCS (2016) aborda sobre os desafios presentes no Serviço Social tais como: debate sobre a questão da guarda é muito recente, faltam leituras e autores do Serviço Social que pesquisem sobre essa temática; o cuidado em atuar nesta questão sem adentrar na área de atuação do Direito e da Psicologia; pragmatismo, burocracia e cotidianidade, pois essas temáticas são postas como algo novo, mesmo aos assistentes sociais que já atuam no sociojurídico. Os trabalhadores do PANUCVF, segundo a pesquisa, precisam conhecer de forma profunda e crítica para melhor orientar os usuários.

Portanto, nesse TCC analisamos que há conceitos de questão social, expressões da questão social, assim como dificuldades, limites e possibilidades para atuação da sociedade, Poder Judiciário e dos Assistentes Sociais para intervirem nessas questões. Estão presentes tanto no TCC 1 como no TCC-2 características de uma concepção de Serviço Social que não culpabiliza o sujeito e nem tentar mudar a sua personalidade, como era discutido no Serviço Social Tradicional (CERQUEIRA, 1979; NORTHEIN, 1974).

RCS (2016) conclui que é através do uso dos instrumentais técnicos (de acordo com as legislações vigentes) e do aporte teórico-metodológico (Serviço Social Crítico), o profissional atua nas ações envolvidas ao **Direito de Família** na perspectiva de estabelecer o diálogo, a fim de legitimar e garantir a defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e autoritarismo, posto como segundo princípio fundamental do Código de Ética do/a Assistente Social (CFESS, 1993).

Em relação à concepção de **questão social**, o TCC em tela analisou a Questão da Guarda Compartilhada, precisamente as dificuldades enfrentadas pela Vara da Família, pode-se perceber que o RCS concebe alienação parental, preconceito em relação aos filhos adotivos pela união de pessoas do mesmo gênero; a questão da infância e da juventude que só foram reconhecidos como sujeitos a partir dos anos 1980, uma vez que no século XVII, a infância era considerada uma fase sem importância, sem direitos e sem políticas públicas; divórcio que acarreta conflitos familiares, podendo ter direitos negados por um dos genitores em relação a seus filhos; a convivência mais escassa, limitando-se às visitas de finais de semana, essa situação ocorre principalmente nos casos de guarda unilateral; destituição do poder familiar; baixa escolaridade; desemprego; baixo salário; aumento nas mercadorias da cesta básica como uma das expressões da questão social, diante disso podemos afirmar que a concepção de questão social defendida pelo autor relaciona-se à Iamamoto (2000) coloca:

O TCC 2 (2016) defende a questão social como:

[...] o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2000, p.23, APUD RCS, 2016, p. 43)

A metodologia do TCC 2 utilizada foi: Pesquisa quantitativa, técnica bibliográfica, pesquisas e levantamento de material, técnica documental. Os principais autores utilizados/citados foram influenciados e são influenciadores do Serviço Social Crítico, sendo a maioria deles considerados autores marxistas, no TCC 2: Aires (1982); Antunes (1999);

Borgianni (2015); Brasil (1988); CFESS (1993); Cerqueira (1979); Dias (2010); Northeim (1974); Iamamoto (2000); Mioto (2010).

O Serviço Social está atrelado a um projeto ético político, influenciado pelo Código de Ética Profissional, Lei de Regulamentação da Profissão e Projeto de Formação, vinculado a uma classe trabalhadora, de acordo com a competência ético-política. Defende também a importância do trabalho interdisciplinar, através da articulação com outros trabalhadores, como participe do trabalho coletivo (ABEPSS, 1996 e TCC 2, 2016).

Já a questão social é trabalhada desde o início do seu surgimento, como conjunto de expressões das desigualdades do capitalismo, cuja produção do lucro e da riqueza é social, porém sua acumulação é privada, causando inúmeras expressões da questão social, tais como: rebeldia, pobreza, luta, salários baixos e péssimas condições de trabalho. (ABEPSS, 1996 e TCC 2, 2016).

Dessa forma, concluímos que o TCC 2, assim como o TCC 1, se aproxima da concepção teórico-metodológica presente no Projeto de Formação e defendida pela ABEPSS, pois está atrelado aos eixos do Projeto da ABEPSS

O TCC 3 intitulado “Saúde E Assistência: A Intersetorialidade Na Visão E Na Prática Dos Profissionais De Saúde Do Ambulatório Araújo Lima” – 2017 que objetivou “analisar intersectorialidade entre as políticas de Saúde e Assistência a partir da prática e da visão dos profissionais de saúde do Ambulatório Araújo Lima”.

GDFC (2017) aborda sobre a concepção de Serviço Social que sinaliza para uma atuação nas Políticas de Saúde e de Assistência Social de forma interdisciplinar que seja capaz de responder às demandas individuais e coletivas, com o objetivo de construir uma sociedade livre de todas as formas de violação e exploração de classe, gênero, etnia e orientação sexual, a fim de reafirmar um projeto ético e sociopolítico que busque assegurar a distribuição equânime dos recursos socialmente produzidos (Código de Ética, CFESS, 1993). Com isso,

a perspectiva de totalidade deve permear o trabalho articulado em equipe, a fim de situar o indivíduo nas relações sociais que têm papel determinante nas suas condições de vida, de modo a não responsabilizá-lo pela sua condição socioeconômica. Ou seja, **o indivíduo deve ser considerado pelos diferentes profissionais levando em conta a complexidade da realidade em que ele está inserido**, não dependendo apenas de fatores biológicos ou econômicos, mas de uma rede interligada de elementos que o constituem (GDFC, 2017, p. 44, grifo nosso)

GDFC (2017) aborda também as possibilidades e limites para a profissão. Para ela, sobre os desafios no cotidiano profissional é necessário criar espaços para discussão e reflexão dos referenciais teóricos e metodológicos que fundamentem o exercício profissional e possibilitem

avanços efetivos, levando em conta as especificidades das demandas, das equipes e dos usuários.

A busca e consolidação de um trabalho interdisciplinar e intersetorial faz-se necessária com a realização constante de reuniões de planejamento e de debates conjuntos e articulados visando estabelecer as particularidades da intervenção profissional, além de definir competências e habilidades profissionais em função das demandas sociais. (CFESS, 2011). A atuação integrada entre diferentes saberes requer a construção de uma prática que converse sobre pontos de vista diferentes, aceite diferentes abordagens, desde que sejam coerentes com a demanda que se apresenta aos profissionais, tome decisões advindas de posturas éticas e políticas pautadas nos princípios e valores estabelecidos nos Códigos de Ética Profissionais. A dimensão intersetorial, que surge no processo coletivo de trabalho, suscita uma ação ante a formação e conhecimento, que se manifesta “no reconhecimento das competências, atribuições, habilidades, possibilidades e limites das disciplinas, dos sujeitos, do reconhecimento da necessidade de diálogo profissional e cooperação” (CFESS, 2011, p. 27, APUD GDFC, 2017, p. 43 e 44).

O autor retrata duas Teses distintas que “explicar” a natureza do serviço social: a perspectiva endogenista e a perspectiva histórico-crítica. Sendo assim, TCC analisado deve estar em sintonia com a segunda perspectiva que concebe o Serviço Social como resultado da síntese dos projetos político-econômicos, em sintonia com o desenvolvimento econômico, já que reproduz-se de maneira material e ideológica, a partir de estratégias da classe hegemônica, num contexto do capitalismo monopolista, onde o Estado toma para si a responsabilidade das precariedades inseridas na compreensão da ‘questão social’ (MONTAÑO, 2009).

O TCC pontua que a pesquisa social é de extrema importância acerca da investigação da realidade socioeconômica e política, e de seus fenômenos concretos, não serve apenas para fundamentar a prática imediata, mas para visualizar as tendências da sociedade e as demandas emergentes, podendo assim estabelecer novas propostas interventivas, novas respostas (e, portanto, novas práticas e campos profissionais) e, talvez, uma nova racionalidade, funcionalidade e legitimação. Para GDFC (2017), é necessário investimento na política de educação e na educação em saúde como fator para empoderamento da população.

Em relação à concepção de **questão social**, o TCC 3 analisou a Saúde e Assistência Social como Prática Interligada dos Profissionais, pode-se perceber que GDFC (2017) aborda especificamente sobre a expressão da questão social na área da saúde advindas do modelo de produção capitalista. Os trabalhadores tornaram-se sujeitos sociais importantes no cenário político nacional em razão deste processo. A concepção de Questão Social defendida pela autora relaciona-se à Bravo (2006) tal processo “sob domínio do capital industrial, teve como

características principais a aceleração da urbanização e a ampliação da massa trabalhadora, em precárias condições de **higiene, saúde e habitação**” (p. 91).

GDFC (2017) concebe ainda falta de oportunidades e de possibilidade de opção entre alternativas, imprevistos socioeconômicos, falta de acesso a serviços de saúde, falta de voz perante o Estado, altos níveis de desemprego, violência, dificuldades à população no acesso aos serviços de saúde, educação, trabalho, múltiplas formas de violação de direitos sociais e sobrecarga de atividades, caracterizado por um caráter fragmentado e setorializado, como expressões da questão social.

A autora (2017) conclui que o fortalecimento e incentivo do trabalho articulado de forma integrada entre os diferentes saberes e setores é uma das possíveis alternativas para a efetivação de acesso aos direitos. No entanto, as ações não podem ser realizadas de maneira focalizada e segmentada, mas sim integradas e articuladas com vistas a englobar o sujeito e sua dinâmica complexa para a resolução dos problemas inerentes ao processo de saúde-doença. (BRAVO, 2006).

A metodologia utilizada no TCC 3 foi: fundamentada no método dialético, pois conforme Gil (2008, p. 14) “a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade”, dessa forma faz-se necessário compreender o objeto em todos os seus aspectos, relações e contradições. Trata-se de uma pesquisa do tipo explicativa. A pesquisa abordou dados qualitativos e quantitativos. Além da técnica bibliográfica, pesquisa de campo e documental. Os principais autores utilizados/citados foram influenciados e são influenciadores do Serviço Social Crítico, sendo a maioria deles considerados autores marxistas, no TCC 3: Brasil (1988); Bravo (2006); Carvalho e Buss (2012); CFESS (2011); Ckagnazaroff e Mota (2003); Couto, Yazbek e Raichelis (2012); Escorel (2012); Ianni (2004); Minayo (1993); Pereira (2008).

Ademais, o Serviço Social Crítico busca pensar crítico, da dúvida, investigação e busca de soluções, através de planejamento, execução e avaliação de políticas públicas, através de uma intervenção de acordo com a realidade, relação teoria e realidade. O Serviço Social Tradicional tinha apenas uma postura interventiva, de atuação, com técnicas provindas de outros países como Estados Unidos, França e Alemanha. (TCC 3, 2017; ABEPSS, 1996).

Já para GDFC (2017), a Questão Social está atrelada ao conjunto de processo de urbanização e ampliação da massa trabalhadora até o tratamento das expressões da questão social de forma focalizada e segmentada no contexto neoliberal. (TCC 3, 2017; ABEPSS, 1996).

Dessa forma, concluímos que o TCC 3, assim como os TCC 1 e 2, se aproxima da concepção teórico-metodológica presente no Projeto de Formação e defendida pela ABEPSS, pois está atrelado aos eixos do Projeto da ABEPSS.

O TCC 4 intitulado “Juizado Da Infância E Juventude Cível Frente Às Situações De Acolhimento Institucional Em Manaus” – 2016 objetivou “analisar as demandas do Serviço Social do Juizado da Infância e Juventude Cível que se apresentam com maior veemência e resultam no acolhimento institucional de crianças e adolescentes na cidade de Manaus”.

Como o TCC 1 (2018), o TCC 4 (2016) ABS traz uma concepção de serviço social fundamentada na perspectiva defendida por Marilda Iamamoto (2005) que o Serviço Social é uma profissão que não pode trabalhar o indivíduo isolado, assim também como o núcleo familiar não pode ser visto como se fosse separado do grupo social ao qual pertencem. Nesse sentido, a profissão serviço social deve considerar todo o contexto que a família se insere. Dessa forma,

A estratégia de enfrentamento da problemática aqui expressa precisa ser em conjunto, não é apenas a questão socioeconômica que fragiliza a família, mas a conjuntura que permeia sua realidade, por esse motivo não se pode idealizar um “padrão”, os núcleos familiares precisam ser vistos como são de fato e as políticas de atendimento precisam também ser de acordo com essa realidade e mais ainda, de fato atender sua demanda. (ABS, 2016, p. 47).

Além do mais, o TCC 4 sinaliza que o Serviço Social deve atuar para garantir direitos que estão preconizados na Constituição Federal de 1988 e Estatuto da Criança e Adolescente.

Já em relação à concepção de Questão Social temos as expressões citadas no TCC 4: situações de vulnerabilidade no âmbito familiar, o uso de bebidas alcólicas e substâncias entorpecentes presentes no ambiente familiar, instabilidade, insegurança, as redes de apoio não estão contribuindo de forma efetiva para autonomia da família, alienação dos indivíduos através de demandas imediatistas, negligências, a individualidade e a busca pela independência que contribuem para que as relações afetivas sejam mais flexíveis. A questão do emprego e da renda também contribuem para a instabilidade das relações familiares, visto que os pais trabalham muito e o tempo com os filhos torna-se precário. Para a autora ABS (2016):

Sabe-se, ainda, que a renda é fundamental para suprimento das necessidades básicas do núcleo familiar, dos processos em análise constatou-se que a minoria possui uma renda fixa mensal, quais sejam os que trabalham de carteira assinada e os aposentados. As dificuldades sociais e socioeconômicas obrigam muitos núcleos familiares a se dedicarem a busca por condições de sua sobrevivência e dos seus demais membros. Segundo Kaloustian (2011), as condições de escassez, de privação e de falta de perspectivas, as possibilidades de amar, de construir e de respeitar o outro ficam ameaçadas. Apesar de a família ser o ambiente de apoio e a rede de parentesco como um espaço de ajuda, em casos em que tanto a base quanto o suporte estão

fragilizados, os membros tendem a se afastar do seio familiar em busca de novas perspectivas e isso também envolve muitas das vezes a criança, como a fuga do lar, apontado no gráfico referente ao motivo do acolhimento. (P. 42)

Outra expressão da questão social analisada pela autora ABS (2016), em consonância com o autor RCS (2016) é a questão do machismo, apesar de sabermos que o papel do pai e da mãe são iguais de deveres perante seus filhos, faz com que as mulheres mães carreguem a culpa de não serem boas o suficiente para seus filhos, enquanto o pai passa despercebido. É importante destacar que em uma sociedade machista como a que vivemos em que “não se busca inserir o parceiro no contexto familiar enquanto parte dele, o qual também tem deveres e responsabilidades com sua prole, perpetuasse a cultura de que a mulher é para cuidar da casa e dos filhos”. (ABS, 2016, p. 47).

A metodologia utilizada no TCC 4 foi:

a partir de uma perspectiva materialista histórica, configurando-se como ciência filosófica do marxismo, em que no processo de desvelar a realidade concreta permitirá reconstruí-lo e apreender sua complexidade essencial como expressão de relações sociais. Como procedimentos metodológicos, por se tratar das relações sociais que permeiam o objeto deste estudo, a pesquisa foi analisada a partir de uma perspectiva materialista histórica, configurando-se como ciência filosófica do marxismo, a qual estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, utilizando-se dos procedimentos crítico-dialéticos, capazes de contribuir para a compreensão das expressões da Questão Social, preocupados com o processo social e com a estrutura e dinâmica da sociedade (ABS, 2016, p. 11).

Os principais autores utilizados no TCC 4 foram: Aries (2012); Behring e Boschetti (2008); Fávero (2008); Iamamoto (2005); Ianni (1999); Kaloustian (2011); Minayo (2007); Pereira (2008); Soares (2012); Triviños (1987). Esses principais autores utilizados/citados foram influenciados e são influenciadores do Serviço Social Crítico, sendo a maioria deles considerados autores marxistas.

O Serviço Social está atrelado à constituição e garantia dos direitos dos trabalhadores, assim como na apreensão total e crítica do conjunto dos trabalhadores, não de forma isolada e simples, mas de forma contraditória, real e de totalidade. (ABESPP, 1996; TCC 4, 2016).

A questão social é abordada de forma crítica, preocupado com o processo social e a estrutura dinâmica da sociedade, como o aprofundamento de novas expressões da questão social: machismo, dentre outros. (ABEPSS, 1996; TCC 4, 2016).

Dessa forma, concluímos que o TCC 4, assim como os TCC's 1, 2, 3, se aproxima da concepção teórico-metodológica presente no Projeto de Formação e defendida pela ABEPSS, pois está atrelado aos eixos do Projeto da ABEPSS



O TCC 5 intitulado “O Serviço Social No Sistema Prisional: Limites E Desafios Para O Trabalho Profissional Na Contemporaneidade” – 2015 objetivou “analisar o trabalho profissional no sistema prisional de Manaus, bem como desvendar seus limites e possibilidades no sentido de contribuir para avanços no trabalho profissional e seu compromisso de assegurar direitos, contribuir para a construção de uma nova ordem societária e, ainda, desmistificar a realidade profissional no sistema prisional”.

WSN (2015) retrata a memória, a história do Serviço Social brasileiro e verifica que essa profissão especializada inserida na divisão social e técnica do trabalho passou por um processo de maturação, visto que traz uma concepção de serviço social fundamentada na perspectiva defendida por Marilda Iamamoto (2005) que é uma profissão que ousou se examinar e buscou de forma competente rever seus fundamentos, suas técnicas, valores éticos e políticos com vistas a edificar um trabalho que possua intencionalidade, que seja um *projetar* acerca das demandas que são colocadas e que exigem a intervenção qualificada e especializada desse profissional na busca permanente pela ampliação e garantia dos direitos.

um dos maiores desafios para decifrar o exercício profissional está em apreender as particularidades dos processos de trabalho que e, circunstâncias diversas, vão atribuindo feições, limites e possibilidades ao exercício da profissão, ainda que esta não perca sua identidade. Evita-se, assim, o risco de reificar o Serviço Social tratando-o como coisa natural, dotada de uma legalidade invariável no tempo e no espaço. (IAMAMOTO, 2009, pp.106-107 APUD WNS, 2015, p. 92)

Além disso, a autora salienta que enquanto trabalhador assalariado, o assistente social, possui uma autonomia relativa na condução do seu trabalho, levando-nos a

uma tensão entre projeto profissional, que afirma o assistente social como um ser prático-social dotado de liberdade e teleologia, capaz de realizar projeções e buscar implementá-las na vida social; e a condição de trabalhador assalariado, cujas ações são submetidas ao poder dos empregadores e determinadas por condições externas aos indivíduos singulares, os quais são socialmente forçados a subordinar-se, ainda que coletivamente possam rebelar-se. Em outros termos, repõe-se, nas particulares condições do trabalho do assistente social profissional, o clássico dilema entre causalidade e teleologia, entre momentos de estrutura e momentos de ação, exigindo articular, na análise histórica, estrutura e ação do sujeito. (IAMAMOTO, 2009b, pp.8-9, APUD WNS, 2015, p. 45).

Dessa forma, a autora WSN do TCC 5 (2015) concluí que Assistente Social possui limites e possibilidades, visto que a realidade é complexa, contraditória, vende sua mão de obra a um empregador, sendo necessário atuar de acordo com a realidade,

como edificar uma agir crítico que arranque os grilhões sem fantasia e faça nascerem flores vivas? (MARX, 1977). Responder a essa questão não é algo imediato, como sugestão às profissionais, as mesmas devam buscar inquirir a

realidade buscando pelo deciframento, o desenvolvimento de um trabalho pautado no zelo pela qualidade dos serviços prestados, na defesa da universalidade dos serviços públicos, na atualização do compromisso ético-políticos com os interesses coletivos da população usuária” (WSN, 2015, p. 70)

Ao abordar a importância de materializar os preceitos do Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social no seu cotidiano profissional, a autora defende que a pesquisa, deste modo, é algo fundamental para subsidiar a atuação dos assistentes sociais, visto que somente conhecendo a realidade, a partir de uma visão de totalidade, é que se pode realizar uma intervenção adequada para o enfrentamento da questão social nas suas múltiplas dimensões – social, econômica, política, cultural e ambiental. (IAMAMOTO, 2005; NETTO 2011)

O TCC 5 (2015) defende a questão social como objeto de trabalho dos assistentes sociais, congrega problemas sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais que são resultado da produção cada vez mais coletiva, contraposta a apropriação privada dos frutos do trabalho, pedra fundamental da acumulação primitiva.

Há uma disputa atual entre o projeto neoliberal e o Projeto Ético-Político no qual há inúmeros elementos e desafios contemporâneos que incidem na materialização do Projeto Ético-Político, tais como: precarização do trabalho, desmonte dos princípios de bem-estar social, reestruturação produtiva, aligeiramento na formação profissional, avanço do ensino a distância, enfim, elementos sob a égide do projeto neoliberal

que tem produzido o agravamento das múltiplas expressões da questão social. Mas o futuro do projeto ético-político do Serviço Social encontra-se no combate (ético, teórico, político e prático-social) ao neoliberalismo para preservar e efetivar os valores que o informam. (NETTO, 1999, p.108, APUD WNS, 2015, p. 72)

WNS (2015) aborda sobre possibilidades e enfrentamento das expressões da questão social que se deu desde o início do surgimento da profissão do Serviço Social. O enfrentamento da questão social utilizado pela burguesia tinha como base a filantropia. A escolha dessa vertente de enfrentamento se deu principalmente devido ao seu caráter de ordenamento social, pois, era necessário criar bases de sustentação ideológicas e sociais para a reprodução do capitalismo, e a burguesia viu na prática filantrópica a expressão da sujeição e da desmobilização social.

Para a autora WSN (2015) o maior dos desafios da contemporaneidade é a criação do novo na sociedade brasileira. É perceber as reais possibilidades nos reversos da crise, um horizonte para erigir uma contraproposta profissional de enfrentamento da questão social,

solidarizando-se com os modos de vida e trabalho das populações excluídas e marginalizadas, vítimas de exploração por parte do capital (IAMAMOTO, 2005).

WSN (2015) aborda também sobre as expressões da questão social vivenciadas na Unidade Prisional do Puraquequara: desemprego, falta de acesso à educação, a fome, a precarização da saúde, a falta de habitação e saneamento básico, a violência nas suas múltiplas variáveis, drogadição, fragilização dos vínculos familiares, falhas de segurança ou déficit de agentes prisionais, falta de médicos e instalações adequadas, falta de higiene, presença de insetos e ratos ou acúmulo de lixo, lentidão da Justiça e falta de acesso a advogados ou defensores públicos, subalternização profissional das Assistentes Sociais, violação dos direitos humanos, violência intrafamiliar e psicológica, burocratização e precarização das condições de trabalho dos profissionais (com a terceirização dos serviços e do trabalho inclusive com contratos temporários das Assistentes Sociais) em **tempos de neoliberalismo** dentro de um sistema de acumulação profundamente desigual, como é o capitalismo (MONTAÑO, 2009). Tendo ainda em vista os aspectos econômicos e sociais que são influenciadores dessas problemáticas.

A metodologia do TCC 5 utilizada foi: apoiada numa concepção teórico-metodológica que “busca entender a realidade numa perspectiva de totalidade, que aborda a questão social nas suas múltiplas dimensões e que entende que as contradições existentes entre capital e trabalho” (WSN, 2015, p. 16). Pesquisa bibliográfica. Utilizou a abordagem quantiqualitativa.

Principais autores utilizados: Albornoz (1994); Antunes (2011); Baptista (2009); Braz (2009); Iamamoto (2005 e 2009); Foucault (1997); Marx (1977); Netto (1999); Wacquant (2008); Yazbek (2004). Esses principais autores utilizados/citados foram influenciados e são influenciadores do Serviço Social Crítico, sendo a maioria deles considerados autores marxistas. Observamos, nesse TCC a presença de citação direta e indireta de Marx (1977), o que demonstra que até o TCC 5 apenas esse TCC utilizou-se da **fonte direta de Marx**. O que valida a tese de Netto (2011) e de Braz (2018) ao abordarem que na profissão existe uma fragilidade: poucas leituras diretas de Marx. O TCC 5 como o Projeto de Formação da ABEPSS abordam o Serviço Social desde o surgimento até o contexto atual, com processo de maturação em todos os seus sentidos, formação e trabalho profissional, através do Movimento de Renovação Brasileiro, em busca da materialização do Projeto Ético Político do Serviço Social.

Já a Questão Social é atrelada em todas as suas múltiplas dimensões e de acordo com as contradições existentes entre capital e trabalho, em tempos de neoliberalismo – terceirização, precarização do trabalho.

Dessa forma, concluímos que o TCC 5, assim como o TCC 1, 2, 3, 4, se aproxima da concepção teórico-metodológica presente no Projeto de Formação e defendida pela ABEPSS, pois está atrelado aos eixos do Projeto da ABEPSS

O TCC 6 intitulado “Cultura E Organização Sociopolítica Das Mulheres Riberinhas Em Comunidade Amazônicas: Um Estudo Na Comunidade De São Lázaro Em Caapiranga /Am” – 2015” objetivou “Analisar as formas de organização sociopolítica e cultural das mulheres ribeirinhas de São Lazaro em Caapiranga- AM”.

O TCC 6 traz uma concepção de serviço social fundamentada na perspectiva defendida por CFESS (1993), reconhecendo-o como uma profissão que deve se articular aos movimentos sociais para lutar por melhores condições de vida dos trabalhadores e por incrementos de direitos. A partir da década de 1980, as discussões em torno da luta de classes dos grupos vão se organizando politicamente, economicamente e socialmente. É preciso não apenas descrever a realidade, mas compreendê-la e principalmente apontar os caminhos para contribuir para que a sociedade seja modificada.

É neste sentido que os movimentos sociais podem ser definidos, segundo TSES (2015), como:

Uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção) (p.20).

O que se infere, com base nas posições defendidas por TSES TCC-6, sobre a concepção de profissão é a necessidade de contínua luta dos profissionais e dos movimentos sociais pela transformação das condições de vida dos trabalhadores através de uma intervenção da realidade posta (IAMAMOTO, 2005).

O TCC 6 (2015) trata a questão social como processos de resistência pacífica ou de lutas para garantir a reprodução da vida material e social de forma histórica, também traz as expressões da questão social presentes na Comunidade estudada.

A partir da década de 80, as discussões em torno da luta de classes dos grupos que até o momento se sentem prejudicados vai ganhando forma de movimento e deste modo os países da América Latina, de modo geral, vão se organizando politicamente, economicamente e socialmente. É preciso não apenas descrever a realidade, mas compreendê-la e principalmente apontar os caminhos para contribuir para que a sociedade seja modificada. (TCC 6, 2015, p. 13)

As expressões da questão social presentes na Comunidade são: água apenas por poço artesiano da escola; os moradores têm que contribuir para a compra de combustível para ter energia em suas casas; saúde precária devido à falta de profissionais, tendo apenas 1 agente de

saúde, 1 agente comunitário e 1 agente de endemia, em casos de emergência, é necessário o deslocamento dos comunitários para o município de Manacapuru/AM devido possuir melhor infraestrutura para atendimento; Outro fator importante é o fato dos casamentos serem formalizados apenas no religioso, isto ocorre devido o difícil acesso dos moradores a cartórios e registros civis, visto que a distância da comunidade da sede do Município ou de Manacapuru muitas vezes inviabiliza esse procedimento, bem como o custo financeiro, nas comunidades é comum apenas “morar junto”; a renda das famílias é considerada relativamente baixa com até dois salários mínimos mensais com a produção de farinha que é considerado busca de alternativa para melhorias de condições de vida; em relação à educação, as crianças apresentam dificuldades, muitas estão terminando o ensino fundamental sem nem conseguirem ler e escrever de forma correta, existe carência em material escolar e merenda além das dificuldades em relação ao transporte nos períodos de cheia e vazante do rio; nível de instrução é baixo; evasão escolar; consumo de drogas lícitas como cigarro e álcool e ilícitas como a maconha.

Outro fator que contribui para o baixo nível de escolaridade é a participação nos trabalhos de casa, incluindo o roçado e outras atividades para a manutenção da família. A pesquisa aponta que 08% das mulheres nunca estudou, 25 % são apenas alfabetizadas, 25 % possuem apenas o ensino fundamental incompleto, entre as informantes nenhuma possui ensino Médio incompleto e 42% o ensino Médio Completo e nenhuma das informantes possui ensino superior. Importante ressaltar que, na comunidade alguns professores possuem ensino superior completo. Ainda no que concerne à educação outro fator relevante é que na realidade Amazônica, segundo pesquisas já realizadas na área, as mulheres em sua maioria, acabam abandonando a escola a fim de se dedicar ao lar e suas famílias, as meninas engravidam cedo em média com 15 ou 16 anos e isto faz com que deixem o ambiente escolar para cuidar de seus filhos. Estudos realizados em comunidades ribeirinhas apontam a partir da discussão de alguns autores (CHAVES, 2001; TORRES, 2007; SILVA, 2007; CAMPOS, 2009) que no meio rural as mulheres constituem família muito cedo. A maioria das informantes (92%) afirma que possui o desejo de voltar a estudar e as 8% que afirmam não possuir esta vontade já estão em idades mais avançadas e afirmam não ter mais condições físicas nem saúde. (TCC 6, 2015, p. 36)

TSES 6 (2015) conclui que a comunidade na Amazônia estar situada em uma região distante dos grandes centros, isso limita o acesso a serviços sociais, deste modo esta organização é necessária para a busca dos direitos que muitas vezes demoram a ser acessados por eles.

A metodologia do TCC 6 utilizada foi: a metodologia específica de um estudo de caso, constando instrumentos e técnicas de caráter qualitativo e quantitativo. Os principais autores utilizados no TCC 6 foram: Castro (2003); Chaui (1982); Chaves (2001); Torres (2007); Silva (2007); Campos (2009); Geertz (1989); Lakatos (2003); Montaña (2011); Pereira (2004).

O Serviço Social, no TCC 6 (2015), assim como no Projeto de Formação Da ABEPSS (1996), defende os movimentos sociais, como forma de manifestação por melhores condições de vida e de trabalho, seja no meio urbano, como no meio rural. Assim como formas de lutas por uma nova sociedade.

A questão social está atrelada à constituição, trajetória e ação das classes sociais em suas dimensões ambiental, econômica, política e cultural, em seus conflitos e alianças. Assim como em suas formas de manifestação, formas de luta e organização política, aspirações e práticas de resistência ao modo de viver da classe burguesa.

Dessa forma, concluímos que o TCC 6, assim como o TCC 1, 2, 3, 4, 5, se aproxima da concepção teórico-metodológica presente no Projeto de Formação e defendida pela ABEPSS, pois está atrelado aos eixos do Projeto da ABEPSS.

O TCC 7 intitulado “Violência doméstica cometida pelo companheiro na relação marital: um olhar para as mulheres atendidas no Primeiro Juizado Maria da Penha” – 2017 objetivou “Verificar em que sentido ocorre os maus tratos de mulheres no âmbito da violência doméstica, especialmente na relação marital, remetendo para a verificação deste problema social no Primeiro Juizado Maria da Penha em Manaus”.

RDOV (2017) em seu TCC traz uma concepção de serviço social fundamentada na perspectiva defendida por Netto (2011), o qual aborda o Movimento de Reconceituação da Profissão para poder dar embasamento teórico para seu TCC:

Na década de 1960, o Serviço Social estava em processo de reconceituação da profissão e sua atuação, na medida em que a prática profissional possuía caráter assistencialista. Com a proposta de um novo projeto ético político do Serviço Social, a partir dos anos de 1980 é que a profissão estabelece uma ruptura passando a ter um posicionamento político. Ainda que nem todos os profissionais da área tivessem aceitado a construção do novo projeto, muitos afirmaram a nova posição identitária da profissão na construção de uma direção social estratégica. A teoria e o método constituíram-se em posicionamento político que embasa o processo de intervenção (RDOV, 2017, p. 52)

Observamos uma clara defesa de RDOV (2017) que fortalece a perspectiva de intenção de ruptura, uma vez que na circunstância atual da sociedade o Serviço Social possui deve ter um posicionamento ético-político com base na luta pela efetivação e defesa intransigente dos direitos sociais, construindo alternativas de enfrentamento às múltiplas expressões da questão social. Para RDOV (2017), o Serviço Social é um serviço especializado e participante da divisão sócio técnica do trabalho coletivo da sociedade, que possui três tipos de instrumentos: as bases teórico-metodológicas, o instrumental técnico-operativo e as condições institucionais:

A **dimensão teórico-metodológica** se volta à compreensão e interpretação da realidade, pois é a partir dela que o Assistente Social cria estratégias para a sua intervenção. Sua ação é expressa no exercício profissional com o fim de superar as dificuldades apresentadas no cotidiano de trabalho, ou seja, ela é a que norteia a intervenção. (RDOV, 2017, p. 54)

Nesta dimensão, prática e teoria se aproximam, na medida em que o conhecimento é fundamental para a ação profissional. As legislações que amparam a ação do profissional do Serviço Social são o Código de Ética e o Projeto Ético Político. Ambos têm suas bases teórico-metodológicas bem definidas o que permite firmar as competências e compromissos desse profissional com a sociedade, visando ser um intelectual orgânico que atua no cotidiano e na viabilização e no fortalecimento do saber e do poder popular.

O **instrumental técnico-operativo** está circunscrito aos instrumentos e técnicas utilizados pelo profissional do Serviço Social para a sua intervenção, frente às demandas do seu cotidiano de trabalho, articulando dimensões teórica, ética e política, tornando a reflexão, a investigação e a criticidade elementos políticos e educativos utilizados na sua ação. A partir dos desafios e limitações apresentados no cotidiano de trabalho, o Assistente Social identifica suas potenciais demandas para, em seguida aplicar instrumentais técnico-operativos na sua intervenção junto às mulheres que sofrem violência, assegurando o sigilo profissional em todos os atendimentos realizados pelo assistente social e a equipe multidisciplinar. (RDOV, 2017, p. 55)

Portanto, observamos que o Serviço Social posiciona quanto ao planejamento, execução e gestão de programas que consideram a igualdade de gênero nas políticas públicas, proporcionando indicadores acerca da violência contra a mulher.

RDOV (2017) também defende a pesquisa como um instrumento que possibilita conhecer, explorar e sistematizar os dados, com consequente produção de conhecimento sobre a realidade cotidiana das mulheres que sofrem violência e sobre a dinâmica das instituições. Tais metodologias qualitativas permitem identificar indicadores para pesquisas. Segundo o Serviço Social Crítico, a pesquisa é de extrema importância para seu exercício, pois, vai além das respostas imediatas e busca intervir de acordo com a realidade presente em cada contexto sócio-histórico. (CFESS, 1993, SILVA, 2015).

Já as **condições institucionais** estão voltadas para a ação do Assistente Social mediante recursos financeiros, técnicos e humanos necessários para viabilizar a sua prática profissional, bem como para a formulação dos programas e projetos das instituições nos quais o profissional está inserido, e ainda na proposição das políticas públicas nos níveis: municipais, estaduais e federais.

RDOV acrescenta ainda informações sobre os serviços realizados no Juizado:

A visita domiciliar é realizada quando solicitada pelo Juiz da instituição ou pelo Ministério Público com a finalidade de observar situações pertinentes ao processo. Este instrumento permite ao Assistente Social conhecer diretamente a realidade na qual a mulher em situação de violência vive, realizar o estudo social concernente a demanda, seja ela envolvendo a questão familiar ou a necessidade de acompanhamento social do caso. As reuniões em grupo de mulheres e homens com processo no Juizado, ocorrem nos atendimentos em grupo através da apresentação do Projeto 'Maria Acolhe'.. (...) A realização de documentos como relatórios, declarações e pareceres sociais são essenciais para expor o estudo social dos casos das partes processuais, expondo as circunstâncias e os fatores que desencadearam a violência que gerou os autos no Juizado. Busca-se relatar as situações de vida das mulheres e suas famílias, os riscos sociais a que estão expostas e os direitos sociais que visam romper com as situações violentas. (RDOV, 2017, p. 56)

As expressões da questão social citadas por RDOV (2017) são: diversas formas de violência, adoecimento, falta de liberdade por causa dos constantes ciúmes, afeta desenvolvimento físico e psicológico dos integrantes da família, inclusive os filhos, mulheres desempregadas, sem renda e com baixa escolaridade, por conta do controle do companheiro, sobrecarga de trabalho sobre os profissionais da instituição, considerando que as denúncias de violência doméstica contra a mulher tem aumentado significativamente, ocasionando a precarização do trabalho das Equipes. Isso dificulta a prestação de um serviço de qualidade e a celeridade das ações dos processos de violência doméstica contra a mulher. O conceito de questão social citado no TCC 7 é: objeto de trabalho do Serviço Social, fruto das desigualdades promovidas pelo do sistema capitalista.

Essas expressões da questão social são a matéria-prima ou objeto do trabalho profissional. Pesquisar e conhecer a realidade é conhecer o próprio objeto de trabalho, junto ao qual se pretende induzir a impulsão de um processo de mudanças. Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tornando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho. (IAMAMOTO, 1999, p. 62, APUD RDOV, 2017, p. 53)

A questão da violência contra a mulher tornou-se cada vez mais visível e passou a ser discutida como um problema público a ser enfrentado, assim, “tornou-se objeto de intervenção profissional do Assistente Social como um desafio posto no cotidiano, sobre o qual ele deve formular um conjunto de reflexões e de proposições para a intervenção”. (TCC 7, 2017, p. 52 e 53)

O Serviço Social deve defender, portanto, uma atuação em favor da defesa dos direitos humanos, cuja violência doméstica e familiar contra a mulher configura-se como uma das expressões da questão social. (RDOV, 2017).



A metodologia utilizada no TCC 7 foi: aporte teórico-metodológico das ciências sociais aplicadas, cuja pesquisa de campo assume as orientações das abordagens qualitativas, sem exclusão dos aspectos quantitativos. Os principais autores utilizados foram: Aires (1981); Antunes (2004); Borgianni (2013); CFESS (2014); Dias (2010); Iamamoto (1999); Gil (1994); Grzybowski (2007); Miotto (2010); Scaff e Velasco (2015).

O Serviço Social tanto no TCC 7 (2017) como no Projeto de Formação da ABEPSS (1996) é defendido como uma profissão que deve ter um instrumental técnico-operativo, teórico-metodológico crítico e ético-político, em busca de condições institucionais favoráveis ao seu trabalho, como especialização do trabalho coletivo. Já a questão social é abordada como objeto de trabalho do Assistente Social e de acordo com as manifestações desde o surgimento até o contexto atual do Capitalismo, sendo necessário uma abordagem reflexiva e crítica.

O TCC 8 intitulado "O Assédio Sexual Contra As Mulheres Na Universidade Federal Do Amazonas (UFAM)" – 2018 que objetivou “analisar as principais os casos de assédio sexual contra as mulheres no âmbito acadêmico, no *locus* da Universidade Federal do Amazonas, campus Manaus no ano de 2017”.

TCFDMP (2018) traz uma concepção de serviço social fundamentada na perspectiva defendida pelos principais autores do Serviço Social Crítico. A mesma defende que Serviço Social deve atuar junto com outros profissionais, inseridos em debates e movimentos, com toda sua capacidade teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo, pois esse tema é uma das expressões da questão social. Devem ser pensadas novas estratégias de intervenção através de suas técnicas, práticas profissionalizantes de elaboração de um projeto para instituição voltada ao combate ao assédio sexual, dentro da universidade ou trabalhando até mesmo no estatuto da universidade.

Para ela, existem vários tipos de expressões da questão social, dentre elas: violência doméstica sexual, conjugal, sexista, patrimonial, interpessoal, psicológica, de gênero e o assédio sexual. Isso decorre de uma historicidade brasileira totalmente patriarcal e conservadora que é passado de pai para filho, assim estimulando a desigualdade entre mulheres e homens, assim o povo brasileiro tem grandes dificuldades em reconhecer o assédio sexual como crime e possui a pior legislação enquanto ao assédio sexual.

A discriminação e o sexíssimo se dão por uma historicidade de ideologia atrasada, preconceituosa e conservadora patriarcal e apesar de várias lutas do gênero feminino marcantes principalmente nos anos 60, 70 e 80 do século XX, atualmente as mulheres são atingidas pelo preconceito, discriminação, desigualdade, abusos e de um novo sexíssimo ou *neosexíssimo*. O Assédio sexual constitui-se em violência e discriminação, sendo humilhante e

traumática para as mulheres, principalmente para aquelas que denunciam e mudam de trabalho com frequência. Queiramos ou não, essa prática de violência mostra o poder e o controle que um gênero tem sob o outro, essa discriminação se dá porque no Brasil ainda vivemos numa ideologia patriarcal e altamente conservadora, que sustenta a soberania dos homens sobre as mulheres ao longo da história; desde o período em que as mulheres eram usadas como objeto de troca, até a subjugação de muitas mulheres que não denunciam por naturalizar essas atitudes e torna essas atitudes algo comum, na qual geralmente o Homem se sente na liberdade de cometer a ação que viola o direito das mulheres. (TCC 8, 2018, p. 16 e 17)

Dessa forma, o TCC 8 (2018) relaciona o assédio sexual enquanto expressão da “questão social” correlata à “questão da mulher” que ganha visibilidade cada vez mais, principalmente quando analisamos as desigualdades sociais e dentro dessas as desigualdades de gênero. O nosso tempo histórico presente promove uma anti-civilização pautada na lógica mercantil, que transforma a vida humana em mercadoria.

É uma era de banalização das variadas formas de violências, como a violência de gênero, classe e raça/etnia. Ainda há um comportamento contundente da sociedade ainda machista, conservadora e fundamentalista, em ignorar e ridicularizar os direitos das mulheres, não implementar legislações e políticas conquistadas e continuar subalternizando as mulheres, produzindo um cotidiano de violações e barbárie, demonstrado diariamente em estatísticas que nos revelam a dimensão do problema e nos causam profunda indignação. (TCC 8, 2018, p. 24)

As consequências do assédio são danos à saúde mental como: medo, tensão, irritabilidade, crises de choro, insônia, e dos distúrbios mentais. É aqui que procedemos com a relação entre a questão social e assédio sexual e destacamos um problema social enraizado no cotidiano do cidadão brasileiro no seu dia a dia. Elas são sujeitas a atos humilhantes e, por vezes, ficam expostas a situações de risco e limitadoras da sua liberdade. “Estas situações estão muitas vezes na origem da sua recusa de certos empregos, quer por causa dos horários de trabalho, quer devido aos trajetos que têm de percorrer”. (DIAS, 2008, p. 12, APUD TCFDMP, 2018, p. 21)

Dentre outras expressões da questão social citadas pelo TCC 8 estão: exploração do homem; diferença de salários entre homem e mulher; exploração do empresário capitalista; sexísmo; o *neosexíssimo* apresenta-se mais forte, pois ele vem de uma ideologia meritocrática, que atualmente não pesa em cima da discriminação e transfere o peso do problema social para um problema individual, no qual, quando uma mulher não consegue o que almejava, considera o fato como incapacidade própria perante a situação de uma sociedade desigual (TCFDMP, 2018). Dessa forma,

O indivíduo sai de suas casas para outras áreas com ensinamentos, com costumes patriarcais, atitudes sexistas, machistas, conservador para o ambiente de trabalho, escola, faculdade, e outros ambientes públicos e privados, exercendo essas atitudes com outras pessoas de uma forma “naturalizada”, constituindo família e formatando os ensinamentos que aprenderam com os pais, passando esses costumes para a futura geração, gerando esse ciclo vicioso intitulada de “bons costumes”, que na verdade são maus. (TCC 8, 2018, p. 45)

Analisamos que TCFDMP (2018) traz possibilidades para o enfrentamento da questão social cuja casualidade pode ser enfrentada sem supressão das relações fundamentadas da ordem capitalista. É preciso que essa intervenção seja uma intervenção qualificada. Que não seja uma intervenção aleatória, casuística. Seja uma intervenção parametrada do ponto de vista organizacional e do ponto de vista teórico-científico. Além disso, o Serviço Social tem que intervir nessa questão, criando vínculos entre as classes, grupos e instituições sociais, sendo objeto de intervenção do Estado. Ela defende também que as mulheres por terem sofrido abuso sexual, tornam-se mais empoderadas através do conhecimento de direitos e da valorização de sua autoestima.

O assédio sexual pode ser uma experiência traumática e humilhante. Contudo, as mulheres que sobrevivem a este tipo de violência revelam um intenso sentimento de resiliência. Para algumas, o facto de terem sobrevivido ao assédio sexual resultou no aumento da sua capacidade de superação de dificuldades e numa melhoria significativa do seu orgulho pessoal. Adquiriram um maior conhecimento dos seus direitos no trabalho e do sistema legal. Este conhecimento fá-las sentir mais seguras contra eventuais experiências futuras de assédio. (DIAS, 2008, p. 19 APUD TCC 8, 2018, p. 20)

A análise desse TCC sobre as mulheres ficarem mais fortes por terem sofrido assédio é totalmente sem fundamento, pois, é dever do Estado, sociedade e dos profissionais inclusive Assistentes Sociais fazerem campanhas educativas sobre os direitos e deveres dos cidadãos, não é necessário passar por uma situação que afetará as mulheres em todos os sentidos para elas se tornarem empoderadas.

Portanto, apesar de algumas deficiências teóricas, o TCC 8 tende a apresentar uma concepção de Serviço Social Crítico, visto que defende a intervenção, disseminação de informações, e a investigação através de pesquisas sobre as expressões da questão social apresentadas. Uma atuação junto a outros profissionais, inseridos em debates e movimentos, com toda sua capacidade teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativo. (IAMAMOTO, 2005; BRAZ, 2012)

A metodologia utilizada no TCC 8 foi o método de abordagem de Bardin (2011) análise de conteúdo. Uma análise crítica quantitativa e qualitativa. Referencial teórico: Brasil (1988); Dias (2008), Moraes (2012), Netto (2001-2002), Santos (2014), Teles (2003), Saffioti (1987), Stevens (2017).

O Serviço Social é defendido como uma profissão que trabalha em conjunto com os demais trabalhadores, inserido em debates necessários para concretude dos direitos dos trabalhadores. Surgem novas expressões da questão social como o Assédio, por causa da visibilidade que os movimentos sociais vêm dando aos direitos da mulher e da realidade que é dinâmica. (TCC 8, 2018; ABEPSS, 1996).

Dessa forma, concluímos que o TCC 8, assim como o TCC 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, se aproxima da concepção teórico-metodológica presente no Projeto de Formação e defendida pela ABEPSS, pois está atrelado aos eixos do Projeto da ABEPSS

O TCC 9 “Serviço Social e Justiça: As Ações Psicossociais e Jurídicas nos Processos de Crianças e Adolescentes” – 2019 objetivou “refletir sobre as ações psicossociais e jurídicas presentes nos processos de crianças e adolescentes, considerando particularmente as ações dos assistentes sociais do Juizado da Infância e Juventude Cível na execução das audiências realizadas nas Unidades de Acolhimento para crianças e adolescentes existentes em Manaus”.

TDSS (2019) em seu TCC traz uma concepção de serviço social fundamentada na perspectiva defendida por Silva (2016) o qual defendem que cabe aos profissionais de serviço social trazer à tona as discussões de um conjunto de questões, de modo que a teoria caminhe com a prática, todavia, cientes dos desafios. Assim,

O Serviço Social assume, as demandas da questão social procurando “soluções” para viabilizar os direitos dos assistidos, no caso as crianças e suas famílias. É importante sinalizar que são fatores que fazem parte da realidade das famílias usuárias de Alta Complexidade, necessitando de um trabalho complexo, especializado, planejado e articulado com outros serviços e outras políticas, em vista de um atendimento que visa a garantia dos direitos na sua totalidade. O trabalho deve estar voltado para a preservação e fortalecimento das relações familiares e comunitárias das crianças e dos adolescentes. (TDSS, 2019, p. 51)

Os instrumentais utilizados para efetivação de direitos citados pela TDSS (2019) são: visitas, estudo dos casos/processos, parecer social, elaboração da Ata da Audiência, avaliação, laudo com sugestões, visitas técnicas, trabalho em rede, escutas no dia da Audiência, acompanhamento da criança e adolescente com sua família, ações de resgate, promoção, proteção e inserção social, educação.

Uma vez que o trabalho do psicossocial seja efetivar os direitos das crianças, a convivência familiar como uma delas, cabe a equipe trabalhar também com

a família, suas especificidades, e intervir no espaço para que está alcance o empoderamento, o trabalho em rede auxilia e aumenta a efetividade das ações, viabilizando também a troca de experiência entre agentes institucionais acarretando o aumento de conhecimento e de experiência. (TDSS, 2019 p. 58)

A autora aborda as ações dos profissionais que nas últimas conjunturas da sociedade se deparam com diversos limites políticos para o desempenho de suas atribuições, podemos concluir, no entanto que os assistentes sociais não se eximem da busca, pela efetivação dos direitos infanto-juvenis, através da ponte entre o seu trabalho profissional cotidiano e a interação com a rede de proteção, **possibilitando visualizar novas reflexões e novas formas de intervenção.** (SILVA, 2016)

O TCC 9 (2019) retrata a questão social como histórica, advinda do capitalismo, as relações familiares reproduzem as desigualdades da sociedade capitalista, pois nesse contexto as famílias são submissas ao trabalho, já que esta é a única alternativa aos olhos deles para a subsistência, incluindo, muitas vezes, até mesmo as crianças e adolescentes no mercado para serem explorados pelo capital. Esta situação causa sofrimento e a violação dos direitos das próprias crianças. Crianças e Adolescentes em situação de acolhimento institucional tal como os reformatórios, asilos e hospitais, os abrigos surgiram como forma de isolar elementos socialmente indesejados, prática utilizada desde a Idade Média com a finalidade de ocultar da sociedade as mazelas produzidas por esta mesma, foi uma das medidas tomadas para responder as expressões da “questão social”. (GOMES, M. A. & PEREIRA, M. L. D., 2004).

As expressões da questão social presentes no TCC 9 (2019) são: violação dos direitos da criança e adolescente pelas famílias, suspensão temporária do poder familiar, situação de risco e afastamento das crianças e adolescentes das suas casas, não tem uma rede de proteção pelo Estado, abusos, maus tratos, descumprimento das determinações judiciais, negligência dos pais ou responsáveis, abandono, dependência química e/ou alcoólica desse responsável, agressão física, abuso e exploração sexual, a vulnerabilidade social das famílias, o desemprego dos pais, a drogadição, entre outros que incidem historicamente e diretamente nessas situações, como gravidez na adolescência, as variadas formas de violência, de exploração sexual, entre outras formas de violação dos direitos que assolam o público infantojuvenil, se fez necessário o surgimento de políticas e programas de atendessem e assistissem de forma integral essa proteção.

TDSS (2019) aborda que a pobreza ainda marca o cotidiano das famílias usuárias dos serviços de Alta Complexidade, problemas relacionados às necessidades básicas, como alimentação, saúde, educação, moradia e segurança. Esta situação agrava-se devido a outras

formas de violência assinaladas como: a drogadição, a violência sexual, as prisões, os maus-tratos, as ameaças, entre outras expressões da questão social.

Vê-se entre as expressões das questões sociais supracitadas, que o abandono de crianças e adolescentes por parte de suas famílias tem sido objeto de estudo por parte de muitos estudiosos da área social. Segundo Kreuz (2012), no decorrer da história, a institucionalização dessas crianças e adolescentes tem desenvolvido e aumentado o abandono real dessas crianças que por vezes, segundo o autor, “[...] Continuam vivendo em instituições de acolhimento, muitas vezes esquecidas pelas famílias, pela sociedade e pelo estado” (p. 46), fazendo com que muitas delas não tenham ao longo de suas vidas, uma infância e adolescência com maior conexão familiar. (TCC 9, 2019, p. 30)

A metodologia utilizada no TCC 9 foi: de cunho bibliográfico e documental por meio do levantamento das atas de audiências. Os principais autores utilizados foram: Aries (1981 e 2001); Faleiros (2009); Fávero (2009); Gil (2002); Gomes e Pereira (2004); Lakatos (2003); Rizzini (2006 e 2009); Rossetti-Ferreira (2012); Silva (2013); Antonio Santos (2007).

O Serviço Social é defendido como uma profissão que deve acompanhar a teoria e a prática, em busca de novas intervenções e novas soluções. Profissão complexa, que busca a concretização dos direitos, atrelado à atuação junto às políticas públicas. (TCC 9, 2019; ABEPSS, 1996). Já a questão social é histórica, dinâmica, contextual e é defendida para a intervenção das expressões da questão social por meio da atuação do Estado através de políticas.

Dessa forma, concluímos que o TCC 9, assim como o TCC 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, se aproxima da concepção teórico-metodológica presente no Projeto de Formação e defendida pela ABEPSS, pois está atrelado aos eixos do Projeto da ABEPSS

O TCC 10 intitulado “A Dinâmica de Organização Sociopolítica da Comunidade do Puraquequara, Manaus-AM”, do ano de 2019 objetivou “Identificar a dinâmica das diferentes formas de organização sociopolítica desta Comunidade”.

DFM (2019) em seu TCC traz uma concepção de serviço social fundamentada na perspectiva defendida por Netto (2011), o qual foi abordado um tratamento analítico capaz de identificar uma série de manifestações da organização sociopolítica da comunidade do Puraquequara, que constitui uma modalidade de mobilização social coletiva que objetiva coletivamente a construção de alternativas para a melhora da qualidade de vida nesta comunidade. O TCC-10 aborda a história do Serviço Social, especialmente a partir de 1964, na ditadura militar, embasado em um pensamento desenvolvimentista e integrativo; utiliza o termo participação da população como um recurso para a legitimação da sociedade política da época. Nesse sentido a participação aparece como um fenômeno que estimula a atenção e a ação das camadas populares para o fomento das políticas propostas pelo desenvolvimento econômico. E o estímulo dessa participação dá-se a partir de ações de motivação individuais através de

recursos psicológicos a fim de trabalhar a realidade cultural das populações aos valores e padrões de comportamento. Observamos nos Capítulos I e II da presente dissertação que essa ideia é muito presente na época da ditadura militar no Brasil, onde através de projetos de “Desenvolvimento de Comunidade” o Estado buscava legitimar suas políticas econômicas.

DFM (2019) defende a participação como um instrumento de autodeterminação para o alcance de objetivos almejados, defendendo que só pode ser conquistada a partir de uma tomada de consciência sócio-política. Assim, ela aponta para canais que tem características decisivas de participação como o planejamento participativo, o qual diz respeito a formação da consciência crítica a autocrítica na comunidade; formulação de estratégia concreta de enfrentamento dos problemas e a necessidade de se organizar; a organização da sociedade civil, que significa a capacidade histórica da sociedade assumir formas conscientes e políticas de organização; a cultura como um processo de identificação comunitária – significa produto tipicamente humano e social, no sentido da ativação das potencialidades e das criatividade de cada sociedade; a educação como uma formação à cidadania, sendo considerada um importante instrumento de participação política; e o processo de conquista de direitos, os quais incondicionalmente devido, porém, só se efetiva, se conquistado.

Desta maneira, as estratégias de mobilização destacados por DFM (2019) consistem na solidariedade interna aos grupos, as alianças políticas com interlocutores externos, reivindicações feitas em manifestações públicas e em campanhas, um segundo o grau de politização e conscientização do grupo social. Por conseguinte, afirma-se que o principal objetivo da organização sociopolítica dessas populações tradicionais é a busca por conquista de direitos e a constituição de meios que atendam suas necessidades básicas. A gestão comunitária abarca múltiplas modalidades de organização do trabalho coletivo, que ocorrem de acordo com a ordenação das ações da comunidade alicerçado em um processo participativo. Dentre os elementos necessários para a atuação do Assistente Social apontados pela autora, destacam-se: a formação da consciência crítica e autocrítica dos comunitários; a organização da sociedade civil, que significa a capacidade histórica da sociedade assumir formas conscientes e políticas de organização; o processo de conquista de direitos; a cultura como um processo de identificação comunitária – pois constitui produto tipicamente humano e social na ativação das potencialidades e das criatividade de cada sociedade; formulação de estratégia concreta de enfrentamento dos problemas e a necessidade de se organizar; e a educação como uma formação à cidadania, sendo considerada um importante instrumento de participação política.

Este estudo permitiu perceber a constituição histórica da comunidade que carrega uma bagagem cultural imensa e de grande significado para os comunitários que nela residem, mas que sobretudo carregam o sentimento de pertencimento para com a mesma. Além disso, foi possível realizar a caracterização social e política no que tange o acesso a Bens e Serviços Sociais e da infraestrutura da comunidade. Esses elementos constituem parte significativa nos processos de organização política dos agentes sociais, visto que a Amazônia é formada por diversos movimentos que resistem e buscam emancipação política na conquista de direitos relacionados a permanência em seus territórios, ao reconhecimento de sua identidade étnica e cultural, ao acesso para a utilização dos recursos naturais disponíveis na região. (DFM, 2019, p. 65)

Neste sentido, analisa-se que o Serviço Social está relacionado às lideranças comunitárias identificadas, já que detém de um compromisso político e social na realização de atividades em busca da autonomia das organizações a que pertencem, além da busca pelo acesso aos direitos dos participantes, conhecimento da realidade da comunidade e identificação com os interesses das organizações que participam. (SILVA, 2016)

Dentre as expressões da questão social citadas no TCC 10 estão: comunidades desses atores sociais são indicadas por formas solidárias de trocas entre os grupos domésticos, rotinas de partilha, parceiras no processo de trabalho da pesca, acesso restrito a direitos sociais e atendimento a bens e serviços sociais preconizados. Também destaca que nas comunidades ribeirinhas a maioria das escolas disponibiliza somente o ensino fundamental. Portanto, estas escolas não atendem efetivamente a demanda apresentada pelas comunidades, isto impossibilita que os agentes sociais que vivem nas comunidades tenham acesso ao ensino de qualidade e possam prosseguir com seus estudos na própria comunidade em que mora, acarretando assim, o baixo nível de escolaridade. Em respeito ao acesso a saneamento básico, o esgoto não recebe nenhum tipo de tratamento, provocando a ampliação da poluição de vários rios, igarapé e lagos.

DFM (2019) verificou que o abastecimento de energia da comunidade do Puraquequara é feito pela empresa Manaus energia, não há qualidade nesse serviço, retratando sua insuficiência.

No tocante ao fornecimento de água na comunidade verifica-se a partir da aplicação do formulário socioeconômico aos comunitários que 71% possuem abastecimento de água a partir de poços artesianos e 84% afirmam ter bombas de água. A questão do abastecimento de água na comunidade é envolta por uma organização diferenciada dos comunitários pelo fato de os poços artesianos serem a única forma de acesso a água tratada, e essa realidade local faz aparte de uma problemática muito mais ampla, que é o acesso a esse serviço na região norte. Dados do IBGE (2016) apontam que aproximadamente 31 milhões de brasileiros não tem acesso a água pela rede de abastecimento público, ao que a Região Norte apresenta os índices mais precários, apenas 59,6% dos domicílios são contemplados. A região ainda apresenta o menor percentual de domicílios com abastecimento de água pela



rede geral de distribuição e o maior percentual de abastecimento feito por poços artesianos, fontes, nascentes ou cacimbas, conforme dados do IBGE (2016). Ou seja, mesmo com a relevante abundância dos recursos hídricos na região, visto que sua área territorial dispõe de quase um quinto da água doce de todo o planeta, grande parte das populações residentes na região ainda possuem precariedade no acesso a água. Na comunidade do Puraquequara o gerenciamento dos poços é realizado pelos próprios comunitários, os quais avocam-se da manutenção e dos custos. Foi identificado que os comunitários se organizam em grupos, cada um deles é responsável pela coordenação de um poço que atende um número específico de famílias, sendo que a Associação Amigos do Puraquequara se responsabiliza pela manutenção de alguns desses. (TCC 10, 2019, p. 55)

O acesso ao transporte público é uma das principais demandas de várias cidades do Brasil, e sua negação contraria o direito à cidadania devido a todos os brasileiros. As problemáticas existentes quanto ao acesso a esse direito são evidentes na comunidade do Puraquequara, podendo ser considerado um dos serviços com mais precariedade. (DFM, 2019).

A metodologia utilizada no TCC 10 foi: críticoanalítica baseada em uma perspectiva dialética sobre as formas de organização política e sua dinâmica a partir de uma abordagem de natureza quanti-qualitativa. Principais autores utilizados: Débora Rodrigues (2015 e 2019); Charles Wagley (1977); Chaves (2001); Gramsci (1982); Godoy (1995); José Carvalho (2002); Lakatos (2017); Luiz Claudio de Claudio e Costa (2007) tradutor da Obra Ideologia Alemã de Karl Marx e Engels; Minayo (2002); Pedro Demo (1999).

O Serviço Social é abordado no Movimento de Renovação através da participação da população, e de articulação com os novos movimentos sociais existentes no momento atual, defendendo a tomada de consciência do conjunto dos trabalhadores. (TCC 10, 2019; ABEPSS, 1996). Através do conhecimento profundo desses movimentos.

A questão social é vista como lutas e resistência política por melhores condições de vida, movimento das classes subalternas contrárias ao modo de vida da classe burguesa, defensoras da vida cultural e do meio ambiente (ABEPSS, 1996). As expressões da questão social abordadas no TCC 10 (2019) têm caráter regional, local, de acordo com as especificidades da região Amazônica.

Dessa forma, concluímos que o TCC 10, assim como o TCC 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 se aproxima da concepção teórico-metodológica presente no Projeto de Formação e defendida pela ABEPSS, pois está atrelado aos eixos do Projeto da ABEPSS

### 3.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE METODOLOGIA E PRINCIPAIS AUTORES UTILIZADOS NOS TCC'S DE 1 A 10

Em relação à catalogação dos principais autores utilizados e suas respectivas vinculações teóricas na construção dos TCC's observamos que os TCC's utilizam autores comuns que fundamentaram a construção teórico-metodológica de cada TCC, que influenciaram de certa forma a construção da Vertente de Intenção de Ruptura: Netto, Iamamoto, Martinelli, Simões, Ianni, Yazbek, Minayo, Lessa, Braz, CFESS, Potyara Pereira, Behring, Boschetti, Marcelo Braz. Portanto, esses autores deram suporte para que os TCC's tivessem sua vinculação ao Marxismo. Notamos também que, de acordo com o quadro 7, apenas os TCC's 5 e 10 **trouxeram autores que apresentam pensamentos divergentes de suas teses**. Esses autores defendem referencial teórico de correntes do surgimento da “nova questão social”, como é o caso do autor Robert Castel, fazendo uma articulação entre autores que apresentam pensamentos divergentes.

Observamos que na maioria dos TCC's, não há leitura aprofundada direto da fonte de Marx, nem de autores seguidores da linha marxista, também não há leitura de outras tendências metodológicas como da Fenomenologia e do Positivismo. Porém isso não descarta o andamento da pesquisa e a sua monografia como elementos críticos à realidade social. Há uma falta de articulação entre autores que possuem pensamentos convergentes e autores que apresentam pensamentos divergentes. Não há leitura direta da fonte de Karl Marx; apenas dos autores seguidores dele. Como falar das ideias de Marx sem citá-lo diretamente? Isso está atrelado a uma das críticas abordadas pelos autores da intenção de ruptura de que não há uma leitura aprofundada e crítica das obras de Marx, o que pode ocasionar diferentes interpretações.

De acordo com o quadro 7, os TCC's que citam diretamente as Obras De Karl Marx são: 5 e 10. Os outros autores que não citam as Obras de Karl Marx: 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9. Todos os TCC's trabalham com História; Olhar com criticidade para a realidade; Autores que estudam Marx; Resgate Histórico e Social; Práxis, Projeto, Ideologia, Direção e Organização de um Movimento Social; Processo Dinâmico; Dialética; Crítica ao Capitalismo. Assim, no processo de desvelar a realidade concreta permitirá reconstruí-lo e apreender sua complexidade essencial como expressão de relações sociais a fim de subsidiar a análise e a construção de novas propostas de enfrentamento a essas questões.

Apesar das críticas que fizemos a esses TCC's, observamos que há elementos atrelados à realidade social assim como esses TCC's estão aproximados da perspectiva do Marxismo, Intenção de Ruptura, matriz teórica do Serviço Social Renovador, visto que a profissão é tanto

um **dado histórico, indissociável das particularidades** assumidas pela formação e desenvolvimento da sociedade brasileira quanto resultante dos sujeitos sociais que constroem sua trajetória e redirecionam seus rumos. (IAMAMOTO, 2005). Considerando a historicidade da profissão – seu caráter transitório e socialmente condicionado – ela se configura e se recria no âmbito das relações entre Estado e sociedade, fruto de determinantes macrossociais que estabelecem limites e possibilidades ao exercício profissional inscrito na divisão social e técnica do trabalho e apoiado nas relações de propriedade que a sustentam.

Nota-se que não devemos menosprezar o Serviço Social Tradicional e nem autoras que fizeram parte desse processo, dentre elas: Mary Richmond, visto que foram importantes para a construção de um Serviço Social Crítico. Além de que utilizamos até hoje instrumentos que foram utilizados no passado no Serviço Social de Caso, como entrevistas, diagnósticos e visitas domiciliares, porém o que diferencia é a intencionalidade de cada ação através desses instrumentos.

O currículo mínimo de 1996 **busca formar profissionais críticos, capazes de transformar a realidade, lutar por uma nova ordem societária, visto que a história é dinâmica, contraditória e passível de mudanças.**

Com isso, vemos nos TCC's de 1 a 10 a presença de elementos de perspectiva teórico-metodológica do Projeto de Formação da ABEPSS (1996) e o Projeto Pedagógico da Universidade Federal do Amazonas do ano de 2009 defendem uma perspectiva teórico-metodológica crítica, capaz de compreender a realidade e intervir na mesma em busca de novas soluções. Em defesa de uma formação profissional presencial, crítica, articulando a pesquisa-extensão-ensino. Já as matrizes curriculares estão relacionadas a um conhecimento amplo, crítico, dinâmico e de totalidade, cujas disciplinas principais são: Sociologia; Filosofia; Ciência Política; Economia Política; Antropologia; Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social; Direito Social; Política Social; Formação Sócio-Histórica do Brasil; Planejamento e Gestão em Serviço Social; Pesquisa em Serviço Social; Ética Profissional.

Observamos também que alguns TCC's foram originados da disciplina de Estágio em Serviço Social, abordando cada um seu espaço sócio-ocupacional, em busca de uma teoria atrelada à prática. Outros TCC's estão atrelados ao Projeto de Iniciação Científica difundido de forma ampla no curso de Graduação, incentivando formação de profissionais críticos, capazes de elaborar projetos e políticas públicas em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Outra característica é a exigência de atividades complementares que vão além do ensino formal, é necessário a extensão para atividades que são atreladas à vida social. Com isso, concluímos que os TCC's de 1 a 10 foram produzidos no contexto de defesa da formação

profissional crítica, continuada e além dos muros. Por isso, esses TCC's têm um caráter crítico, investigativo e de defesa da pesquisa social. Também existe a presença de autores utilizados nos TCC's que são críticos, defensores do Projeto Ético Político do Serviço Social e de uma nova ordem social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social teve seu surgimento, desenvolvimento e até os dias atuais atrelado aos contextos social, econômico, histórico e político. O surgimento das Primeiras Escolas de Serviço Social, dentre elas a do Amazonas, demonstrou que a profissão vivenciou trajetórias diferenciadas, historicamente falando, passando por diferentes perspectivas teórico-metodológicas. Toda essa história não deve jamais nos permitir menosprezar o percurso do Serviço Social na história, desde os primeiros pensadores e influenciadores do Serviço Social, como Jane Addams, Mary Richmond, Gisela Konopka, dentre outros, pois, foram grandes precursoras e lutadoras pela profissão, ainda que devamos abordar as suas obras de um ponto de vista crítico.

Segundo Netto (2011), a concepção de Serviço Social Tradicional tem uma orientação burguesa que consiste na correção de problemas individuais/sociais, pressupondo que a ordenação capitalista é a única possível. Sendo assim, a prática profissional estaria fundamentada na correção de resultados psicossociais considerados negativos ou indesejáveis na sociedade capitalista. Essa correção de problemas baseia-se no controle moral e educativo, reformando o caráter dos indivíduos. Os três métodos do Serviço Social Tradicional na época são: Serviço Social de Caso, Serviço Social de Grupo e Serviço Social de Comunidade, porém o mais utilizado para reformar o caráter psicossocial dos indivíduos era o Serviço Social de Caso.

A partir dos anos 1970, há um processo crítico do Serviço Social, chamado Movimento de Renovação do Serviço Social e suas perspectivas teórico-metodológicas (NETTO, 2011) abordadas nessa Dissertação. Buscou-se uma abordagem mais crítica e aprofundada da Profissão que atendessem ao novo contexto do capitalismo. Somente com a terceira perspectiva, Intenção de Ruptura que buscou uma ultrapassagem do capitalismo, com seus instrumentais teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos presentes tanto na formação quanto na prática profissional.

Respondendo à pergunta inicial que deu origem a esse processo da Dissertação, há sim centelhas do Projeto Ético Político presentes nas monografias, pois, são defensores do Serviço Social Crítico, da questão social como intrínseca ao Capitalismo, tendo como base autores utilizados do pensamento crítico, histórico-dialético e utilizando metodologia quanti-qualitativa de forma dialética. Sabemos que, de acordo com Netto (2011), não há um rompimento do Serviço Social Tradicional e nem das características do mesmo, ocorre o mesmo nas monografias, pois ainda existem limites teórico-metodológicos na construção das monografias,

assim como, na formação profissional desses sujeitos. Portanto, há um movimento de intenção de ruptura presente nas monografias, que serão justificadas a seguir de forma detalhada.

Essa dissertação conseguiu analisar as principais perspectivas teórico-metodológicas presentes nos Trabalhos de Conclusão de Curso dos discentes do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas e sua proximidade, ou distanciamento, às vertentes de renovação do Serviço Social no Brasil, visto que todos os TCC's possuem uma proximidade às vertentes de renovação, especialmente a de Intenção de Ruptura.

Em relação ao Objetivo Específico: Identificar as concepções de Serviço Social e Questão Social presente nos Trabalhos de Conclusão de Curso, concluímos que ao seguir as trilhas das análises efetivadas dos dez TCC's objetos dessa pesquisa, no que concerne à **concepção de Serviço Social**, observa-se que os referidos autores destacam características da atuação do assistente social que as vinculam a um conceito de Serviço Social como uma profissão que deve buscar a concretização de direitos, entendendo que esses direitos não são dados pelo Estado, mas sim conquistados através de lutas dos movimentos sociais.

Os autores, em geral, abordam a importância de se trabalhar em equipe, valorizando o conceito de interdisciplinaridade. A profissão Serviço Social envolve trabalho, estudo e articulação entre o social, o econômico, o histórico, o político e, sobretudo, uma identificação com a classe trabalhadora. Ao fazê-lo, o assistente social se reconhece como trabalhador.

Esse perfil de profissão não defende a ideia de mudança de personalidade dos indivíduos, não os culpabiliza, não tenta adapta-los ao status quo. Ao contrário, prima pelo aprofundamento da análise fundamentada criticamente e busca se aproximar de uma realidade concreta, onde a sociedade é dividida estruturalmente entre duas classes polarizadas - a trabalhadora e a burguesa. Trata-se de uma visão ampliada e articulada, que possibilita ao assistente social tanto trabalhar com políticas públicas como direito conquistado, como identificar limites e possibilidades, à luz de competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.

Dessa forma, a perspectiva histórico-crítica, defendida por autores como Marilda Iamamoto (2000), Raul de Carvalho (2000), Manuel Manrique Castro (2003), Vicente de Paula Faleiros (1991), Maria Lúcia Martinelli (2010), José Paulo Netto (2011), Maria Luiza de Sousa (1982), entre outros, estão presentes nos TCC's e sustentam que o Assistente Social é um profissional que desempenha papel político e que a profissão deve ser compreendida como um produto histórico, inserido numa realidade social. É produto e é reprodutora das relações sociais, depende da dinâmica das relações entre as classes e o Estado para o enfrentamento da questão social através das políticas públicas.

Nesse sentido, há estrita relação entre a concepção de Serviço Social adotada pelos autores dos TCCs estudados e a perspectiva de Intenção de Ruptura (NETTO, 2011), principalmente ao reconhecerem que o Serviço Social é uma profissão que deve apoiar os trabalhadores, reconhecendo-os como classe, e também se identificando parte dessa classe. Observamos um avanço entre formação, as legislações e os TCCs analisados, pois os TCC's foram influenciados pelo Projeto Ético Político da Profissão que preconiza uma formação profissional capaz de formar profissionais críticos, dinâmicos e criativos para defender os direitos preconizados tanto na Constituição Federal quanto nos marcos regulatórios da profissão: Código de Ética (1993) e Lei de Regulamentação da Profissão (1993) que priorizam atender aos direitos dos trabalhadores.

Em relação à **Questão Social** abordada, inferimos que os autores dos TCC's 1 a 10 defendem um conceito contraditório relacionado ao surgimento do Capitalismo que ampliou as desigualdades sociais existentes no mundo, assim como estavam presentes os movimentos sociais e a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho. Esses TCC's seguem a mesma linha de raciocínio dos grandes autores defensores do Projeto Ético-Político do Serviço Social, autores críticos, tais como Iamamoto (2005); Ianni (2011); Netto (2011); Martinelli (2010); Yazbek (2009). Assim como cada TCC traz expressões da questão social particulares em cada área de atuação e de acordo com a realidade amazônica. Destacamos que a Questão Social é tanto desigualdade existente no Sistema que preconiza o Individualismo, a Barbárie como rebeldia em que os trabalhadores já não aguentam mais as péssimas condições de trabalho e de vida, sendo oriunda de uma produção cada vez mais coletiva, porém sua apropriação é privada ficando nas mãos de poucas pessoas.

Já em relação aos objetivos: refletir sobre os principais autores utilizados e suas respectivas vinculações teóricas na construção dos TCCs e Investigar as principais perspectivas metodológicas utilizadas para realização da pesquisa. Concluimos que **Metodologia e os Principais Autores Utilizados**, os TCC's foram produzidos no geral em alinhamento ao Projeto de Formação da ABEPSS e do Projeto de Formação da Universidade Federal do Amazonas do ano de 2009, visto que tanto o Projeto da ABEPSS quanto o Projeto de Formação da UFAM defendem um ensino crítico, presencial, dinâmico e que contenham os 3 tripés: ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO. Defendendo uma ciência baseada em fundamentos científicos, teórico e metodológicos.

Observou-se que defendem o Código de Ética de 1993 e da Lei de Regulamentação da Profissão de 1993, construindo um nítido caminho de aproximação à Perspectiva da Intenção de Ruptura e do Projeto Ético-Político do Serviço Social. A maioria dos TCC's abordam sobre as

questões pertinentes da Ética humana, profissional, direitos, deveres, atribuições e competências dos profissionais de Serviço Social, assim como defendem uma articulação com os movimentos sociais e outros trabalhadores

Destaca-se que esses sujeitos, autores dos TCC's, formam parte da história da criticidade da Profissão, que lutam por uma Profissão mais dedicada aos direitos dos trabalhadores, assim como, dentro de uma realidade contraditória e complexa, defendendo a investigação como elemento primordial para um exercício profissional de qualidade.

Cabe ressaltar que a pesquisa não é estanque, sempre existirá novos estudos, teses e conclusões sobre um assunto abordado, porém esse trabalho foi fruto de um esforço árduo que alcançou todos os objetivos estabelecidos anteriormente. Esperamos que esse trabalho possa dar frutos a futuros conhecimentos e pesquisa sobre a temática Formação Profissional.



## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Guilhon. **Instituição e Poder**: a análise concreta das instituições de poder. 2 ed., Rio de Janeiro: Graal, 1986.

AMMANN, Safira, B. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 4ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 1984. (p. 101 – 166).

\_\_\_\_\_. **Participação Social**. Cortez & Moraes, São Paulo, 1980.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNIASSI M.H.R. A Construção do Objeto de Pesquisa na Sociologia. In: LANG, Alice Beatriz S. Gordo (Org.). **Desafios da Pesquisa em Ciências Sociais**. SP: CERU, 2001.

ANDRADE, Maria Ângela Rodrigues Alves de. **O metodologismo e o desenvolvimentismo no serviço social brasileiro – 1947 a 1961**. Unirio, 2007. Disponível em: [file:///C:/Users/Bruna/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge\\_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/O%20METODOLOGISMO%20E%20O%20DESENVOLVIMENTISMO%20DO%20SESO%20BRASILEIRO%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Bruna/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/O%20METODOLOGISMO%20E%20O%20DESENVOLVIMENTISMO%20DO%20SESO%20BRASILEIRO%20(1).pdf). Acesso em: 02 de março de 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL. **A Formação Profissional dos Assistentes Sociais: indicações diagnósticas**. Espírito Santo: S. n, 1990.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL. **Relatório do momento preliminar da Pesquisa**: avaliação da formação profissional do Assistente Social brasileiro pós-novo currículo: avanços e desafios. Cadernos Abess, São Paulo, no. 04, 1991.

BAPTISTA, D. M. T. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: M. L. MARTINELLI (Org.). **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio: Veras Editora, 1999 (Série Núcleo de Pesquisa 1).

BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. In: **Serviço Social e Sociedade**. 2015, n.124, pp.623-636.

BORBA, Maria Auxiliadora. Valores em Serviço Social: a influência richmoniana no Brasil. São Paulo, Cortez, 1983.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 junho de 2021.

BRASIL, Projeto de Formação da Universidade Federal do Amazonas. Disponível em: <file:///C:/Users/Bruna/Documents/Projeto%20de%20Formação%20UFAM.pdf>. Acesso em 27 de fevereiro de 2020.

BRAVO, Maria Ines Souza; VASCONCELOS, Ana Maria de; MONNERAT, Giselle Lavinias (Orgs). **Saúde e Serviço Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Cortez, 2006.

CAMPOS M.C.S.S. A Montagem de um Projeto de Pesquisa na área das Ciências Sociais. In: LANG, Alice Beatriz S. Gordo (Org.). **Desafios da Pesquisa em Ciências Sociais**. SP: CERU, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. 5<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1997.

CARTAXO, Ana Maria Baima; MANFROI, Vania Maria; SANTOS, Maria Teresa dos. Formação continuada: implicações e possibilidades no exercício profissional do assistente social. Revista Katalysis. Florianópolis: UFSC vol.15 n.2, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v15n2/09.pdf>

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da Questão Social. Uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1995.

CASTRO, Manuel Henrique. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2008.

CERQUEIRA, Gelda Cavalcante de. Modelos teóricos do Serviço Social com Grupos: adaptação ou transformação. 1ª ed. Cortez, São Paulo, 1979.

CBCISS. Debates Sociais CBCISS. **Documento de Araxá**. Rio de Janeiro: CBCISS, no. 4, 1967.

CBCISS. Debates Sociais CBCISS. **Documento do Sumaré III Seminário de Teorização do Serviço Social**. Rio de Janeiro: CBCISS, 1980.

CBCISS. Debates Sociais CBCISS. **Documento de Teresópolis: Metodologia do Serviço Social**. Rio de Janeiro: CBCISS, 1970.

CFESS. Código de Ética Profissional do Serviço Social. Brasília: CFESS, 1948.

CFESS. Código de Ética Profissional do Serviço Social. Brasília: CFESS, 1965.

CFESS. Código de Ética Profissional do Serviço Social. Brasília: CFESS, 1975.

CFESS. Código de Ética Profissional do Serviço Social. Brasília: CFESS, 1986.

CFESS. Código de Ética Profissional do Serviço Social. Brasília: CFESS, 1993.

\_\_\_\_\_. Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social. Lei nº. 8662, jun, 1993.

COIMBRA, CMB. Neoliberalismo e direitos humanos. In: AMARANTE, P., org. Ensaios: subjetividade, saúde mental, sociedade [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000. Loucura & Civilização collection, pp. 257-265. ISBN 978-85-7541-319-7. Available from SciELO Books.

COSTA, G. **Saúde E Assistência: A Intersetorialidade Na Visão E Na Prática Dos Profissionais De Saúde Do Ambulatório Araújo Lima**. 2017. 78 f. Monografia (Graduação em Serviço Social). 78 f – Universidade Federal do Amazonas, Amazonas.

CURY, J. As Categorias. In: **Educação e Contradição**: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. SP: Cortez, 1992.

DARDOT, P.; LAVAL, C.. **A nova razão do mundo, : ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.p.

DEMO, Pedro. Definindo conhecimento científico. In: **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000. P.15-43.

ESTEVÃO, Ana Maria R. **O que é Serviço Social**. 2ª ed. São Paulo. Brasiliense, 2001.

FALEIROS, V. P. **O que é Política Social**. 5. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

\_\_\_\_\_ **Metodologia e Ideologia do Trabalho Social**. Cortez, São Paulo, 1985.

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos e MACIEL, Mariana Martins. **As políticas indigenistas e as lutas sociais indígenas: manifestações da questão social**. Temporalis, Brasília (DF), ano 19, n. 38, p. 70-86, jul./dez. 2019. ½ ISSN 2238-1856. Disponível <https://periodicos.ufes.br/temporalis>

GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GORDON, Hamilton. Teoria e Prática do Serviço Social de Casos. 2ª ed. Agir, São Paulo, 1979.

GUSMÃO N.M.M. Projeto e Pesquisa: Caminhos, Procedimentos, Armadilhas. In: LANG, Alice Beatriz S. Gordo (Org.). **Desafios da Pesquisa em Ciências Sociais**. SP: CERU, 2001.

GONDIM, Linda M.P; JACOB, Carlos Lima. **A Pesquisa como Artesanato Intelectual. Considerações sobre método e bom senso**. São Paulo, Ed. UFSCAR, 2006.

HILLMAN, Arthur. **Organização da Comunidade e Planejamento**. 3ª ed. São Paulo, Agir, 1956.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, M.V; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M.V. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital Financeiro e Questão Social**. 5a Edição. São Paulo. Cortez Editora, 2011.

IANNI, Octavio. **A Ditadura do Grande Capital**. Civilização Brasileira. 1981.

\_\_\_\_\_. **O ciclo da Revolução Burguesa**. 2ª Edição. Petrópolis. Vozes.1985.

KONOPKA, Gisela. **Trabalho Social de Grupo**. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social de Grupo: um processo de ajuda**. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

MARINHO, D. **A Dinâmica de Organização Sociopolítica da Comunidade do Puraquequara, Manaus-AM**. 2019. 79 f. Monografia (Graduação de Serviço Social). 79 f - Universidade Federal do Amazonas, Amazonas.

MARTINELLI, M. L. Seminário sobre metodologias qualitativas de pesquisa (abertura). In: M. L. MARTINELLI (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**: Veras Editora, 1999 (Série Núcleo de Pesquisa 1).

MARTINELLI, M.L. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 14ª edição. São Paulo: Cortez, 2010.

MARTINELLI, M. L. O uso de abordagens qualitativas em Serviço Social. In: M. L. MARTINELLI (Org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**: Veras Editora, 1999 (Série Núcleo de Pesquisa 1).

MAZZOTTI, A.J.A. A “Revisão da Bibliografia” em Teses e Dissertações: meus tipos inesquecíveis: o retorno. In: BIANCHETTI, L; MACHADO, A.M.N. **Bússola do Escrever Desafios e Estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações**. Editora da UFSC/Cortez Editora. Florianópolis/São Paulo, 2006.

MILLS C.R. O Artesão Intelectual. In: **Sobre o Artesanato Intelectual e Outros ensaios**. RJ: Zahar, 2009.

MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 23a. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**. 2ª. Ed. Cortez Editora. São Paulo, 2015.

MONTENEGRO, Rita de Cássia. **A criação da escola de Serviço Social de Manaus**. 1986. 126 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). 126 f – Pontifca Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MOTA, Ana Elizabete et. Al. (Orgs.). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 141-160.

NETTO, José Paulo. **Ensaio de um marxista sem repouso: seleção, organização e apresentação** Marcelo Braz. São Paulo: Cortez, 2017.

\_\_\_\_\_. O movimento de Reconceituação: 40 anos depois. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** No. 84. Ano XXVI. Novembro de 2005.

\_\_\_\_\_. Ditadura e Serviço Social. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16a. Edição. 1a. reimpressão. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. Cortez Editora. 2014.

NORTHEN, Helen. **Serviço Social com Grupos**. Rio de Janeiro, Agir, 1974.

OSÓRIO, J. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.

Pangaio, T. **O Assédio Sexual Contra As Mulheres Na Universidade Federal Do Amazonas (UFAM).** 2018. 50 f. Monografia (Graduação de Serviço Social). 50 f – Universidade Federal do Amazonas, Amazonas.

PARE, Simone. **Grupos e Serviço Social.** Porto Alegre, PUC, 1961.

PEREIRA, Camila Potyara. **Proteção social no capitalismo: crítica a teorias e ideologias conflitantes.** São Paulo: Cortez, 2016.

PRATES, Jane Cruz. **O planejamento da pesquisa.** *Temporalis*, Porto Alegre, ABEPSS, n. 7, 2003 a.

Projeto de Formação Profissional do Assistente Social da Universidade Federal do Amazonas, 2001.

Projeto de Formação Profissional do Assistente Social da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

RIBEIRO, Renato Janine. Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme. *Tempo Social*, **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, 1999.

RAÚL, Rojas Soriano. **Manual de Pesquisa Social** / Raúl Rojas Soriano: tradução de Ricardo Rosenbuch. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

RIOS, Terezinha Azevedo. **Ética e Competência.** 2ª. Ed. São Paulo, Cortez, 1994.

ROSS, Murray G. **Organização da Comunidade.** 3ª ed. Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 1964.

SALOMON, Délcio Vieira. Da Pesquisa Científica como Processo. In: **A maravilhosa Incerteza.** SP: Martins Fontes, 2004.

SANTOS, G. **Saúde do Trabalhador do Sus em Tempos de Precarização do Trabalho**. 2018. 100 f. Monografia (Graduação de Serviço Social). 100 f - Universidade Federal do Amazonas, Amazonas.

SAVIANI, Dermeval. Competência Política e Compromisso Técnico (o pomo da discórdia e o fruto proibido). **Revista Educação e Sociedade**, São Paulo, No. 15, Ano V, 1987.

SEVERINO, A.J. Pós-graduação e pesquisa: o processo de produção e de sistematização do conhecimento no campo educacional. In: BIANCHETTI, L; MACHADO, A.M.N. **Bussola do Escrever: Desafios e Estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações**. Editora da UFSC/Cortez Editora. Florianópolis/São Paulo, 2006.

SILVA, A. **Juizado Da Infância E Juventude Cível Frente Às Situações De Acolhimento Institucional Em Manaus**. 58 f. Monografia (Graduação de Serviço Social). 58 f - Universidade Federal do Amazonas, Amazonas.

SILVA, Márcia Perales Mendes. **Da Formação Profissional ao Exercício Profissional**. 1ª. Ed., Amazonas: UFAM, 2015.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira. **Serviço Social no Brasil. História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

SILVA, R. **Guarda Compartilhada Na Perspectiva Do Direito À Convivência Familiar - Um Estudo A Partir Das Ações De Guarda No PANUCVF**. 2016. 76 f. Monografia (Graduação de Serviço Social). 76 f – Universidade Federal do Amazonas, Amazonas.

SILVA, T. **Cultura E Organização Sociopolítica Das Mulheres Riberinhas Em Comunidade Amazônicas: Um Estudo Na Comunidade De São Lázaro Em Caapiranga /Am**. 2015. 107 f. Monografia (Graduação de Serviço Social). 107 f – Universidade Federal do Amazonas, Amazonas.



SILVA, W. **O Serviço Social No Sistema Prisional: Limites E Desafios Para O Trabalho Profissional Na Contemporaneidade**. 2015. 92 f. Monografia (Graduação de Serviço Social). 92 f – Universidade Federal do Amazonas, Amazonas.

SOARES, T. **Serviço Social e Justiça: As Ações Psicossociais e Jurídicas nos Processos de Crianças e Adolescentes**. 2019. 77 f. Monografia (Graduação de Serviço Social). 77 f – Universidade Federal do Amazonas, Amazonas.

SOUZA, Maria Luíza de. **Serviço Social e Instituição: a questão da participação**. 2ª. Ed., São Paulo: Cortez, 1984.

\_\_\_\_\_. **Questões Teórico-práticas do Serviço Social: o reconhecimento profissional**. São Paulo: Cortez, 1982.

SPOSATI, Aldaiza. **Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social**. 2007. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Rev. Katál. Florainópolis v. 10 n. esp. p. 15-25 2007.

STEIN, R. H. **A (nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento**. SER SOCIAL, [S. I.], n. 6, p. 133-168, 2009. DOI: 10.26512/ser\_social.v0i6.12853. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/12853](https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12853). Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

VASQUEZ, Adolf Sanchez. **Filosofia da Práxis**. 2ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VIANA, R. **Violência doméstica cometida pelo companheiro na relação marital: um olhar para as mulheres atendidas no Primeiro Juizado Maria da Penha**. 2017. 92 f. Monografia (Graduação de Serviço Social). 92 f – Universidade Federal do Amazonas, Amazonas.

YAZBEK, M. C. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS. ABEPSS. (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009. Disponível em: [http://www.prof.joaoantas.nom.br/materialdidatico/material/2\\_-](http://www.prof.joaoantas.nom.br/materialdidatico/material/2_-)

[Fundamentos históricos e teorico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade.pdf](#). Acesso em: 20 de setembro 2020.

\_\_\_\_\_. A dimensão política do trabalho do assistente social. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://scielo.br/j/sssoc/a/4RNYGqckdySpPrJ6cTmsBSQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 de dezembro de 2020.

\_\_\_\_\_. Serviço Social na Contemporaneidade. In.: **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. CFESS/ABEPSS 2009.

\_\_\_\_\_. O significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. CFESS/ABEPS, Brasília, 2009. Disponível em: < [http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/O\\_significado\\_socio\\_historico\\_da\\_profissao%20Yasbek.pdf](http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/O_significado_socio_historico_da_profissao%20Yasbek.pdf) > Acesso em 10 de janeiro de 2020.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A

**Quadro 1:** Categorias centrais e unidades de análise

CATEGORIAS CENTRAIS	UNIDADES DE ANÁLISE	PRINCIPAIS AUTORES	PRINCIPAIS DOCUMENTOS E LEGISLAÇÕES
Serviço social Tradicional	Emergência e desenvolvimento do Serviço Social no Brasil	Iamamoto e Carvalho (2005), Netto (2011), Martinelli (2010), Braz (2017)	Códigos de Éticas (1947, 1965, 1975, 1986) Lei de Regulamentação da Profissão (1957) Documentos de Araxá (1967) e Teresópolis (1970)
	Perspectiva teórico-metodológicas	Vasconcelos (2000), Netto (2011), Ammann (1984), Estevão (2006)	-
	A criação da Escola de Social do Amazonas	Montenegro (1986)	Grade Curricular da Formação Profissional do Assistente Social da UFAM; Grade Curricular da Formação Profissional do Assistente Social de São Paulo; Grade Curricular da Formação Profissional do Assistente Social do Rio de Janeiro
Serviço Social Renovador	Perspectivas: Modernizadora, Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura	Netto (2011) Marilda (2005)	Documento de Sumaré (1978), Documento Congresso da Virada (1979), Código de Ética (1993), Lei de Regulamentação da Profissão (1993);
Projeto Ético Político	Ética Profissional Diretrizes Curriculares Formação Profissional do Assistente Social;	Baçal (2009), Perales (2015)	Código de Ética (1993), Lei de Regulamentação da Profissão (1993); Diretrizes Curriculares da ABEPSS;
	Concepções de Serviço Social e Questão Social	Martinelli (2010), Bravo (2006), Mota (2007), Madel Luz, Yazbek (2009), Potyara (2008).	-
	Produção Científica no Serviço Social Pós-Novo Projeto de Formação Profissional	Base teórico-metodológica da dissertação	Trabalhos de Conclusão de Curso (2005-2009) do Curso de Serviço Social da UFAM.

**Fonte:** Elaboração da pesquisadora feita a partir da disciplina Dissertação de Pesquisa II, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, no 2º sem/2019

## APÊNDICE B

**Quadro 2:** Trajetória metodológica da pesquisa

OBJETIVO	METODOLOGIA	SUJEITO/ DOCUMENTO	TÉCNICA
1. Identificar as concepções de Serviço Social e Questão Social nos Trabalhos de Conclusão de Curso.	Revisão Bibliográfica sobre os conceitos de Serviço Social e Questão Social.	Livros e Textos sobre o assunto	Pesquisa bibliográfica
	Leitura e análise dos TCC's entre os anos de 2015 a 2019.	Trabalhos de Conclusão de Curso de 2015 a 2019	Pesquisa bibliográfica
2. Refletir sobre os principais autores utilizados e suas respectivas vinculações teóricas na construção dos TCCs.	Pesquisar a biografia dos autores utilizados nos TCC's.	Biografia	Pesquisa biográfica
	Leitura dos TCC's e mapeamento dos autores mais utilizados como suporte teórico e na construção do trabalho.	Trabalhos de Conclusão de Curso de 2015 a 2019	Pesquisa bibliográfica
	Mapeamento das vinculações teóricas dos autores mais frequentes presentes na construção dos TCC's.	Trabalhos de Conclusão de Curso de 2015 a 2019	Pesquisa bibliográfica
3. Investigar as principais perspectivas metodológicas utilizadas para realização da pesquisa.	Revisão Bibliográfica sobre metodologias nas Ciências Sociais e no Serviço Social.	Livros e Textos sobre o assunto	Pesquisa bibliográfica
	Leitura e análise dos TCC's entre os anos de 2015 a 2019.	Trabalhos de Conclusão de Curso de 2015 a 2019	Pesquisa bibliográfica
	Construção de tabelas e gráficos com os resultados obtidos.	Dados Estatísticos	Pesquisa quantitativa

**Fonte:** Elaboração da pesquisadora, 2020

## APÊNDICE C

**Quadro 3:** Monografias produzidas no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas entre 2015 e 2019, agrupadas por temas

Temas	Quantidade de TCC's por temas
Justiça	24
Criança E Adolescente	24
Saúde	21
Gênero	18
Sustentabilidade	18
Formação Profissional	14
Assistência Social	11
Idoso	10
Trabalho	9
LGBT	7
Habitação	6
Prática Profissional	6
Outros (Diretos Humanos, Segurança Pública, Assédio Moral, Drogas, Discentes de Serviço Social e Políticas Afirmativas)	6
Conselho Tutelar, Movimentos Sociais E Organização Política	5
Empresa	4
Educação	3
Família	2
Pessoa com Deficiência	2
Previdência Social	2

**Fonte:** Elaboração da Pesquisadora, 2020.

## APÊNDICE D

**Quadro 4:** Categorização das monografias a partir dos temas, resumos, objetivos e estrutura dos trabalhos

TCC's	TEMAS	RESUMOS	OBJETIVOS	ESTRUTURA DOS TRABALHOS
TCC 1	Saúde	<p>“A Saúde do Trabalhador do Sistema Única de Saúde se constitui como uma área de estudo importante, face às novas relações de trabalho que vêm contribuindo negativamente nas condições de saúde e segurança no trabalho. O objetivo geral dessa pesquisa foi analisar a visão dos profissionais do Hospital Universitário Getúlio Vargas e Ambulatório Araújo Lima quanto à atuação das equipes do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) e do Serviço de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho (SOST) dando enfoque aos casos de acidentes de trabalho ocorridos nos</p>	<p>“Geral: analisar a visão dos profissionais do Hospital Universitário Getúlio Vargas e Ambulatório Araújo Lima quanto à atuação das equipes do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) e do Serviço de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho (SOST) dando enfoque aos casos de acidentes de trabalho ocorridos nos últimos 2 anos no HUGV”.</p>	<p>Introdução; Capítulo 1 – Mudanças no mundo do trabalho e sua relação com a saúde do trabalhador. 1.1 A Passagem do Trabalho Ontológico para o Trabalho Alienado. 1.2 O Mundo do Trabalho e a saúde do trabalhador Capítulo 2- O Sistema Único de Saúde e a saúde do trabalhador. 2.1 Criação do SUS e saúde do trabalhador: precedentes históricos. 2.2 Saúde do trabalhador após a implementação do SUS 2.3 A Saúde e o Trabalho no Hospital Universitário Getúlio Vargas e Ambulatório Araújo Lima Capítulo 3 – A Promoção da saúde do trabalhador do SUS: Avanços e Limites 3.1 A Saúde do Trabalhador em tempos de neoliberalismo 3.2 Trabalho precarizado e acidentes de trabalho</p>

		<p>últimos 2 anos no HUGV. Além disso, pretendeu-se discutir as metamorfoses no mundo do trabalho e sua relação com a saúde do trabalhador tomando como referência a realidade no HUGV, bem como averiguar a visão dos profissionais do HUGV quanto à saúde e acidente de trabalho dentro do ambiente hospitalar e verificar a relação das equipes de saúde e segurança no trabalho (SIASS e SOST) com os profissionais do HUGV. A pesquisa é do tipo explicativa, tendo como sujeitos os profissionais da área de enfermagem do HUGV e AAL. Quanto ao instrumento de coleta de dados, foi utilizado um formulário com perguntas abertas e fechadas. Esta pesquisa permitiu</p>		<p>3.3 As Equipes de Saúde e Segurança do Trabalho (SIASS e SOST);  Conclusão;  Referências;  Apêndices:  Formulário e Termo de Compromisso Livre e Esclarecido;  Anexos: Anuência de Gerência de Ensino e Pesquisa; Autorização do Comitê de Ética em Pesquisa.</p>
--	--	---	--	--

		<p>observar as condições de saúde e segurança no trabalho que os profissionais do HUGV e AAL estão suscetíveis bem como verificar que, após a entrada da EBSEH para administrar o Hospital, houve uma diferenciação na atenção à saúde do trabalhador com vínculo empregatício com a UFAM e com vínculo empregatício com a EBSEH.</p> <p>Concluímos de maneira geral que os profissionais enfrentam cotidianamente uma rotina de trabalho carregada de desafios que se refletem em sua saúde física e mental, como a sobrecarga de trabalho e a falta de ações mais efetivas por parte das equipes de saúde e segurança do trabalho.</p>		
--	--	--	--	--



		<b>PALAVRAS-CHAVE:</b> Saúde; Trabalho; Saúde do Trabalhador; SUS”		
TCC 2	Sociojurídico	O enfoque deste trabalho é a percepção da guarda compartilhada na perspectiva da legitimação do direito à convivência familiar a partir do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. A guarda compartilhada é a modalidade de guarda que melhor se apresenta para estabelecer uma relação de afetividade, de garantir a convivência familiar e os direitos das crianças e adolescentes. Com o intuito de realizar um estudo mais conciso a respeito da temática, a metodologia desta pesquisa deu-se a partir da análise documental de processos que resultaram em	Buscar compreender o funcionamento e a aplicabilidade da guarda compartilhada na garantia do direito à convivência familiar a partir da análise das ações de guarda realizadas no Polo Avançado do Núcleo de Conciliação das Varas de Família (PANUCVF).	Introdução; Capítulo 1: A família e sua trajetória; 1.1 A família em seu contexto histórico e social; 1.2 As “novas” configurações familiares; 1.3 Do pátrio poder ao poder familiar: histórico, conceitos e transformações; Capítulo II: O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente e a garantia do direito à convivência familiar; 2.1 Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente; 2.2 o ECA e a garantia do direito à convivência familiar; Capítulo III: O Instituto da Guarda; 3.1 Aspectos históricos, conceitos e tipos de guarda; 3.1.1 Guarda Unilateral; 3.1.2 Guarda Compartilhada; 3.2 Guarda Compartilhada e sua Aplicabilidade; 3.3 Guarda Compartilhada na

		<p>guarda compartilhada, sendo o lócus da pesquisa o Polo Avançado do Núcleo de Conciliação das Varas de Família (PANUCVF), seguindo uma abordagem dialética, com análise documental e bibliográfica. Realizou-se um levantamento das ações de guarda iniciadas na referida instituição entre os anos de 2014 e 2015, num período de 24 meses, resultando num total de 270 processos. Como o enfoque desta pesquisa é a guarda compartilhada a análise deu-se somente nos processos em optou-se pelo compartilhamento da guarda, totalizando 25 processos, seguindo os padrões da pesquisa exploratória, considerando os</p>		<p>ótica do Serviço Social; 3.4 Análises das ações de guarda no PANUCVF; 3.4.1 Polo Avançado do Núcleo de Conciliação das Varas de Família; 3.4.2 Discussões e resultados das análises dos dados coletados na Pesquisa de Campo; 5. Considerações Finais; 6. Referências; Apêndice</p>
--	--	--	--	--

		<p>aspectos quantitativos.</p> <p>Quanto aos resultados gerais da pesquisa, dos 270 processos iniciados entre 2014 e 2015, 134, cerca de 49,63%, não obtiveram acordo, e 131, 48,52%, foram satisfatórios resultando num acordo entre os interessados, já 5 processos, equivalente a 1,85% dos processos encontram-se em andamento na instituição. Dos 131 processos de guarda que finalizaram com acordo apenas 19,1% foram deferidos na modalidade de guarda compartilhada, totalizando 25 processos. O estudo revelou que é preciso encontrar formas de fomentar a guarda compartilhada como garantia da convivência saudável entre os filhos e os</p>		
--	--	---	--	--

		<p>genitores. Orientar, realizar campanhas, empoderarse e empoderar os usuários são formas de contribuir significativamente para que a guarda compartilhada supra as necessidades básicas de uma boa relação entre todos os interessados na ação, principalmente os filhos, e possa garantir o direito à convivência familiar.</p> <p><b>Palavras-chave:</b> Guarda compartilhada; Direito a a convivência familiar; Serviço Social.</p>		
TCC 3	Saúde	<p>A intersectorialidade nas políticas sociais representa uma perspectiva de integralidade entre as políticas setoriais, objetivando a garantia de acesso aos serviços de tais políticas, visto que os sujeitos apresentam</p>	<p>Geral: Analisar intersectorialidade entre as políticas de Saúde e Assistência a partir da prática e da visão dos profissionais de saúde do Ambulatório Araújo Lima. Específicos: 1. Discutir a intersectorialidade entre as políticas de saúde e assistência social no trabalho dos</p>	<p>Introdução; CAPÍTULO I: o sistema único de saúde, o sistema único de assistência social e a intersectorialidade;</p> <p>1.1 A política de Saúde no Brasil 1.1.1 Uma breve abordagem histórica</p>

		<p>demandas complexas na realidade. Neste aspecto, os Determinantes Sociais de Saúde influenciam a ocorrência de problemas de saúde e seus fatores de risco na população. O enfoque desta pesquisa está voltado às políticas de saúde e assistência social. O Sistema Único de Saúde – SUS e o Sistema Único da Assistência Social – SUAS são sistemas que preveem uma prática intersetorial com vistas a conceder maior alcance dos serviços aos usuários. A presente pesquisa teve como propósito analisar a intersetorialidade entre as políticas de Saúde e Assistência a partir da prática e da visão dos profissionais de saúde do Ambulatório Araújo Lima, destacando a discussão sobre</p>	<p>profissionais de saúde do Ambulatório Araújo Lima; 2. Compreender a percepção dos profissionais de saúde acerca de sua atividade de trabalho na perspectiva intersetorial e 3. Identificar os dissensos e consensos entre as concepções de intersetorialidade dos profissionais de saúde do Ambulatório Araújo Lima.</p>	<p>1.1.2 Princípios e Diretrizes do SUS</p> <p>1.2 A política de Assistência Social no Brasil</p> <p>1.3 A intersetorialidade nas políticas sociais</p> <p>CAPÍTULO II: A intersetorialidade na atuação dos profissionais da saúde e da assistência social</p> <p>2.1 Os Determinantes Sociais de Saúde e a necessidade de uma ação integrada</p> <p>2.2 A intersetorialidade na prática dos profissionais da Saúde</p> <p>2.3 A intersetorialidade na prática dos profissionais da Assistência Social</p> <p>CAPÍTULO III: Os profissionais de saúde e a intersetorialidade no ambulatório Araújo Lima</p> <p>3.1 Conhecendo os principais serviços do Ambulatório Araújo Lima – AAL</p>
--	--	--	---	---

		<p>intersetorialidade entre as políticas de saúde e assistência social no exercício profissional dos servidores do Ambulatório Araújo Lima; a percepção dos profissionais de saúde em relação ao seu exercício profissional na dimensão intersetorial para a viabilização de direitos e a identificação dos dissensos e consensos entre as concepções de intersetorialidade dos profissionais de saúde do Ambulatório Araújo Lima. Para isso, a investigação se apoiou na pesquisa bibliográfica, na pesquisa documental e na pesquisa de campo. Para a coleta de dados e informações foi aplicado um formulário (Apêndice B), com questões abertas e fechadas aos profissionais da</p>		<p>3.2 Breve perfil dos profissionais do Ambulatório Araújo Lima;</p> <p>3.3 A intersetorialidade na visão e na prática dos profissionais de saúde do Ambulatório Araújo Lima</p> <p>CONSIDERAÇÕES  FINAIS  REFERÊNCIAS;  APÊNDICES;  ANEXOS;</p>
--	--	---	--	---

		<p>saúde do Ambulatório Araújo Lima. A pesquisa preocupou-se em entender a percepção dos profissionais sobre a intersectorialidade e a sua importância para a viabilização de direitos. Constatou-se que existem desafios para a construção de uma ação intersectorial entre as políticas públicas, além das discrepâncias relacionadas ao conceito de intersectorialidade e por fim, os obstáculos para a ocorrência da dimensão intersectorial na rotina dos profissionais que atuam no Ambulatório. No entanto, apesar dos desafios para a efetivação da intersectorialidade, existem possibilidades para sua construção, em função do</p>		
--	--	---	--	--

		<p>investimento em educação e saúde.</p> <p>Palavras-chave: Saúde; Assistência Social; Determinantes Sociais de Saúde; Intersetorialidade; Profissionais da Saúde</p>		
TCC 4	Criança e Adolescente	<p>Este trabalho é fruto de uma pesquisa realizada no Juizado da Infância e Juventude Cível através da consulta dos processos que tramitam no referido Juizado, com intuito de identificar as demandas do Serviço Social do Juizado da Infância e Juventude Cível que resultaram no acolhimento institucional de crianças e adolescentes na cidade de Manaus. A pesquisa foi analisada a partir de uma perspectiva materialista histórica, configurando-se como ciência</p>	<p>Geral: analisar as demandas do Serviço Social do Juizado da Infância e Juventude Cível que se apresentam com maior veemência e resultam no acolhimento institucional de crianças e adolescentes na cidade de Manaus. Específicos: 1. Identificar o perfil das famílias e das crianças acolhidas 2. Caracterizar as questões que implicaram no acolhimento institucional desses sujeitos e 3. Refletir acerca das políticas públicas sociais e sua aplicabilidade no contexto do acolhimento institucional.</p>	<p>Introdução</p> <p>Capítulo I – Alguns Recortes sobre a Trajetória da Infância e Adolescência no Brasil</p> <p>1.1 A Trajetória da Infância e Adolescência no Brasil</p> <p>1.2 Aspectos Históricos do Estatuto da Criança e do Adolescente</p> <p>1.2.1 A Criação do Estatuto da Criança e do Adolescente</p> <p>1.2.2 O Sistema de Garantia de Direitos</p> <p>1.3 A Prática do Abandono e o Acolhimento Institucional como Alternativa de Proteção</p> <p>1.4 A Política Social No Contexto Do Acolhimento Institucional</p> <p>Capítulo II – As Modificações Sociais e</p>



		<p>filosófica do marxismo, em que no processo de desvelar a realidade concreta permitirá reconstruí-lo e apreender sua complexidade essencial como expressão de relações sociais. Da pesquisa constatou-se que o âmbito familiar dos que se encontram em unidades acolhedoras vivenciam situações de vulnerabilidade social e desassistidos em relação às políticas sociais de apoio, o que contribui para a reprodução das situações por eles vivenciados.</p> <p>Diante disso, tendo em vista que ações articuladas com as redes de atenção e apoio podem oferecer maiores opções de atendimento, bem como contribuir para a superação de suas condições, é nessa perspectiva</p>		<p>seus Impactos na Dinâmica Familiar</p> <p>2.1 História e Cultura da Família</p> <p>2.2 A Família Enquanto Entidade de Proteção</p> <p>2.3 A Violação de Direitos e os Impactos nos Sujeitos em Desenvolvimento</p> <p>2. 4 Desafios e Perspectivas</p> <p>Conclusão</p> <p>Referências Bibliográficas</p> <p>Anexo</p> <p>Apêndice</p>
--	--	---	--	---

		<p>que se deve pensar não só a família, mas o contexto em que se inserem, compreendê-la em sua totalidade e potencializá-la para sua autonomia.</p> <p><b>Palavras-chave:</b>          Infância e          Juventude –          Proteção Familiar –          Vulnerabilidade Social.</p>		
TCC 5	Sociojurídico	<p>Intitulada O Serviço Social no Sistema Prisional: limites e desafios para o trabalho profissional na contemporaneidade, realizada no ano de 2014, pensada a partir de inquietações da pesquisadora sobre o funcionamento do trabalho profissional dos Assistentes Sociais no Sistema Prisional, essa pesquisa teve o objetivo de analisar o trabalho profissional do Serviço Social no</p>	<p>Geral: analisar o trabalho profissional no sistema prisional de Manaus, bem como desvendar seus limites e possibilidades no sentido de contribuir para avanços no trabalho profissional e seu compromisso de assegurar direitos, contribuir para a construção de uma nova ordem societária e, ainda, desmistificar a realidade profissional no sistema prisional. Específicos 1. Discutir as expressões da questão social presentes no espaço ocupacional do assistente social da Unidade Prisional do</p>	<p>Introdução; Capítulo 1: O Serviço Social na sociedade brasileira: um mosaico de possibilidades; 1.1 Serviço Social como produto e produtor da história; 1.2 As transformações societárias e os desafios para a formação em Serviço Social; 1.3 Serviço Social e Política Social: qual a relação?; Capítulo 2: Os Espaços Socio-Ocupacionais do Serviço Social: a discussão sobre o trabalho profissional; 21. Serviço Social como trabalho: os</p>

		<p>Sistema Prisional de Manaus, bem como desvendar seus limites e possibilidades no sentido de contribuir para avanços no trabalho profissional e seu compromisso de assegurar direitos, construir uma nova ordem societária e, ainda, desmistificar a realidade profissional no sistema prisional. Dessa maneira, o estudo discutiu as expressões da questão social presentes no espaço ocupacional do assistente social da Unidade Prisional do Puraquequara (UPP); identificou as ações e demandas do Serviço Social, bem como suas atribuições e competências junto aos internos da UPP; investigou os limites, desafios e possibilidades ao trabalho profissional do Serviço Social na UPP. Para tanto, nos</p>	<p>Puraquequara (UPP); 2. Identificar as ações e demandas do Serviço Social, bem como suas atribuições e competências junto aos internos da UPP; 3. Investigar os limites, desafios e possibilidades ao trabalho profissional do Serviço Social na UPP.</p>	<p>processos de trabalho do assistente social; 2.2 O espaço sócio-ocupacional do Serviço Social: o Sistema Prisional em análise; 2.3 O trabalho profissional do assistente social: possibilidades ou alienação? Capítulo 3: A inserção do Serviço Social no sistema prisional: o retrato do trabalho profissional no Amazonas; 3.1 A emergência do Serviço Social no Sistema Prisional; 3.2 Investigação acerca da realidade social: conhecendo a Unidade Prisional do Puraquequara; 3.3 O Serviço Social na Unidade Prisional do Puraquequara: entre a ilusão do servir e o trabalho profissional. Considerações Finais; Referências; Apêndices</p>
--	--	--	---	--

		<p>apoiamos numa concepção teórico-metodológica que busca entender a realidade numa perspectiva de totalidade, que aborda a questão social nas suas múltiplas dimensões – social, econômica, política, cultural e ambiental – e que entende que as contradições existentes entre capital e trabalho influenciam diretamente no trabalho profissional do serviço social. Para a realização da pesquisa nos utilizamos da pesquisa bibliográfica com vistas a uma aproximação e compreensão de algumas categorias analíticas – Sistema Prisional, Serviço Social e Trabalho – e, também, a produção textual referente a essas categorias, o que nos auxiliou na sua discussão. Tivemos</p>		
--	--	--	--	--

		<p>como sujeitos de pesquisa as três das quatro assistentes sociais inseridas no referido espaço sócio-ocupacional, tendo em vista a recusa em participar por parte de uma das profissionais. Utilizamos o método quantiqualitativo, tendo em vista a aplicação de um formulário semiestruturado, com questões abertas e fechadas, que possibilitou a obtenção de dados quantitativos e qualitativos, que foram analisados posteriormente, auxiliando a construção deste estudo monográfico. Do exposto, a pesquisa nos possibilitou identificar que dentre as principais expressões da questão social presente na Unidade Prisional do Puraquequara estão a violência (nas suas múltiplas</p>		
--	--	--	--	--

		<p>dimensões),  drogadição,  desemprego,  inacesso à educação  (baixa  escolaridade); no  que concerne ao  serviços ofertados  na unidade com  vista à suprir as  demandas dos  internos, temos:  credenciamento de  familiares para  visitas, emissão de  documentos,  reconhecimento de  paternidade e  viabilização do  acesso à serviços e  saúde e  previdenciários  (FGTS e Auxílio-  reclusão); quanto  aos limites para o  trabalho  profissional no  espaço  sócioocupacional,  foram citados os  próprios apenados,  mas também o  envolvimento das  profissionais nas  atividades; como  desafio identificou-  se a questão da  ressocialização do  interno, após o  cumprimento da</p>		
--	--	--	--	--

		<p>pena e como possibilidades para o trabalho profissional foi citado a questão do cumprimento de pena para apenados dependentes químicos em clínicas de reabilitação, bem como a construção de estratégias para atuação profissional.</p> <p><b>Palavras-chave:</b> Serviço Social; Sistema Prisional; Trabalho; Questão Social</p>		
TCC 6	Sustentabilidade	<p>A partir da década de 1960 e 1970 a discussão acerca da participação feminina, emergiu na sociedade e se deu por meio da luta pela equidade de direitos e a superação das desigualdades entre homens e mulheres. No contexto amazônico a luta ocorreu em prol do reconhecimento da contribuição e participação das mulheres, no contexto em que</p>	<p>Geral: Analisar as formas de organização sociopolítica e cultural das mulheres ribeirinhas de São Lázaro em Caapiranga- AM.</p> <p>Específicos: 1. Identificar as formas de organização sociopolítica das mulheres de São Lázaro e 2. Caracterizar as práticas culturais desenvolvidas por estas mulheres.</p>	<p>Introdução; Capítulo 1: Organização Cultural e movimentos sociais no Brasil: uma leitura a partir da década de 80; 1.1 Concepções de cultura em debate; 1.2 Movimentos sociais no Brasil: limites e perspectivas no debate contemporâneo; 1.3 Práticas socioculturais no contexto Amazônico: Caracterização do Lócus da Pesquisa; 1.3.1 Caracterização do Município de Caapiranga; 1.3.2</p>

		<p>estão inseridas, principalmente nas comunidades ribeirinhas. Desde sempre as mulheres estiveram presentes na construção histórica, porém não aparecem enquanto seres sociais detentores da sua própria história, uma vez que a história sempre foi contada por figuras masculinas. Na realidade da Amazônia é possível perceber através das pesquisas já realizadas na área que as mulheres possuem um papel preponderante em relação às suas famílias e a sociedade. Neste contexto a pesquisa foi realizada a partir do Edital 32 do CNPq que trabalha com a temática de Gênero e principalmente para que fosse possível uma maior reflexão acerca da realidade das mulheres Amazônicas, uma</p>		<p>Comunidade São Lázaro; Capítulo 2: Organização sociopolítica e cultural das mulheres ribeirinhas de São Lázaro; 2.1 Organização sócio-cultural em comunidades ribeirinhas na Amazônia; 2.2 Organização das Mulheres da Comunidade de São Lázaro; 2.2 Perfil das mulheres de São Lázaro; Considerações Finais; Referência; Anexos</p>
--	--	---	--	---



		<p>vez que os estudos voltados para gênero são recentes na realidade das comunidades. A pesquisa foi realizada com as mulheres da comunidade de São Lázaro (Dominginhos) que está localizada no município de Caapiranga/AM. A fim de poder contribuir para a discussão acadêmica, foram identificadas as formas de Organização destas mulheres e caracterizadas as práticas culturais no âmbito comunitário. O objetivo geral da pesquisa foi : Analisar as formas de organização sociopolítica e cultural das mulheres ribeirinhas de São Lázaro em Caapiranga- AM e os objetivos específicos : Identificar as formas de organização</p>		
--	--	---	--	--

		<p>sociopolítica das mulheres de São Lazaro e Caracterizar as práticas culturais desenvolvidas por estas mulheres. Para a realização da pesquisa foi utilizada a metodologia específica de um estudo de caso, constando instrumentos e técnicas de caráter qualitativo e quantitativo, foram aplicados 12 formulários com Mulheres maiores de 18 anos da comunidade. Na perspectiva de alguns autores a mulher ribeirinha, além de contribuir para o lugar onde vive, interage no espaço e possui características bem singulares. Nesta perspectiva de análise, o presente estudo se constituiu de fundamental relevância às organizações locais, contribuindo no processo de</p>		
--	--	---	--	--

		<p>reflexão teórica, bem como sendo possível a utilização dos resultados no auxílio de possíveis políticas voltadas para este público e para as demais comunidades, em geral, sem desconsiderar as particularidades. Ao mesmo tempo, a pesquisa contribuiu no processo de formação e qualificação da discente no exercício da pesquisa científica.</p> <p>Palavras Chave : Mulheres Ribeirinhas; Organização Sociopolítica; Cultura.</p>		
TCC 7	Gênero	<p>Este projeto buscou uma abordagem sobre a violência doméstica contra a mulher, a qual se encontra intrinsecamente relacionada às relações de gênero e de poder na sociedade patriarcal. Teve como objetivo</p>	<p>Verificar em que sentido ocorre os maus tratos de mulheres no âmbito da violência doméstica, especialmente na relação marital, remetendo para a verificação deste problema social no Primeiro Juizado Maria da Penha em Manaus.</p>	<p>Introdução; Capítulo 1: a crescente problemática da violência doméstica na sociedade brasileira; 1.1 O conflito conjugal e a emergência da violência doméstica; 1.2 A luta das mulheres e a conquista da Lei Maria da Penha; 1.3 As tipologias da violência doméstica na</p>

		<p>verificar em que sentido ocorre os maus tratos de mulheres no âmbito da violência doméstica, especialmente na relação marital, remetendo para a verificação deste problema social no Primeiro Juizado Maria da Penha em Manaus. A origem da violência contra a mulher está diretamente relacionada ao patriarcado e ao sistema capitalista que reforça a inferioridade feminina em termos de atuação no mercado de trabalho, sem desvinculá-la da esfera privada e das atividades domésticas, historicamente construídas com base na desigualdade de gênero. Embora tenha ocorrido avanços na legislação brasileira e nas conquistas das mulheres, a</p>		<p>Lei Maria da Penha; Capítulo 2: Perfil das mulheres vítimas de violência doméstica atendidas na primeira Vara Maria da Penha e o Serviço Social; 2.1 Mulheres violentadas, quem somos? 2.2 As agressões sofridas pelas mulheres atendidas no Primeiro Juizado Maria da Penha; 2.3 O trabalho desenvolvido pelo Serviço Social no Juizado; Capítulo 3: Primeiro Juizado Maria da Penha: locus da pesquisa; 3.1 Caracterização do Primeiro Juizado Maria da Penha; 3.2 O trabalho da Equipe Multidisciplinar no Primeiro Juizado Maria da Penha; Considerações Finais; Referências; Apêndices; Anexos.</p>
--	--	---	--	---

		<p>violência doméstica continua com índices elevados na sociedade brasileira. Esta pesquisa realizada no Primeiro Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica contra a Mulher, assume as orientações das abordagens qualitativas sem excluir os aspectos quantitativos.</p> <p>Dentre os múltiplos resultados obtidos ficou claro que a violência doméstica se estabelece tanto no âmbito da relação conjugal quanto na situação de separação do casal, em que o homem ainda se vê como “dono” da mulher, exercendo uma dominação sobre ela. Pode-se dizer, por fim, que as mulheres continuam em situação de violência após a separação conjugal, o que acarreta</p>		
--	--	--	--	--

		<p>prejuízo à sua saúde e à sua psique.</p> <p>Palavras-chave:</p> <p>Violência Doméstica, Relação de Gênero e Patriarcado.</p>		
TCC 8	Gênero	<p>O assédio sexual consiste em comentários, gestos obscenos, e de uma abordagem indesejada e atitudes e ações inconvenientes que provocam desconforto as vítimas desse ato, que pode afetar a dignidade a liberdade de ir e vir, o psicológico desta pessoa. O objetivo geral do trabalho foi analisar os principais casos de assédio sexual contra as mulheres no âmbito acadêmico, no locus da Universidade Federal do Amazonas, campus Manaus no ano de 2017 e 2018. A metodologia adotada foi a empírica, que consiste em observar, analisar,</p>	<p>Geral: analisar as principais os casos de assédio sexual contra as mulheres no âmbito acadêmico, no <i>locus</i> da Universidade Federal do Amazonas, campus Manaus no ano de 2017. Específicos: identificar o perfil das mulheres que sofreram violência do assédio sexual; analisar os casos de assédio sexual; analisar as legislações da Universidade Federal do Amazonas pertinentes a assédio sexual.</p>	<p>Introdução; Capítulo 1: Violência como tipificação de assédio: elementos teóricos; 1.1 Violência e suas variações; 1.2 Relação de gênero na abordagem do assédio sexual no trabalho: adição e atributos; 1.3 A construção conceitual diante da amplitude do fenômeno assédio sexual, enquanto expressão da questão social; Capítulo 2: uma breve contextualização histórica sobre patriarcado e sobre a Universidade Federal do Amazonas; 2.1 A diferença dos sexos; 2.2 Histórico da Universidade Federal do Amazonas; 2.3 Estatuto e Regime Geral; Capítulo 3: Uma análise acerca do assédio sexual na Universidade Federal do Amazonas; 3.1 Identificação do perfil</p>

		<p>             pessoas que vivenciaram diretamente tal fato utilizando um método de abordagem de BARDIN (2011) de análise de conteúdo tendo como objetivo uma análise crítica quantitativa e qualitativa, de entrevistas e análise. Dentre os principais resultados estão os perfis das mulheres, sua classe econômica e que apenas 10% delas fizeram denúncias aos órgãos competentes e o que a universidade poderia fazer para coibir o assédio sexual na universidade, com um alcance de maior visibilidade a todo o corpo acadêmico.           </p> <p>             Palavras-chave:              Assédio sexual, universidade, mulher, violência, sexíssimo.           </p>		<p>             das informantes; 3.2 Os casos de Assédio Sexual e Legislação da Universidade Federal do Amazonas; Considerações Finais; Referências.           </p>
--	--	--	--	---

TCC 9	Criança e Adolescente	<p>O presente trabalho tem por objetivo refletir sobre as ações psicossociais e jurídicas presentes nos processos de crianças e adolescentes, considerando particularmente as ações dos assistentes sociais do Juizado da Infância e Juventude Cível na execução das audiências realizadas nas Unidades de Acolhimento para crianças e adolescentes existentes em Manaus. Para isso, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificar a situação pessoal das crianças e adolescentes, a partir dos processos de instituições acolhedoras;</li> <li>2. Conhecer as ações psicossociais referente às crianças e adolescentes acolhidas;</li> <li>3.</li> </ol>	<p>Geral: refletir sobre as ações psicossociais e jurídicas presentes nos processos de crianças e adolescentes, considerando particularmente as ações dos assistentes sociais do Juizado da Infância e Juventude Cível na execução das audiências realizadas nas Unidades de Acolhimento para crianças e adolescentes existentes em Manaus.</p> <p>Específicos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificar a situação pessoal das crianças e adolescentes, a partir dos processos de instituições acolhedoras;</li> <li>2. Conhecer as ações psicossociais referentes às crianças e adolescentes acolhidas;</li> <li>3. Investigar as ações jurídicas direcionadas às crianças e adolescentes acolhidos.</li> </ol>	<p>Introdução; Capítulo 1: A história da Infância e as políticas públicas; 1.1 Noção de infância x criança na sociedade; 1.2 As políticas públicas voltadas à infância; 1.3 A infância: o olhar jurídico; 1.4 A infância e o acolhimento institucional hoje; Capítulo 2: as ações psicossociais e jurídicas nos processos de crianças e adolescentes; 2.1 A Situação das crianças e adolescentes em instituições acolhedoras a partir dos processos; 2.2 As ações psicossociais voltadas às crianças e adolescentes acolhidas; 2.3 As ações jurídicas direcionadas as crianças e adolescentes acolhidas; Conclusão; Referências; Anexos.</p>
-------	-----------------------	---	--	--



		<p>Investigar as ações jurídicas direcionadas às crianças e adolescentes acolhidos. Quanto à metodologia, a pesquisa foi de cunho bibliográfico e documental por meio do levantamento das atas de audiências concentradas relacionadas aos processos de crianças e adolescentes durante o ano de 2018 das 9 instituições acolhedoras. Os resultados apontaram que a predominância nas unidades de acolhimento é de crianças que foram levadas ao acolhimento por negligência, risco pessoal e social, em sua maioria permanecem em medida protetiva de acolhimento por pelo menos 1 ano, tempo necessário para que seja viabilizada seu</p>		
--	--	---	--	--

		<p>retorno ao convívio familiar. As ações que determinam o retorno ao seio familiar, predomina o de fortalecimento de vínculos ou destituição, tomadas em conjunto pela equipe psicossocial acolhida pelo judiciário. Portanto, as ações voltadas à proteção das crianças e o adolescentes intentam que seus direitos sejam garantidos.</p> <p>Palavras-chave: Infância e Juventude, Judiciário, Acolhimento Institucional.</p>		
TCC 10	Sustentabilidade	<p>O estudo insere-se no debate sobre os movimentos sociais e especificamente a organização social e política das comunidades amazônicas. O estudo abrange uma análise acerca da realidade da comunidade denominada</p>	<p>Geral: Identificar a dinâmica das diferentes formas de organização sociopolítica desta Comunidade. Específicos: 1. Mapear as formas de organização sociopolítica da comunidade do Puraquequara; 2. Analisar as práticas políticas das organizações sociais da</p>	<p>Introdução; Capítulo 1: Movimentos Sociais: paradigmas tradicionais e contemporâneos; 1.1 Paradigma clássico: abordagens nas ciências sociais norte americanas; 1.2 Paradigmas europeus: abordagens marxistas e dos Novos Movimentos Sociais;</p>

		<p>Puraquequara, localizada no município de Manaus, cujo objetivo se detém em identificar a dinâmica das diferentes formas de organização sociopolítica desta comunidade. Para o alcance deste objetivo buscou-se inicialmente mapear as formas de organização sociopolíticas da comunidade do Puraquequara; a partir disso, desdobrou-se em analisar as práticas políticas das organizações sociais da comunidade do Puraquequara; por conseguinte, desvelar o processo de participação social dos moradores da comunidade do Puraquequara, Manaus-AM.</p> <p>Destarte, o presente estudo traz em seu bojo uma discussão críticoanalítica baseada em uma</p>	<p>comunidade do Puraquequara, Manaus-AM; 3. Desvelar o processo de participação social dos moradores da comunidade do Puraquequara, Manaus-AM.</p>	<p>1.3 Movimentos sociais: América Latina e Brasil na era da participação; 1.4 Participação social: elemento na organização sociopolítica da comunidade; Capítulo 2: Comunidade: configuração histórica e determinantes contextuais da organização comunitária; 2.1 Comunidade: categoria eivada de contradições; 2.2 Comunidade amazônica: configuração sócio histórica e cultural; 2.3 Comunidade amazônica: elementos constituintes da dinâmica sociopolítica; Capítulo 3: Organização sociopolítica da Comunidade do Puraquequara; 3.1 Configuração sociohistórica da comunidade do Puraquequara 3.2 Infraestrutura e acesso a bens e serviços sociais na comunidade do Puraquequara; 3.3 Dinâmica organizativa</p>
--	--	---	---	---

		<p>perspectiva dialética sobre as formas de organização política e sua dinâmica na comunidade do Puraquequara, Manaus-AM, a partir de uma abordagem de natureza quanti-qualitativa. O estudo vincula-se ao projeto piloto “Sustentabilidade das Práticas de Economia da Cultura dos Moradores do Puraquequara, em Manaus –AM”, modalidade Bolsa Produtividade do CNPq e ao Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia. Há a partir das pesquisas realizadas pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento</p>		<p>e perfil das lideranças da comunidade do Puraquequara; Considerações Finais; Referências; Apêndices</p>
--	--	--	--	--

		<p>de Tecnologias Sociais no Amazonas – Grupo Inter-Ação, propriedade nos debates acerca das organizações sociais e políticas no contexto amazônico, considerando suas particularidades e a diversidade cultural, social e política existente na região. Para tanto, os instrumentais que subsidiaram o processo de coleta de dados foram a Observação Sistemática, Registro em Caderno de Campo; Registro Fonográfico, Fotográfico, Roteiros de Entrevistas e Formulário Socioeconômico. Participaram da pesquisa 38 comunitários através da aplicação de formulário Socioeconômico e conversas informais e 2 lideranças de organizações da</p>		
--	--	--	--	--

		<p>comunidade a partir de realização de entrevistas. A partir do estudo realizado constatou-se que as formas de organização na comunidade do Puraquequara são diversificadas com considerável potencial de mobilização; suas lideranças atuam na busca pela viabilização do acesso a bens e serviços sociais. No entanto, foram percebidas algumas limitações quanto a capacidade de articulação entre as organizações pertencentes a comunidade para que os processos de participação social dos comunitários sejam fortalecidos. Os resultados obtidos na pesquisa têm grande pertinência na formulação de subsídios para as práticas de organização sociopolítica na busca por acesso a</p>		
--	--	--	--	--

		<p>Bens e Serviços Sociais da comunidade do Puraquequara, assim como o fornecimento de informações qualificadas para a prática profissional dos assistentes sociais em contextos semelhantes, e em diferentes áreas de atuação na região amazônica.</p> <p>Palavras-chaves: Comunidade, Organização Sociopolítica, Participação Social.</p>		
--	--	---	--	--

**Fonte:** Elaboração da pesquisadora (2021), com base nos dados documentais coletados na pesquisa.

## APÊNDICE E

**Quadro 5:** Roteiro padrão

<b>Objetivo Específico I:</b> <b>Identificar As Concepções De Serviço Social, De Questão Social E De Estado Presente Nas Monografias.</b>	Identificação de características do Serviço Social Tradicional
	Catalogar os principais autores utilizados e suas respectivas vinculações teóricas na construção das Monografias.
	Relação entre a natureza da profissão e a abordagem que revela vínculo com: A) A questão social B) A Ajuda, Caridade, Vocação e Moral
<b>Objetivo Específico II:</b> <b>Catalogar Os Principais Autores Utilizados E Suas Respectivas Vinculações Teóricas Na Construção Das Monografias.</b>	Identificar autores que vem sendo o suporte para a Perspectiva Modernizadora, Intenção de Ruptura ou da Reatualização do Conservadorismo;
	Autores que produzem e publicam sobre o Novo Projeto Ético Político
	Autores defensores do neoliberalismo e de ações contrários à liberdade, à igualdade
<b>Objetivo III:</b> <b>Investigar As Principais Perspectivas Metodológicas Utilizadas Para Realização Da Pesquisa.</b>	Que autores dão suporte aos procedimentos sugeridos ou adotados na elaboração do TCC? Autores da corrente teórico-metodológica do: A) Positivismo B) Fenomenologia C) Marxismo
	Identificar o caminho percorrido pelo autor: Conceitos básicos de metodologia

**Fonte:** Elaboração da pesquisadora, conforme direcionamento do orientador, 2021.



## APÊNDICE F

**Quadro 6:** Informações gerais e padronizadas sobre os TCC's analisados

Número de ordem	Título – Ano Defesa – Período do Curso (Vespertino/Noturno)	Área Predominante	Objetivos: Geral Específicos	Locus da pesquisa	Participantes (sujeitos da pesquisa)
TCC-1	“Saúde do Trabalhador do Sus em Tempos de Precarização do Trabalho” – 2018 - Vespertino	Saúde	<p>Geral: analisar a visão dos profissionais do Hospital Universitário Getúlio Vargas e do Ambulatório Araújo Lima quanto à atuação das equipes do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) e do Serviço de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho (SOST), dando enfoque aos casos de acidentes de trabalho ocorridos nos últimos 2 anos no HUGV.</p> <p>Específicos: 1. Discutir as metamorfoses no mundo do trabalho e sua relação com a saúde do trabalhador</p>	HUGV e Ambulatório Araújo Lima	10 técnicos de enfermagem e 10 enfermeiros com vínculo empregatício com a UFAM e 10 técnicos de enfermagem e 10 enfermeiros que possuem vínculo empregatício com a EBSERH atuantes no Hospital Universitário e no Ambulatório Araújo Lima, totalizando 40 entrevistas.

			<p>tomando como referência a realidade no HUGV 2. Averiguar a visão dos profissionais do HUGV quanto à saúde e acidente de trabalho dentro do ambiente hospitalar e 3. Verificar a relação das equipes de saúde e segurança no trabalho (SIASS e SOST) com os profissionais do HUGV.</p>		
TCC-2	<p>“Guarda Compartilhada Na Perspectiva Do Direito À Convivência Familiar - Um Estudo A Partir Das Ações De Guarda No PANUCVF” – 2016 – Noturno</p>	Sociojurídico	<p>Buscar compreender o funcionamento e a aplicabilidade da guarda compartilhada na garantia do direito à convivência familiar a partir da análise das ações de guarda realizadas no Polo Avançado do Núcleo de Conciliação das Varas de Família (PANUCVF).</p>	<p>Polo Avançado do Núcleo de Conciliação das Varas das Famílias (PANUCVF)</p>	<p>O objeto analisado da pesquisa foi através da amostragem estratificada, teve como amostra apenas 25 processos finalizados, onde o acordo foi deferido na modalidade de guarda compartilhada.</p>

TCC3	<p>“Saúde E Assistência: A Intersetorialidade Na Visão E Na Prática Dos Profissionais De Saúde Do Ambulatório Araújo Lima” – 2017 – Noturno</p>	Saúde	<p>Geral: Analisar intersectorialidade entre as políticas de Saúde e Assistência a partir da prática e da visão dos profissionais de saúde do Ambulatório Araújo Lima.</p> <p>Específicos: 1. Discutir a intersectorialidade entre as políticas de saúde e assistência social no trabalho dos profissionais de saúde do Ambulatório Araújo Lima; 2. Compreender a percepção dos profissionais de saúde acerca de sua atividade de trabalho na perspectiva intersectorial e 3. Identificar os dissensos e consensos entre as concepções de intersectorialidade dos profissionais de saúde do Ambulatório Araújo Lima.</p>	Ambulatório Araújo Lima	<p>Dezessete médicos, dois educadores físicos, três enfermeiros, dois assistentes sociais, dois psicólogos, um farmacêutico, um fonoaudiólogo, um fisioterapeuta e um nutricionista.</p>
------	---	-------	--	-------------------------	--

TCC4	“Juizado Da Infância E Juventude Cível Frente Às Situações De Acolhimento Institucional Em Manaus” – 2016 – Vespertino	Criança e Adolescente	<p>Geral: analisar as demandas do Serviço Social do Juizado da Infância e Juventude Cível que se apresentam com maior veemência e resultam no acolhimento institucional de crianças e adolescentes na cidade de Manaus.</p> <p>Específicos: 1. Identificar o perfil das famílias e das crianças acolhidas 2. Caracterizar as questões que implicaram no acolhimento institucional desses sujeitos e 3. Refletir acerca das políticas públicas sociais e sua aplicabilidade no contexto do acolhimento institucional.</p>	Serviço Social do Juizado da Infância e Juventude Cível da cidade de Manaus – AM	Objeto de pesquisa foi apenas os processos de crianças e adolescentes que se encontravam com Destituição do Poder Familiar conclusa, em fase de conclusão ou com parecer favorável para impetrar com a destituição, foram usados para coleta de informações para a presente análise, um total de 24 processos.
TCC5	“O Serviço Social No Sistema Prisional: Limites E Desafios Para O Trabalho	Sociojurídico	Geral: analisar o trabalho profissional no sistema prisional	Unidade Prisional do Puraquequara	Três assistentes sociais, das quatro profissionais

	<p>Profissional Na Contemporaneidade” – 2015 - Vespertino</p>		<p>de Manaus, bem como desvendar seus limites e possibilidades no sentido de contribuir para avanços no trabalho profissional e seu compromisso de assegurar direitos, contribuir para a construção de uma nova ordem societária e, ainda, desmistificar a realidade profissional no sistema prisional.</p> <p>Específicos 1. Discutir as expressões da questão social presentes no espaço ocupacional do assistente social da Unidade Prisional do Puraquequara (UPP); 2. Identificar as ações e demandas do Serviço Social, bem como suas atribuições e competências</p>	<p>(UPP) do Estado do Amazonas.</p>	<p>em Serviço Social inseridas no referido espaço sócio-ocupacional, isto é, 75% das profissionais, tendo em vista a recusa em participar por parte de uma das profissionais.</p>
--	---	--	--	-------------------------------------	---

			junto aos internos da UPP; 3. Investigar os limites, desafios e possibilidades ao trabalho profissional do Serviço Social na UPP.		
TCC6	Cultura E Organização Sociopolítica Das Mulheres Riberinhas Em Comunidade Amazônicas: Um Estudo Na Comunidade De São Lázaro Em Caapiranga /Am” – 2015 – Vespertino	Sustentabilidade	Geral: Analisar as formas de organização sociopolítica e cultural das mulheres ribeirinhas de São Lázaro em Caapiranga- AM. Específicos: 1. Identificar as formas de organização sociopolítica das mulheres de São Lázaro e 2. Caracterizar as práticas culturais desenvolvidas por estas mulheres.	São Lázaro (Dominguinhos) que está localizada no município de Caapiranga/AM.	10 mulheres da Comunidade de São Lázaro
TCC7	“Violência doméstica cometida pelo companheiro na relação marital: um olhar para as mulheres atendidas no Primeiro Juizado Maria da Penha” – 2017 - Noturno	Gênero	Verificar em que sentido ocorre os maus tratos de mulheres no âmbito da violência doméstica, especialmente na relação marital, remetendo para a	Primeiro Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica contra a Mulher.	Objeto de pesquisa foi 100 prontuários da instituição durante o período de maio a junho de 2016 e seus sujeitos de pesquisa foram 03

			verificação deste problema social no Primeiro Juizado Maria da Penha em Manaus.		mulheres atendidas no Primeiro Juizado e 03 profissionais da instituição, sendo 01 da Equipe Técnica de Cartório e 02 da Equipe Multidisciplinar (01 Assistente Social e 01 Psicólogo).
TCC8	“O Assédio Sexual Contra As Mulheres Na Universidade Federal Do Amazonas (UFAM)” – 2018 -Vespertino	Gênero	Geral: analisar as principais os casos de assédio sexual contra as mulheres no âmbito acadêmico, no <i>locus</i> da Universidade Federal do Amazonas, campus Manaus no ano de 2017. Específicos: identificar o perfil das mulheres que sofreram violência do assédio sexual; analisar os casos de assédio sexual; analisar as legislações da Universidade Federal do	<i>Locus</i> de pesquisa foi a Universidade Federal do Amazonas, campus Manaus.	As vítimas de assédio sexual da UFAM.

			Amazonas pertinentes a assédio sexual.		
TCC9	“Serviço Social e Justiça: As Ações Psicossociais e Jurídicas nos Processos de Crianças e Adolescentes” – 2019 - Vespertino	Criança e Adolescente	<p>Geral: refletir sobre as ações psicossociais e jurídicas presentes nos processos de crianças e adolescentes, considerando particularmente as ações dos assistentes sociais do Juizado da Infância e Juventude Cível na execução das audiências realizadas nas Unidades de Acolhimento para crianças e adolescentes existentes em Manaus.</p> <p>Específicos: 1. Identificar a situação pessoal das crianças e adolescentes, a partir dos processos de instituições acolhedoras; 2. Conhecer as ações psicossociais</p>	Coordenadoria da Infância e Juventude (COIJ) do Tribunal de Justiça do Amazonas.	80 atas das audiências do segundo semestre de 2018.



			referentes às crianças e adolescentes acolhidas; 3. Investigar as ações jurídicas direcionadas às crianças e adolescentes acolhidos.		
TCC10	“A Dinâmica de Organização Sociopolítica da Comunidade do Puraquequara, Manaus-AM”, do ano de 2019 - Vespertino.	Sustentabilidade	<p>Geral: Identificar a dinâmica das diferentes formas de organização sociopolítica desta Comunidade.</p> <p>Específicos: 1. Mapear as formas de organização sociopolítica da comunidade do Puraquequara; 2. Analisar as práticas políticas das organizações sociais da comunidade do Puraquequara, Manaus-AM; 3. Desvelar o processo de participação social dos moradores da comunidade do Puraquequara, Manaus-AM.</p>	Comunidade do Puraquequara, Manaus-AM	Organizações sociais e políticas da comunidade do Puraquequara.

**Fonte:** Elaboração da pesquisadora (2021), com base nos dados documentais coletados na pesquisa.

## APÊNDICE G

**Quadro 7:** Metodologia e autores utilizados nos tcc's 1 a 10

Número de Ordem	Tipo de Metodologia:	Principais Autores Utilizados:
TCC-1	A pesquisa do tipo explicativa com abordagem de dados quantitativos e qualitativos. A investigação fez uso da pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e da pesquisa de campo. Instrumento de coleta de dados, foi o formulário com perguntas abertas e fechadas.	Antunes (2005); Behring e Boschetti (2009); Dejours (1998); Ianni (2004); Lessa (2015); Lukács (1989); Minayo (1997); Netto (2012); Pinheiro (2015).
TCC2	<p>Pesquisa quantitativa, tendo em vista a impossibilidade de um contato direto com os interessados na ação. A natureza de tal pesquisa segue os padrões da pesquisa exploratória, onde Gil (1994, p.44) aponta sua finalidade em “desenvolver e esclarecer ou modificar conceitos e ideias, com vista na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis.”</p> <p>A pesquisa seguiu a técnica bibliográfica que, de acordo com Gil (1994, p. 71), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, construído principalmente de livros e artigos científicos”. Foram realizados pesquisas e levantamento de material, das áreas de Serviço Social, Psicologia, Direito, Sociologia, História, dentre outros, que abordam a questão da guarda compartilhada, e assuntos correlacionados a ele, bem como material sobre família, poder familiar, direitos das crianças e adolescente. Além da técnica documental, onde Gil (1994) aponta como muito parecida com a pesquisa bibliográfica, diferenciando-se que a documental apropria-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou ainda podem ser reelaborados de acordo com o objeto da pesquisa.</p>	Aires (1982); Antunes (1999); Borgianni (2015); Brasil (1988); CFESS (1993); Cerqueira (1979); Dias (2010); Northeim (1974); Iamamoto (2000); Mioto (2010).
TCC3	A presente pesquisa fundamentou-se no método dialético, pois conforme Gil (2008, p. 14) “a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade”, dessa forma faz-se necessário compreender o objeto em todos os seus aspectos, relações e contradições. Tipo explicativa.	Brasil (1988); Bravo (2006); Carvalho e Buss (2012); CFESS (2011); Ckagnazaroff e Mota (2003); Couto, Yazbek e Raichelis (2012); Escorel (2012); Ianni (2004); Minayo (1993). Pereira (2008).

	<p>A pesquisa abordou dados qualitativos e quantitativos. Para Minayo e Sanches (1993), embora os métodos tenham natureza diferenciada, se complementam na compreensão da realidade social. Entrevista. A investigação se apoiou na pesquisa bibliográfica, na pesquisa documental e na pesquisa de campo. Para a coleta de dados e informações foi aplicado um formulário com questões abertas e fechadas aos profissionais da saúde do Ambulatório Araújo Lima.</p>	
TCC4	<p>A pesquisa foi analisada a partir de uma perspectiva materialista histórica, configurando-se como ciência filosófica do marxismo, em que no processo de desvelar a realidade concreta permitirá reconstruí-lo e apreender sua complexidade essencial como expressão de relações sociais. Como procedimentos metodológicos, por se tratar das relações sociais que permeiam o objeto deste estudo, a pesquisa foi analisada a partir de uma perspectiva materialista histórica, configurando-se como ciência filosófica do marxismo, a qual estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, utilizando-se dos procedimentos crítico-dialéticos, capazes de contribuir para a compreensão das expressões da Questão Social, preocupados com o processo social e com a estrutura e dinâmica da sociedade (TRIVIÑOS, 1987). O estudo se deu através de pesquisa documental, na qual o objeto de análise foram os processos judiciais. Foi elaborado um questionário semiestruturado com as perguntas pertinentes que respondessem ao objetivo proposto.</p>	<p>Aries (2012); Behring e Boschetti (2008); Fávero (2008); Iamamoto (2005); Ianni (1999); Kaloustian (2011); Minayo (2007); Pereira (2008); Soares (2012); Triviños (1987).</p>
TCC5	<p>Apoiou numa concepção teórico-metodológica que busca entender a realidade numa perspectiva de totalidade, que aborda a questão social nas suas múltiplas dimensões – social, econômica, política, cultural e ambiental – e que entende que as contradições existentes entre capital e trabalho influenciam diretamente no trabalho profissional do serviço social. Para a realização da pesquisa utilizou da pesquisa bibliográfica com vistas a uma aproximação e compreensão de algumas categorias analíticas –</p>	<p>Albornoz (1994); Antunes (2011); Baptista (2009); Braz (2009); Iamamoto (2005 e 2009); Foucault (1997); Marx (1977); Netto (1999); Wacquant (2008); Yazbek (2004).</p>

	<p>Sistema Prisional, Serviço Social e Trabalho – e, também, a produção textual referente a essas categorias. Utilizou o método quantiqualitativo, tendo em vista a aplicação de um formulário semiestruturado, com questões abertas e fechadas, que possibilitou a obtenção de dados quantitativos e qualitativos, que foram analisados.</p>	
TCC6	<p>Para a realização da pesquisa foi utilizada a metodologia específica de um estudo de caso, constando instrumentos e técnicas de caráter qualitativo e quantitativo, foram aplicados 12 formulários.</p> <p>A pesquisa foi realizada através de um estudo de caso, que, segundo GIL (2010) “é adotado na investigação de fenômenos das mais diversas áreas” (p.59), ou seja, o estudo de caso estuda os fenômenos de determinada situação e tentar entendê-las. Foram levantados dados de ordem qualitativa e quantitativa, que segundo Lakatos (2002) “as medidas quantitativas respondem à pergunta “quanto” e as qualitativas à questão “como”. Os dois tipos são importantes na investigação e se constituem no corpo do trabalho” (p.126) para auxiliar no desenvolvimento da pesquisa.</p>	<p>Castro (2003); Chaui (1982); Chaves (2001); Torres (2007); Silva (2007); Campos (2009); Geertz (1989); Lakatos (2003); Montañó (2011); Pereira (2004).</p>
TCC7	<p>Este estudo assenta-se no aporte teórico-metodológico das ciências sociais aplicadas, cuja pesquisa de campo assume as orientações das abordagens qualitativas, sem exclusão dos aspectos quantitativos. Trabalho de campo.</p>	<p>Aires (1981); Antunes (2004); Borgianni (2013); CFESS (2014); Dias (2010); Iamamoto (1999); Gil (1994); Grzybowski (2007); Mioto (2010); Scaff e Velasco (2015).</p>
TCC8	<p>A metodologia adotada foi a empírica, que consiste em observar, analisar, pessoas que vivenciaram diretamente tal fato. Utilizando um método de abordagem de BARDIN (2011) de análise de conteúdo tendo como objetivo uma análise crítica quantitativa e qualitativa, de entrevistas, comunicação de massa, questões abertas e abordagens diferenciadas (abertas e fechadas) a cada pessoa abordada segundo BARDIN (2011). Também a como referencial teórico Dias (2008), MORAES (2012), NETTO (2001-2002), SANTOS (2014), TELES (2003), SAFFIOTI (1987), STEVENS (2017), pesquisa que já foram feitas com o tema ou relacionadas a ele, relacionando-os os dados</p>	<p>Brasil (1988); Dias (2008), Moraes (2012), Netto (2001-2002), Santos (2014), Teles (2003), Saffioti (1987), Stevens (2017).</p>

	em base de pesquisa já feitas com tais referenciais teóricos.	
TCC9	<p>Quanto à metodologia, a pesquisa foi de cunho bibliográfico e documental por meio do levantamento das atas de audiências. Segundo Gil (2002), a pesquisa como processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico tem o objetivo fundamental de descobrir respostas para problemas, podendo-se, portanto utilizar a metodologia científica para se obter novos conhecimentos no campo da realidade social, esta que envolve todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais.</p> <p>Levantamento bibliográfico para identificar os textos para subsidiar a linha de investigação, por meio de artigos, obras e pesquisas sobre a temática. Bem como foi utilizada a pesquisa documental com o levantamento dos dados por meio das atas de audiências. A pesquisa documental levando em consideração as informações qualitativas presentes nas atas de audiências, consideradas para esta investigação.</p> <p>A pesquisa documental segundo SANTOS (2002, p.32) “São fontes documentais tabelas, estatísticas, relatórios de empresas, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações” A utilização de qualquer dessas fontes de informações caracteriza a pesquisa como pesquisa documental.</p> <p>A coleta de dados ocorreu mediante a utilização de um roteiro para o levantamento de dados, onde estavam contidas variáveis selecionadas e classificadas de maneira crítica.</p>	Aries (1981 e 2001); Faleiros (2009); Fávero (2009); Gil (2002); Gomes e Pereira (2004); Lakatos (2003); Rizzini (2006 e 2009); Rossetti-Ferreira (2012); Silva (2013); Antonio Santos (2007).
TCC10	<p>O presente estudo traz em seu bojo uma discussão críticoanalítica baseada em uma perspectiva dialética sobre as formas de organização política e sua dinâmica na comunidade do Puraquequara, Manaus-AM, a partir de uma abordagem de natureza quanti-qualitativa.</p> <p>Os instrumentais que subsidiaram o processo de coleta de dados foram a Observação Sistemática, Registro em Caderno de Campo; Registro Fonográfico, Fotográfico, Roteiros de Entrevistas e Formulário Socioeconômico.</p>	Débora Rodrigues (2015 e 2019); Charles Wagley (1977); Chaves (2001); Gramsci (1982); Godoy (1995); José Carvalho (2002); Lakatos (2017); Luiz Claudio de Claudio e Costa (2007) tradutor da Obra Ideologia Alemã de Karl Marx e Engels; Minayo (2002); Pedro Demo (1999).

	<p>Aplicação de formulário Socioeconômico, conversas informais e realização de entrevistas. No que concerne aos procedimentos para a realização da pesquisa optou-se pelo método dialético que “penetra o mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade” (Marconi, Lakatos 2017, p. 107). Quanto ao método de procedimento, que se constitui em uma atitude mais concreta da investigação, foi utilizado o método de procedimento histórico e comparativo. Esta, compõe um quadro de referência marxista, ou seja, são elementos abrangidos pela perspectiva do materialismo histórico dialético, pois, segundo Minayo (2002, p.24), as interpretações do método materialista histórico dialético concebido por Marx são “[...] a proposta de analisar os contextos históricos, as determinações socioeconômicas dos fenômenos, as relações sociais de produção e de dominação com a compreensão das representações sociais”.</p> <p>O tipo de estudo foi de natureza quantitativa e qualitativa. Segundo Lakatos (2002), as medidas de caráter quantitativo correspondem a questão de “quanto” e as de caráter qualitativo respondem “como”, e as mesmas constituem o corpo do trabalho. No que tange as fontes de informação, o levantamento de dados foi de origem primária. Preenchimento dos formulários de levantamento socioeconômico.</p> <p>A primeira fase consistiu nas atividades e instrumentos: Pesquisa Bibliográfica; Seleção e montagem dos instrumentos e técnicas de coleta de dados.</p> <p>A segunda fase concerniu de realização de visitas domiciliares. Realização de observação direta, participativa sistemática; Aplicação de técnicas de abordagem individual. A última fase consistiu na organização das informações coletadas; Análise dos dados.</p>	
--	---	--

**Fonte:** Elaboração da pesquisadora (2021), com base nos dados documentais coletados na pesquisa.

